

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial

# **MIGRAÇÃO, EXPANSÃO DEMOGRÁFICA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO EM GOIÁS**

ANDRÉIA APARECIDA SILVA DE PÁDUA

GOIÂNIA

2008

ANDRÉIA APARECIDA SILVA DE PÁDUA

# **MIGRAÇÃO, EXPANSÃO DEMOGRÁFICA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO EM GOIÁS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Planejamento Territorial da Universidade Católica de Goiás como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento e Planejamento Territorial.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Eliane Romeiro Costa  
Co-orientador: Prof. Dr. Luís Antônio Este-  
vam

GOIÂNIA

2008

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE

Pádua, Andréia Aparecida Silva de  
P125m Migração, Expansão Demográfica e Desenvolvimento Econômico em Goiás / Andréia Aparecida Silva de Pádua. – 2008.  
111 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Católica de Goiás, Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial, 2008.

“Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Eliane Romeiro Costa”.

“Co-Orientador: Prof. Dr. Luís Antônio Estevam”.

1. Migração – Goiás. 2. Expansão demográfica – Goiás. 3. Desenvolvimento econômico – Goiás. I. Título.

CDU: 332.1:314.72(817.3)(043)

ANDRÉIA APARECIDA SILVA DE PÁDUA

**MIGRAÇÃO, EXPANSÃO DEMOGRÁFICA E  
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO EM GOIÁS**

Dissertação defendida no Curso de Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial da Universidade Católica de Goiás, para a obtenção do grau de Mestre, aprovada em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2008 pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

---

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Eliane Romeiro Costa – UCG  
Presidente da Banca

---

Prof. Dr. Luís Antônio Estevam – UCG

---

Prof. Dr. Francisco Itami Campos – UFG

---

Prof. Dr. Carlos Leão – UFG  
Suplente

A Deus, por ter me concedido esta conquista. Nos momentos de dificuldade, desânimo *Ele* esteve comigo dando-me também, a luz da coragem, da fé e da sabedoria. Aos meus pais Sarah e Messias (*In memoriam*) que apesar da distância e ausência, tanto nos momentos difíceis como especiais desse período acadêmico, contribuíram para esta realização, pois deixaram como legado minha vida, minha educação e meu caráter.

## AGRADECIMENTOS

À Universidade Católica de Goiás e Comissão responsável pela Bolsa CAPES, por conceder-me esta oportunidade.

À Dr<sup>a</sup>. Eliane Romeiro Costa pela paciência nas orientações, acompanhando-me e auxiliando-me neste trajeto.

Ao Dr. Luís Antônio Estevam que muito me ensinou, contribuindo para meu crescimento intelectual.

Ao Coordenador do Mestrado, Dr. Aristides Moysés, aos professores doutores Sérgio Duarte de Castro e José Paulo Pietrafesa e toda a equipe de docentes que não mediram esforços para oferecerem seus conhecimentos, contribuindo de forma indispensável para concretização desta dissertação.

Aos meus amigos Maria Soares, Vanessa Lima e Leandro Caetano, à secretária do mestrado “MEL”, e às colegas Rosângela Veiga, Francisco Magalhães e Carla Cristina, pelas informações e palavras de ânimo.

Ao Diretor do Departamento de Economia, Eduardo Rodrigues, e à Secretaria Municipal de Planejamento (SEPLAM), que contribuíram disponibilizando dados importantes para a realização deste trabalho.

## RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar o crescimento demográfico de Goiás, abordando juntamente o crescimento da economia de Estado. Constata que o Produto Interno Bruto, nas últimas décadas, tem crescido a taxas superiores a média nacional. Ao mesmo tempo, verifica que a migração populacional continua acelerada para o território goiano. Ao fazer um paralelo entre crescimento econômico e crescimento demográfico, a pesquisa conclui que a expansão econômica não tem sido suficiente à expansão da população economicamente ativa regional. No desenvolvimento da pesquisa, foram utilizados os métodos de procedimento denominados histórico e comparativo e a modalidade da pesquisa adotada foi a bibliográfica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Desenvolvimento econômico; Emprego formal e informal; Expansão demográfica; Migração; Modernização agropecuária.

## **ABSTRACT**

The present research has the purpose of analyzing the demographic growth of Goiás, also approaching the growth of the State economy. It testifies that the Gross Domestic Product, in the last decades, has grown at rates higher than the national average. At the same time, it verifies that the population migration continues in an accelerated rhythm towards the territory of Goiás. When the study makes a parallel between the economic growth and the demographic growth, the research concludes that the economic expansion has not been sufficient to expand the regional economically active population. While developing the research, methods of procedure called historical and comparative were used and the modality of research adopted was the bibliographic.

**KEYWORDS:** Economic development; Formal and informal employment; Demographic growth; Migration; Agricultural modernization.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>12</b>
<b>1 A CONTINUIDADE DA MARCHA PARA O OESTE</b>	<b>15</b>
1.1 O INÍCIO DA OCUPAÇÃO DEMOGRÁFICA DE GOIÁS	15
1.2 A MARCHA PARA O OESTE	18
1.3 A CONTINUIDADE DA MIGRAÇÃO	27
<b>1.3.1 Região Metropolitana de Goiânia</b>	<b>32</b>
<b>2 DINÂMICA DO CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO REGIONAL</b>	<b>35</b>
2.1 INDICADORES DEMOGRÁFICOS DO TERRITÓRIO	35
2.2 A CONCENTRAÇÃO DEMOGRÁFICA ESPACIAL	42
2.3 PERFIL DEMOGRÁFICO DAS MICRORREGIÕES DE GOIÁS	49
<b>3 SUPORTE ECONÔMICO DA POPULAÇÃO REGIONAL</b>	<b>56</b>
3.1 A MODERNIZAÇÃO AGROPECUÁRIA REGIONAL	57
3.2 PRODUÇÃO DE COMMODITIES E AGROINDÚSTRIA EM GOIÁS	63
<b>3.2.1 Produção de <i>commodities</i> em Goiás</b>	<b>64</b>
<b>3.2.2 Pecuária em Goiás</b>	<b>73</b>
<b>3.2.3 Agroindústria em Goiás</b>	<b>78</b>
<b>4 A QUESTÃO DO EMPREGO FORMAL E INFORMAL EM GOIÁS</b>	<b>87</b>
4.1 O CRESCIMENTO DO EMPREGO FORMAL	87
4.2 EMPREGO FORMAL POR SETORES DE ATIVIDADE	92
4.3 O CRESCIMENTO DO EMPREGO INFORMAL EM GOIÁS	99
4.4 PEA, EMPREGO FORMAL E PIB	101
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>104</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>107</b>

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – População de Goiás no período de 1972-2005.....	37
Figura 2 – População de Goiás: Taxa de crescimento no período de 1980-2005 .....	38
Figura 3 – População de Goiás por domicílio urbano e rural no período de 1950-2003.....	39
Figura 4 – População de Goiás: Urbana versus rural no período de 1950-2003.....	40
Figura 5 – Estado de Goiás – População urbana 2006.....	41
Figura 6 – Estado de Goiás – População rural 2006 .....	41
Figura 7 – Estado de Goiás – População total 2006.....	44
Figura 8 – Estado de Goiás – Municípios mais populosos 2006.....	45
Figura 9 – Estado de Goiás – Divisão em mesorregiões.....	51
Figura 10 – Estado de Goiás – Divisão em microrregiões.....	51
Figura 11 – Participação relativa no crédito rural em Goiás 1969-1980 (%).....	58
Figura 12 – Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas em Goiás 1981- 2000 (%).....	59
Figura 13 – Área colhida de arroz, feijão e mandioca – Goiás 1975-1990.....	65
Figura 14 – Área colhida de milho e soja – Goiás 1975-1990.....	65
Figura 15 – Cana-de-açúcar em Goiás, 1975-1999.....	66
Figura 16 – Pecuária em Goiás – Cabeças de bovinos e suínos – 1958-1980.....	74
Figura 17 – Municípios selecionados que obtiveram ganho ou perda de participação no PIB – Goiás 1999-2004 .....	80
Figura 18 – Estado de Goiás: Participação das atividades produtivas – 1999-2004 .....	81
Figura 19 – Estabelecimentos e empregos formais por porte – 2004.....	90
Figura 20 – Estado de Goiás: Saldo de admitidos/desligados – 2006/07.....	92
Figura 21 – Índice de pessoas empregadas no mercado informal no Estado de Goiás – 1991-2002.....	100

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População total e participação relativa da população urbana e rural da aglomeração de Goiânia – 1940.....	24
Tabela 2 – Taxa média geométrica de crescimento anual da população da aglomeração de Goiânia.....	25
Tabela 3 – População da aglomeração de Goiânia em 1950.....	25
Tabela 4 – População da aglomeração de Goiânia em 1950 e 1960.....	27
Tabela 5 – População residente urbana em Goiás e Distrito Federal – 1940-2000.....	30
Tabela 6 – Taxa média anual de crescimento urbano em Goiás e Distrito Federal.....	30
Tabela 7 – População total residente em Goiás e Distrito Federal – 1940-2000.....	30
Tabela 8 – População residente rural em Goiás e Distrito Federal – 1940-2000.....	31
Tabela 9 – População total da região metropolitana de Goiânia por município de 1991, 1996 2000.....	33
Tabela 10 – Estado de Goiás: População recenseada, taxa de crescimento médio anual e crescimento acumulado por período – 1872, 1890, 1900, 1920, 1940-80, 1991, 1996, 2000-05.....	36
Tabela 11 – Estado de Goiás: População por situação de domicílio –1950-80, 1991, 1996, 2000-03.....	39
Tabela 12 – Estado de Goiás: Evolução dos municípios segundo as classes de população – 1996, 1998, 1999, 2001-04.....	43
Tabela 13 – Ranking dos vinte maiores municípios goianos em população – 2000, 2003, 2004, 2006.....	45
Tabela 14 – Estado de Goiás – Divisão regional em mesorregião e microrregião.....	50
Tabela 15 – População residente e participação percentual das microrregiões do Estado de Goiás – 1970-2006.....	52
Tabela 16 – População residente e taxa de crescimento anual das microrregiões do Estado de Goiás – 1970-2006.....	53
Tabela 17 – Estado de Goiás - Área plantada dos produtos agrícolas – 1990-2004.....	67
Tabela 18 – Estado de Goiás, Centro-Oeste e Brasil: Ranking da produção dos principais produtos agrícolas – 1998-2004.....	68
Tabela 19 – Estado de Goiás - Ranking da produção de grãos por microrregiões – 2005.....	71

Tabela 20 – Goiás: Municípios – Maiores produtores de grãos em 2005.....	72
Tabela 21 – Estado de Goiás: Principais rebanhos e produção de leite – 1990-2003.....	76
Tabela 22 – Rebanho avícola em Goiás – 1980-2001.....	76
Tabela 23 – Estado de Goiás: Efetivo de bovinos, suínos e aves por micror-regiões – 2005.....	77
Tabela 24 – PIB por setor de atividade de Goiás, Centro-Oeste e Brasil.....	79
Tabela 25 – Principais empresas agroindustriais estabelecidas em Goiás.....	82
Tabela 26 – Os dez maiores municípios em relação ao valor adicionado (VA), por setores de atividades – Goiás, 2005 .....	84
Tabela 27 – A força de Goiás no ranking da produção brasileira – Agricultura 2007 e pecuária 2005.....	85
Tabela 28 – Estado de Goiás e Brasil: População economicamente ativa, ocupada e taxa de desocupação – 1991-93, 1995-2003.....	88
Tabela 29 – Evolução do número de estabelecimentos e do emprego: 1990-2004 (1990=100).....	89
Tabela 30 – Total de ocupados e taxa de desemprego – Brasil e Goiás, 2000.....	90
Tabela 31 – Estado de Goiás, Centro-Oeste e Brasil: Flutuação do nível de emprego – 1990-2004 .....	91
Tabela 32 – Estado de Goiás: Número de empregos por porte e setor de atividade – 1990/2004 .....	94
Tabela 33 – Estado de Goiás: Flutuação do nível de emprego por atividade econômica – 2004.....	95
Tabela 34 – Estado de Goiás: Saldo – Admitidos/desligados por setor de atividade econômica – 2006/07.....	96
Tabela 35 – Estado de Goiás: Comportamento do mercado formal de trabalho, por municípios com mais de 30 mil habitantes – 2006/07.....	98
Tabela 36 – Estado de Goiás: Nível de emprego, taxa de crescimento do PIB e número da PEA – 1991-2005.....	102

Há uma música que diz assim:  
"Fizemos a última viagem, foi lá pro Sertão de  
Goiás..."  
Isto faz muito tempo,  
Sertão já não existe mais.

Com Brasília, no Centro Oeste, o país cresceu  
E o Estado aqui também desenvolveu!  
Veio o livre comércio, as grandes indústrias,  
as empresas,  
O Progresso!

Como Goiás está crescendo acima da Média  
Nacional,  
Também está atraindo o migrante  
Em busca do Capital!

Mesmo assim, com tudo isso,  
O desemprego ainda existe,  
Causando o informal.

Natal da Silva

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho de dissertação de mestrado tem como eixo investigativo a análise da migração, da expansão demográfica e o desenvolvimento econômico em Goiás, relatando fatos históricos a partir dos primórdios da ocupação populacional goiana até aproximadamente o ano 2005, analisando alterações visíveis na sua estrutura econômica.

O Produto Interno Bruto (PIB) do Estado de Goiás tem aumentado a taxas superiores à média nacional e o mesmo ocorre com o aumento demográfico no território, também situado acima da média nacional. Entretanto, a renda per capita do Estado não tem crescido substancialmente. Renda per capita é PIB/população e, como a população tem crescido muito, a renda per capita tem ficado abaixo da média nacional. Neste sentido, o eixo essencial dessa temática tem como objetivo investigar como a população cresce acima da média nacional. Isso significa que Goiás continua recebendo um aporte significativo de migração para o território. Assim, o primeiro objetivo da pesquisa é verificar o aspecto demográfico do território goiano, principalmente no que diz respeito à migração.

Como a economia goiana também cresce acima da média nacional, outro objetivo é verificar os setores econômicos responsáveis por esse crescimento. A relevância deste trabalho se justifica porque existem publicações que tratam do crescimento econômico de Goiás, desde a ocupação econômica do território até os dias atuais. Existem também pesquisas que tratam do crescimento demográfico de Goiás e da sua expansão urbana atual. Esta dissertação procura unir as duas abordagens e verificar se o crescimento econômico do Estado tem sido suficiente para abrigar (com emprego e renda) a sua crescente população. Ou seja, a cada dia a economia cresce, mas cresce também o contingente populacional, em vista da migração para o território goiano.

A questão investigativa que merece ser elucidada consiste em analisar o crescimento econômico de Goiás, verificando se este tem sido suficientemente acelerado para dar sustentação a uma população que também cresce aceleradamente. A hipótese que se levanta é que uma economia especializada na produção de *commodities* agrícolas e minerais, com grandes empresas, gera postos de trabalho que exigem especialização, que não acomoda a grande maioria da população regional.

Como referenciais teóricos, são importantes os trabalhos sobre economia regional e sobre demografia regional que serão alinhados no texto. Dentre os livros e autores citados no trabalho, os que mais contribuíram para a formação deste tema e sua compreensão foram:

Milton Santos, que forneceu subsídios teóricos relevantes ao abordar a urbanização e indicadores de desenvolvimento, organização do espaço, evolução demográfica – processos sócio-econômicos da urbanização, formas e mecanismos de crescimento urbano –, evolução da população, do emprego e da produtividade agrícola. Outro autor é Wilson Cano, com sua teoria sobre imigrações internas, de fundamental importância no que se refere às questões regionais. A linha de pensamento seguida é conhecida como estruturalismo, ou seja, linha estruturalista do pensamento econômico da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL – tendo como um dos principais representantes o estudioso Celso Furtado, que se detém a analisar o desenvolvimento do capitalismo em áreas do centro e da periferia. No Brasil, o centro é São Paulo. No caso de Goiás, o centro dinâmico da economia vai ser desvendado neste trabalho, com autores que tratam do Estado como uma economia e uma sociedade que despontam no cenário nacional com algumas particularidades marcantes. Por exemplo, o grau de urbanização acentuado, apesar de ser um Estado agropecuário por excelência.

Nesta dissertação optou-se por fazer uma análise histórica da economia e da demografia regionais, buscando determinar o momento em que houve mudanças na equação crescimento econômico *versus* crescimento demográfico. Para a obtenção das informações necessárias, os principais procedimentos se apoiaram na pesquisa bibliográfica, posto que a investigação exigiu uma revisão bibliográfica rigorosa para a sustentação do objeto pesquisado. Para a construção da base empírica desta investigação, a tipologia das fontes constituiu-se principalmente de fontes secundárias impressas. Foram consultados trabalhos já elaborados sobre aspectos da sociedade e da economia de Goiás. Foram feitas pesquisas junto a instituições que acompanham os indicadores regionais como IBGE, SEPLAN, SEPIN, SEPLAM municipal entre outros mencionados no trabalho. Ao desenvolver o estudo proposto, o embasamento metodológico adotado nesta investigação científica fundamentou-se nos métodos de procedimento histórico e comparativo.

Como o trabalho tem por objetivo um relato histórico de Goiás nas dimensões de economia e demografia, optou-se por não colocar uma data ou período que limitasse a pesquisa. A presente obra encontra-se dividida em quatro capítulos.

O primeiro irá tratar da migração para o território de Goiás. Abordará os primórdios da ocupação demográfica e a marcha para o Oeste. Indicará que a migração continua aceleradamente para o Estado. No segundo capítulo serão alinhados os indicadores demográficos do território e, ainda, a concentração demográfica espacial e o perfil demográfico das microrregiões de Goiás. No terceiro capítulo será abordada a economia regional. Na produção de

*commodities*, na agroindústria e na gestão do emprego formal informal – abordada no capítulo quatro –, procurar-se-á delinear o suporte econômico da população em Goiás.



## CAPÍTULO 1 – A CONTINUIDADE DA MARCHA PARA O OESTE

A construção de Goiânia favoreceu o fenômeno que ficou conhecido como a “Marcha para o Oeste”, uma migração que promoveu um aumento na ocupação demográfica do território goiano e também o processo de colonização agrícola nacional no meio-norte do Estado. A construção de Brasília, a criação do Distrito Federal e a metropolização de Goiânia reforçaram ainda mais a migração para o território. Dado o crescimento populacional atual do Estado, é importante verificar como se iniciou o processo. Abre o capítulo um relato histórico, indagando se o desenvolvimento econômico está na mesma proporção do crescimento acelerado da população para o sustento desta. Para isso, será vista neste capítulo a parte migratória de Goiás, seu crescimento e motivos do aumento populacional, para interligar com os próximos capítulos que relatarão a dinâmica e a concentração do crescimento demográfico e do suporte econômico goiano.

A “Marcha para o Oeste” ainda continua. Este capítulo aborda a sua sobrevida, relatando a História de Goiás, principalmente a ocupação do território goiano, a mineração, os primeiros ocupantes e os fatores que contribuíram para a migração para o Estado. Será feito um breve comentário sobre o grande movimento de migração demográfica conhecida como a “Primeira Marcha para o Oeste”, com a construção de Goiânia, e a continuidade da migração para o Oeste com o surgimento da nova capital do Brasil, Brasília, a qual também contribuiu para o aumento da migração para Goiás, que continua até os dias de hoje. A migração para o Estado, principalmente nas regiões de entorno do Distrito Federal, Mato Grosso Goiano, Sudoeste de Goiás, eixo Brasília-Goiânia e Região Metropolitana de Goiânia, será tratada a seguir.

### 1.1 O INÍCIO DA OCUPAÇÃO DEMOGRÁFICA DE GOIÁS

Os primórdios da ocupação populacional em Goiás foram mais significativos a partir do século XVII, pois a mineração estava em declínio nas demais regiões do Brasil, fazendo com que as pessoas se aventurassem em busca desse minério em outras regiões, ocasionando, assim, a vinda do “Anhanguera”, entre outros, em busca da exploração do ouro.

Conforme o historiador Palacín (1994), havia somente indígenas no território goiano e o início da ocupação demográfica de Goiás se deu em função da mineração do ouro no século XVIII, quando alguns mineradores (Bartolomeu Bueno da Silva, João Leite da Silva Filho, Ortiz e Domingos Rodrigues do Prado) pediram às autoridades para organizarem uma expedição no sertão dos “Goiazes” e, em troca, solicitaram ao rei futuras vantagens caso encontrassem minas de ouro no território. O rei de Portugal concordou e delegou ao governador da Capitania de São Paulo, Rodrigo César de Menezes, a assinatura de um contrato. Depois de assinados os documentos, partiram com um carregamento de cavalos, religiosos, armas, índios, negros e mulatos em busca do ouro.

No século XVIII, em função do descobrimento do ouro em Goiás, começaram os preparativos para uma segunda expedição. Desta vez, vieram para o território mineradores e escravos. Formaram-se alguns núcleos populacionais em torno das lavras auríferas. Esses núcleos, situados junto às lavras mais ricas e duradouras, alcançaram existência definitiva, tornando-se aglomerados urbanos futuramente.

Segundo Oliveira (2004), no início do século XVIII, Bartolomeu fundou o primeiro núcleo, o Arraial de Santana, hoje Cidade de Goiás, localizado entre morros, numa quebrada ao sopé da Serra Dourada, muito próximo das nascentes do Rio Vermelho. Também o Arraial de Meia Ponte, hoje Pirenópolis, data da mesma época. Estas povoações converteram-se em vilas e depois em cidades. Na época, não tinham condições geograficamente boas, mas o que importava era a extração do metal, pois o desempenho conjunto da agricultura e da pecuária tinha proporções limitadas devido ao isolamento da província e à sua caracterização como propriedade de subsistência.

Assim como em alguns lugares da colônia brasileira, os quilombos também fizeram parte do cenário goiano, estando sempre próximos a arraiais como Arraias, Meia Ponte, Muquém, Crixás, Pilar, assim como também nas cercanias da antiga capital Vila Boa. A sociedade da época era mais caracterizada pela mestiçagem e as condições de vida eram precárias nas minas.

Ainda segundo Palacín (1994), a população de Goiás em 1736 era constituída por 10.265 escravos que chegaram naquela época. Desses, 3.682 figuravam com o título de “adventícios” – escravos chegados durante aquele ano e que pagavam pelo seu rendimento com duros meses de trabalho. A distribuição dos escravos se deu da seguinte maneira: os 6.583 restantes estavam nas minas de Santana, 4.021 nas minas do Sul, 1.366 em Crixás e 1.196 no Tocantins.

No início de 1738 já eram 13.806 escravos, ou seja, mais do que duplicou o número de escravos empregados em Goiás entre 1735 e 1738, chegando a 14.330 no final de 1738. Já em 1750, o contingente era de 16.800 escravos. Acrescentando crianças e adolescentes, o número girava em torno de 20 mil, constituindo 60% da população total que, naquela época, não excedeu a 35.000 habitantes. Na metade do século XVIII, a população branca não excedeu sete mil homens (PALACÍN, 1994).

Ainda segundo o historiador, a população chegou a um total de 60.000 pessoas na década de 1780, indicando que o território, apesar de pouco ocupado, consolidou sua primeira etapa de assentamento definitivo. Foi o primeiro surto de ocupação do território goiano referente ao século XVIII.

No segundo surto de ocupação demográfica, vieram outros migrantes para Goiás, principalmente do nordeste brasileiro e de Minas Gerais. Os vaqueiros nordestinos adentravam pelo baixo São Francisco e pela Serra Geral, que dividia o território goiano com a Bahia. Os mineiros atravessavam o rio Grande e o rio Paranaíba e ingressavam na parte meridional.

O povoamento do território de Goiás, devido à sua grande extensão territorial, deu-se de forma vagarosa e diversificada. Como foi dito anteriormente, o território goiano era habitado somente pelos silvícolas quando os limites da capitania foram demarcados pelos grandes rios. Ao norte, as bacias do Tocantins/Araguaia, e ao Sul, as bacias do Paranaíba/Grande, constituíam divisas “naturais” e serviam também como ponto de atração para populações ribeirinhas.

Goiás então se tornou ponto de encontro de comunidades fronteiriças, principalmente da Bahia, Pernambuco, Piauí, Maranhão, Pará e Minas Gerais. Com isso, formaram-se duas Comarcas: a Comarca do Sul, com os julgados de Vila Boa, Meia Ponte, Santa Cruz, Santa Luzia, Pilar, Crixás e Desemboque, e a Comarca do Norte, com os julgados da Vila de São João da Palma, Conceição, Natividade, Porto Imperial, São Félix, Cavalcante e Traíras.

No início do século XIX vieram migrantes não mais para assentamento da antiga zona de mineração, e sim para a exploração agropecuária. Segundo Bertran (1978), o número de habitantes decresceu em 20% com a decadência do ouro. Mas, em 1830, o contingente demográfico aumentara, não só em função do crescimento vegetativo, mas também devido a correntes migratórias de regiões mais próximas. Em 1824, por exemplo, Goiás contava com 62.518 habitantes e, em 1890, atingia 227.572 habitantes.

O professor e economista Estevam (1998) leciona que a estrada de ferro foi outro fator que favoreceu a migração para o Estado de Goiás no século XIX. Em 1913, os trilhos in-

gressaram no território goiano, avançando 233 quilômetros, partindo de Araguari-MG até Roncador-GO em 1922. A ferrovia acarretou modificações na área sul da região, principalmente em termos de produção agrícola, proporcionando negociação direta com os mercados consumidores. Houve valorização fundiária, aumento do contingente demográfico e melhoria na urbanização em toda a área da ferrovia. Mais tarde, a estrada de ferro teve um prolongamento para Anápolis (1935), completando 387 quilômetros de extensão, e ainda inaugurou-se, em 1950, um ramal ligando Leopoldo de Bulhões a Goiânia.

Em resumo, os primórdios da ocupação demográfica de Goiás aconteceram primeiramente em função do surto da mineração do ouro. No século XVIII, a população chegou a cerca de 60.000 pessoas no território. Já no século XIX, a ocupação deu-se em função de dois fenômenos. Primeiro, a atração que representava a região por ter como limites os grandes rios, que constituíam forte atrativo demográfico para as comunidades de fronteira. Segundo, em função de uma frente de expansão, oriunda de Minas Gerais, que ocupou parte do sul do território. Com isso, em 1890, Goiás já contava com 227.572 mil habitantes (BERTRAN, 1978).

Com o ingresso dos trilhos da estrada de ferro em Goiás, no início do século XX, inaugurou-se uma nova etapa de ocupação demográfica na região sudeste. Além da ferrovia, a construção de Goiânia e o fenômeno da colonização na região central também contribuíram para o grande movimento de migração demográfica conhecido como a Marcha para o Oeste, conforme serão abordados no próximo tópico.

## 1.2 A MARCHA PARA O OESTE

A vinda de pessoas de várias regiões brasileiras para o Estado de Goiás devido à construção de Goiânia deu origem à “Marcha para o Oeste”, fenômeno interligado política e economicamente. Segundo Campos (1987), em seu livro “Coronelismo em Goiás”, antes da construção de Goiânia o coronelismo dominava o Estado de Goiás, onde os poderes e recursos públicos eram usados para fins privados; e através de um partido político dominante, os coronéis defendiam, maximizavam e preservavam seus interesses pessoais e de classe. Assim, havia a necessidade de uma mudança, pois o território goiano estava “atrasado” em relação a outras regiões brasileiras e o governo estava preocupado com essa situação. “(...) coronel, era um homem de braveza física, era fazendeiro mais abastado e chefe político incontestado do mu-

nicípio e normalmente reconhecido como tal pelos dirigentes políticos estaduais” (CAMPOS, 1987, p. 50).

O lema desenvolvimentista no território brasileiro no início do século XX impregnava os discursos oficiais. A Revolução de 1930 ficou caracterizada como um movimento para conter a luta de classes, em face de um proletariado maduro o suficiente para conduzir transformações que iam muito além das propostas dos grupos oligárquicos, da burguesia emergente e da classe média. Essa Revolução assumiu um caráter antioligárquico e antiimperialista – contra o domínio dos grandes proprietários de terras (coronéis) –, sendo as classes médias as principais condutoras da Revolução de 1930 em Goiás e por elas favorecidas, conforme o autor acima citado.

Havia uma preocupação por parte do Governo Federal com os espaços vazios do território nacional, devido à concentração populacional em certas regiões, ou seja, a contrastante densidade populacional do país, que tomou maior importância durante a II Guerra Mundial, passando a fazer parte de projetos governamentais. A “Marcha para o Oeste” – lema inaugurado em 1930 – tratava da concreta ocupação do Planalto Central, buscando ocupar áreas vazias do território e, ao mesmo tempo, articular meios de transporte, visando a abertura de “escoadouros” para a produção nacional.

O professor Estevam (1998) afirma que houve certo descontentamento entre grupos econômicos com relação ao estilo de governo conduzido pelas oligarquias tradicionais goianas. O que estava por trás dessa polêmica era a viabilização de um projeto que trouxesse maiores possibilidades de integração econômica entre Goiás e São Paulo.

O governo de Pedro Ludovico, certamente influenciado pelo desenvolvimento comercial do Triângulo Mineiro, representava as aspirações econômicas dos grupos sulinos. Estava em voga o lema desenvolvimentista – embasado na idéia da construção de uma nova capital – mas pairava, de fato, um pesado jogo político. As antigas oligarquias conservavam-se ativas no ambiente da velha capital e exerciam influência sobre líderes e prefeitos do interior, tendo, portanto, de ser politicamente minadas. Desse modo, a região sul do Estado buscou sua estrutura de poder, valendo-se da determinação do médico e político Pedro Ludovico Teixeira, como será visto adiante.

Goiás mantinha articulações comerciais com São Paulo, principalmente a partir do século XIX, período em que ocorreu o início do real entrelaçamento mercantil via Triângulo Mineiro. O fenômeno intensificou-se com o processo nacional de integração e Goiás obteve significativos benefícios em função das políticas governamentais a partir da era Vargas.

Nesse período, “em Goiás, Estado de economia e mentalidade agropastoris, num Brasil em transformações, a única saída era o remédio oposicionista, se não era de cura, era, pelo menos, de alívio para os males do povo” (CHAUL, 1988). Nesse quadro, a construção de uma nova capital representou a tentativa principal de desenvolver o Estado.

A antiga capital estava entrando em decadência, um fator favorável para que Pedro Ludovico afirmasse que a cidade não se encontrava em condições de se manter como capital do Estado de Goiás. Pesavam contra ela os seguintes argumentos: situada sobre terreno acidentado e de altos montes; clima castigado por excessiva temperatura, em função da baixa latitude; problemas de abastecimento de água potável, falta de rede de esgoto e péssimas habitações. Pedro Ludovico baseou a mudança da capital em dois argumentos principais: o problema da saúde pública e a diminuição de 20% da população no período, enquanto a população do Estado duplicava (CHAUL, 1988).

Chaul (1988) conta que, em viagem ao Rio de Janeiro, o Interventor conseguiu a aprovação e o custeio parcial do Governo Federal para a mudança da Capital. Tal aprovação foi publicada no início de 1933, através de um decreto que autorizou o Governo de Goiás a contrair empréstimos com a finalidade de liquidar dívidas e iniciar a construção da nova capital. Foram quatro as possibilidades de local indicadas: Pires do Rio, Bonfim, Bata (Ubatan) e Campinas, levando-se em conta que tais localidades tinham os requisitos básicos para sustentar uma nova capital: abundância de água, bom clima, topografia adequada e proximidades com a estrada de ferro. Foi escolhida uma comissão para estudo das regiões citadas com finalidade de decidir o futuro local da capital.

No início do ano de 1933, o local para a construção da nova capital de Goiás foi escolhido – Campinas. A escolha do local foi quase imediata, situado na parte mais povoada do centro geográfico do Estado, onde existiam terras férteis e planas, além de uma topografia apropriada para edificações. Escolhido o local da edificação da futura capital, o passo seguinte foi a obtenção das terras que margeavam a área escolhida. O território foi obtido através de doações, permutas e/ou vendido por fazendeiros e, mais tarde, doado à Prefeitura e repassado ao Estado. A construção da nova capital, mesmo contando com firme disposição dos governos Estadual e Federal, aconteceu de forma demorada. Somente em 1933 lançou-se uma pedra fundamental no local escolhido. Essa mudança não era apenas vontade de Pedro Ludovico, mas também um desejo de Vargas. Mais do que isso, era uma necessidade do capitalismo. Porém, esta decisão provocou simultaneamente amor e ódio nos goianos, gerando alguns protestos de uma “mentalidade mais romântica do que realista” (CHAUL, 1988).

A verba para a construção veio primeiramente de empréstimos feitos pelo Governo Federal, que tinha como interesse ter a nova capital como centro absorvedor de mercadorias das várias regiões do Estado, repassando-as e interligando-as economicamente para as regiões urbano-industriais do país. Os primeiros empréstimos, totalizando cerca de 15 mil contos de réis, foram conseguidos no primeiro quinquênio dos anos de 1930. Em seguida, procedeu-se a venda de lotes, criando-se o Departamento de Propaganda e Venda de Terrenos para a propagação, incentivos e formação do núcleo da nova Capital. Com o parcelamento de terras – obtidas por doação, compra e permuta – gerou-se uma explosão especulativa na área. Logo em conjunto, as dívidas contraídas e as verbas advindas da negociação de terras serviam para financiamento de edifícios públicos da nova capital (ESTEVAM, 1998).

Outra grande dificuldade na construção de Goiânia foi a carência de operários, cruciais para o andamento das construções. Trabalhadores especializados eram completamente inexistentes no âmbito de Goiás. No livro *História de Goiás*, Palacín (1994) relata que Pedro Ludovico encontrou muitas dificuldades na busca de técnicos especializados mais próximos de Goiás, tendo que contratar em São Paulo e Rio de Janeiro, dada à insignificância das rendas estaduais. Neste quadro, a saída foi a promoção de intensa campanha – através de órgãos de comunicação – visando arregimentar operários suficientes para a empreitada e, de sua parte, o Governo Federal passou a enviar continuamente migrantes para Goiás.

De acordo com Chaul (1997), Pedro Ludovico pôde contar, então, com aproximadamente quatro mil operários vindos do interior do Estado, de Minas, São Paulo e do Nordeste, alojados em ranchos de capim e em casinhas de madeira, recebendo vales no final do mês. Os operários trabalharam duramente e construíram Goiânia para ser, primordialmente, um símbolo do dinamismo do Estado. Portanto, um dos grandes problemas encontrados pelo Governo estava relacionado com a especialização da mão-de-obra, sendo necessário trazê-la do Rio e de São Paulo. Outra problemática foi a parte financeira do Estado, dando razões aos operários para difamarem a nível nacional o governo goiano e reclamarem das péssimas condições de trabalho a que foram submetidos (CHAUL, 1997).

Segundo Palacín (1994), o Estado de Goiás, na época da edificação de Goiânia, era essencialmente agrário, com uma população quase que totalmente rural, dedicada à agropecuária. Dessa forma, observa-se que, com a construção de Goiânia, as transições entre o rural e o urbano foram se mesclando. Depois de resolvida a parte de doações e de vendas dos locais escolhidos para erguer a nova capital, os operários da construção civil de Goiânia passavam a exercer uma ação fundamental como agentes que viabilizaram a valorização da terra urbana pelo Estado.

Em 1935, consumou-se a mudança de órgãos do governo para Goiânia. Seguiu-se, então, a construção dos primeiros prédios do governo. Primeiramente, as construções do Palácio, Secretaria Geral e de um hotel. Depois, o governo passou a se preocupar com as residências dos operários, as chamadas “casas tipo”, padronizadas para funcionários.

Finalmente, em 1942, com o “batismo cultural”, a cidade foi oficialmente inaugurada. Na virada da década de quarenta, testemunhos registraram que Goiânia construiu mais de cem prédios ou quase quatro prédios por dia. No caso, não seria um crescimento, e sim uma verdadeira explosão no contexto de um Estado ainda incipiente em sua urbanização (ESTEVAM, 1998).

Estava se cumprindo, de fato, a semente para a “Marcha para o Oeste”, no sentido de dinamizar a demografia e a economia de Goiás. De acordo com o economista Estevam (1998), a articulação goiana com São Paulo foi vigorosa desde o princípio. A nova cidade recebia (da economia paulista) os materiais de construção, os gêneros alimentícios, os tecidos e as ferramentas para o trabalho. A crescente valorização das terras do município, por sua vez, atraiu investidores de outros centros a ponto de o crescimento econômico de Goiânia ser bastante evidenciado pelo seu primeiro prefeito.

Venerando de Freitas, o primeiro prefeito, registrou que em 1938 existiam no município 24 mil cabeças de bovinos e, já no ano seguinte, essas cifras se elevavam a 56 mil cabeças, explicando o aumento pelo número de fazendeiros que se transferiram para o município.

Goiânia, ao representar uma nova possibilidade geográfica no interior do país, foi palco de elevada migração desde seus primeiros anos de existência. O atrativo real para o surto migratório foi a existência de largas faixas de terras férteis e matas – até então inexploradas – na área de abrangência da nova capital.

Uma zona de rico potencial agrícola, conhecida como Mato Grosso de Goiás, começou a ser penetrada em função da construção de Goiânia. A edificação da nova capital, desse modo, ao ensejar correntes migratórias, foi responsável pelo lançamento de “germes” de transformação nas estruturas tradicionais do Estado. Suas terras foram paulatinamente sendo conhecidas, tornando-se uma cativante opção para assentamento dos migrantes rurais que passaram a se movimentar pelo campo brasileiro. A propaganda oficial dos anos trinta – ressaltando em nível nacional as possibilidades econômicas de Goiás – colaborou para que migrantes de outros Estados, principalmente a partir de 1935, ocupassem as adjacências da nova capital e da zona do Mato Grosso de Goiás.



A transferência da capital foi uma arrojada aposta no desenvolvimento do Estado. Contudo, o processo demonstrou ser mais complexo e de mais lenta solução.

Com efeito, no início da década de 1940, Goiânia era uma cidade perfeitamente estabelecida, porém o desenvolvimento do Estado ainda estava longe de ser satisfatório. Foi, na verdade, o começo de uma nova etapa, importante não tanto pelas realizações imediatas, mas pelos rumos que marcaram, iniciando mudanças na tradicional mentalidade do homem do campo e trazendo confiança no futuro econômico do Estado. Foi uma aposta no futuro. Tanto que se acreditou que a nova capital seria um pólo de desenvolvimento industrial, papel que não se consumara, apesar de ter sido demarcada, desde o início, extensa área para instalação de indústrias no município.

Aponta Estevam (1998) que o município de Goiânia atingiu 48.165 habitantes em 1940. Em 1920, na área em que foi edificada a cidade, existiam apenas dois pequenos municípios (Campinas e Trindade) cuja população urbana e rural somava no máximo dez mil moradores. O projeto de implantação da nova capital proporcionou, no curto período de 1935 a 1940, a multiplicação substancial do povoamento na área. Ao lado disso, houve considerável surto de abertura de estradas a partir dos anos trinta em Goiás. Em função da construção de Goiânia, alguns municípios vizinhos se desdobraram, principalmente no centro-sul do Estado, provocando a necessidade de expansão da rede de estradas de rodagem.

Ainda na década de 1940, mesmo com a mudança da capital e a expansão das estradas, Goiânia era uma cidade ainda inteiramente voltada para a zona rural. Uma cidade típica de fazendeiros. Mas, alguns projetos federais, nas décadas de 1940 e 1950, provocaram um surto migratório para Goiás, promovendo grande assentamento de colonos no território.

A Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) foi a primeira de uma série de oito colônias criadas pelo governo, tendo sido implantada em um terreno extremamente fértil (ainda inexplorado) na zona conhecida como Mato Grosso Goiano. Com a medida, a corrida demográfica para o Estado avolumou-se substancialmente e a implantação da CANG foi responsável pelo assentamento de parte dos migrantes, contingente relativamente significativo para menos de uma década de ocupação, como pode ser observado na tabela que se segue.

Tabela 1 – População total e participação relativa da população urbana e rural da aglomeração de Goiânia – 1940

	1940		
	Pop. Total	Pop. Urbana (%)	Pop. Rural (%)
Goiânia	48.166	31,2	68,8
Goianira	1.455	21,6	78,4
Nerópolis	4.758	23,4	76,6
Trindade	9.738	14,6	85,4
Total da Aglomeração	64.117	27,9	72,1

Fonte: a autora, com base no censo demográfico do IBGE

A população rural no início dos anos 40 cresceu muito em função dos novos fazendeiros atraídos pela possibilidade de expandir a produção e fazer grandes negócios com terras que, mais cedo ou mais tarde, viriam a ser incorporadas pelo Estado. Este crescimento deu-se também devido à Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), movimento migratório dos projetos governamentais que promoveram assentamento de colonos na região do planalto central brasileiro.

A promessa de terra gratuita feita pelo governo federal foi o incentivo para a CANG. Neste aspecto, a Colônia teve o sentido de "terra prometida" para alguns milhares de migrantes que se movimentavam pelo campo brasileiro. A grande maioria era composta de famílias oriundas de Minas Gerais, o restante de "nortistas" e do próprio interior de Goiás. Na verdade, tratavam-se de pessoas sem recursos – na maioria agregados de fazendas, meeiros e arrendatários – que marchavam em busca da terra prometida (ESTEVAM, 1998).

Os lotes de terra foram distribuídos gratuitamente na área da CANG numa superfície de 106 mil hectares. A maioria deles media de 20 a 30 hectares cada, diferença baseada na fertilidade e localização de cada lote. Por se tratar de florestas virgens e densas – com variada fauna e flora – a maneira do cultivo e a preservação ambiental constavam no projeto original. A idéia era a utilização de rotação de culturas evitando depredação das matas, passando de uma agricultura migratória para outra permanente. Todavia, em função da utilização de métodos tradicionais (como a queimada), a devastação foi intensa e as florestas foram eliminadas em poucos anos.

Logo, a implantação da CANG foi parcialmente bem sucedida, posto que o regime de pequena propriedade resistiu, mesmo que temporariamente, e parcela dos migrantes permaneceu definitivamente na área. A experiência "frustrada" da colônia não decorreu de incapacidade administrativa do Governo Federal, tampouco da incapacidade do trabalhador pobre em levar adiante um projeto de colonização. Decorreu da falta de distribuição de créditos aos pequenos produtores, da grande distância dos centros consumidores e da forte dominação do

capital mercantil em Goiás, impulsionado pela integração comercial com São Paulo através da ponta da estrada de ferro em Anápolis.

A implantação da CANG promoveu assentamento para milhares de pessoas, proporcionou considerável parcelamento de terras e relevante volume de produção agrícola alimentar em Goiás na metade do século passado. A organização do engenheiro agrônomo Bernardo Sayão, originalmente, foi bem sucedida na Colônia Agrícola. Desse modo pode-se observar mediante a tabela abaixo a taxa de crescimento anual do período de 1940.

Tabela 2 – Taxa média geométrica de crescimento anual da população da aglomeração de Goiânia

	1940		
	Total (%)	Pop. Urbana (%)	Pop. Rural (%)
Goiânia	1,0	10,30	-8,6
Goianira	-2,0	-0,80	-2,4
Nerópolis	1,9	5,10	0,7
Trindade	5,9	19,20	0,9
Total da Aglomeração	1,9	10,90	-5,1

Fonte: a autora, com base no censo demográfico do IBGE

A população total do município em 1940, segundo o Censo Demográfico do IBGE, era de 48.166 habitantes. Desta, 31,2% já era urbana; a população rural representava 68,8%, ou seja, 33.149 habitantes. A taxa de crescimento anual da população urbana no período 1940-1950 já era elevada, registrando um índice de 10%, e iria persistir até os anos 60. A população urbana, de 15.017 habitantes, era constituída basicamente de pioneiros, como funcionários públicos transferidos da antiga capital, comerciantes que se estabeleceram desde o início e os que foram atraídos pela construção da nova capital.

No período de 1940 a 1950, houve significativas mudanças em relação à população rural e urbana segundo dados do IBGE. Basta observar os dados sobre as populações urbanas e rurais da Tabela 3 para ver o dinamismo da região onde Goiânia foi construída.

Tabela 3 – População da aglomeração de Goiânia em 1950

	1950		
	Pop. Total	Pop. Urbana (%)	Pop. Rural (%)
Goiânia	53.389	74,70	25,3
Goianira	1.188	24,60	75,4
Nerópolis	5.739	31,80	68,2
Trindade	17.342	47,60	52,4
Total da Aglomeração	77.658	64,70	35,3

Fonte: a autora, com base no censo demográfico do IBGE

Conforme a tabela anterior, o Censo já registrava uma população total de 53.389 habitantes, sendo que 74% já era população urbana e 25% rural. Observa-se que o crescimento da população urbana foi intenso em toda a aglomeração, saltando de uma taxa de menos de 30% nos anos 40 para mais de 60% nos anos 50, ocorrendo não só na capital, mas também nos municípios vizinhos.

Na análise do professor Moysés (2004), nos anos 50 os atores hegemônicos eram os proprietários de terras e as imobiliárias que parcelavam suas glebas de terras e vendiam sem infra-estrutura, mas tomavam o cuidado de fazer reservas estratégicas de lotes, que foram adquiridos posteriormente por migrantes vindos de várias regiões do país.

Somente a partir do final dos anos 50, o planejamento urbano voltou a ter viabilidade técnica, e os governos estadual e municipal demonstravam ter interesse na sua adoção, mas não possuíam força política para enfrentar a “força do capital imobiliário” que agia à solta, com o objetivo de maximizar seus ganhos num curto espaço de tempo, não respeitando os limites urbanos que separavam a área rural, que deveria ser preservada, da área urbana. Dessa forma, a expansão urbana foi sistematicamente alterada.

Na cidade de Goiânia, no período de 1951 a 1960, ocorreu uma mudança significativa na sua gestão, governada por Pedro Ludovico Teixeira, dessa vez eleito por processo indireto, que permitiu que o setor imobiliário interviesse no parcelamento da cidade de acordo com as leis de mercado, demonstrando a fragilidade política e técnica do planejamento da cidade.

Leciona Moysés (2004) que a migração estava ocorrendo sem controle e a nova capital necessitava de instrumentos de planejamento, já que naquele momento estava sendo submetida a um processo crescente de expansão em sua malha urbana. Esses migrantes que saíam de suas terras em busca de melhores condições de vida provocaram um grande afluxo de migração, proporcionando uma perda de controle estatal sobre a expansão urbana da cidade para a iniciativa privada e fragilidade do planejamento diante dos proprietários de terra – imobiliárias, incorporadoras ou construtoras. Basta verificar o crescimento da população de 1950, que salta de aproximadamente 50 mil para 150 mil habitantes. Na Tabela 4 pode-se observar tal crescimento.

Tabela 4 – População da aglomeração de Goiânia em 1950 e 1960

	1950			1960		
	Total	Pop. Urbana (%)	Pop. Rural (%)	Total	Pop. Urbana (%)	Pop. Rural (%)
Goiânia	53.389	74,7	25,3	153.505	86,9	13,1
Goianira	1.188	24,6	75,4	5.060	13,2	86,8
Nerópolis	5.739	31,8	68,2	6.596	45,0	55,0
Trindade	17.342	47,6	52,4	17.135	40,9	59,1
Total Aglomeração	77.658	64,7	35,3	185.224	78,3	21,7

Fonte: a autora, com base no censo demográfico do IBGE

Nesse período, o movimento de urbanização estava concentrado na capital. Os municípios vizinhos ainda não atraíam a população migrante em quantidade expressiva, porque Goiânia dispunha de espaços suficientes para abrigar a onda migratória que para ela se dirigia.

Na década de 1950, a massa de migrantes recém-chegados veio a Goiânia atraída pela consolidação da nova capital do Estado de Goiás. Vieram migrantes não só de outros pontos do país, como do próprio Estado e de toda a região Centro-Oeste. Do ponto de vista sócio-profissional, eram comerciantes e operários que vieram trabalhar na nascente indústria da construção civil, além de ex-pequenos proprietários e grandes fazendeiros, e profissionais liberais diversos.

Portanto, os anos 1940 e 1950 foram caracterizados por movimentos que, interligados, contribuíram e marcaram o Estado de Goiás, tanto do ponto de vista econômico, quanto da formação urbana da cidade: o movimento interior/campo-cidade; a implantação da CANG, responsável pelo assentamento de significativa parte dos migrantes; a valorização do imóvel, tendo em vista a maximização do setor imobiliário, tanto no comércio de lotes, quanto na construção civil, tendo por consequência o avanço da exploração agrícola ainda tradicional no Centro-Oeste em geral e, por último, a construção de Brasília.

### 1.3 A CONTINUIDADE DA MIGRAÇÃO

Depois da construção de Goiânia e da CANG, a partir de meados dos anos 1950, um novo fenômeno de migração aconteceu em Goiás. Em função da construção de Brasília, houve rápido crescimento da população urbana e a progressiva redução do contingente rural no Estado. Esse fenômeno também esteve condicionado pelos investimentos governamentais que atraíam maciça migração, tanto para Brasília como para a região do entorno. A primeira etapa

da construção da Capital Federal teve início em 1956, até abril de 1960, data da inauguração oficial.

Segundo Verlaine (2007), desde a época da Independência do Brasil, a Assembléia Constituinte propusera a transferência da capital do Rio de Janeiro para o interior do país. Muitos políticos, jornalistas e intelectuais da época defenderam a mudança. Uma capital no interior do país garantiria a ocupação de terras quase despovoadas e abriria novas frentes de progresso. A idéia foi incorporada pela Constituição Republicana de 1891. No ano seguinte, a Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, chefiada pelo geógrafo belga Luís Cruls, demarcou um lugar para o novo Distrito Federal. A área, conhecida como Retângulo Cruls, foi o trecho escolhido para sediar a nova capital.

De acordo com Chaul (1997), essa idéia foi notificada em um comício na pequena cidade de Jataí-GO. O candidato à Presidência da República, Juscelino Kubitschek, respondendo à pergunta de um eleitor, fez a promessa de que, se eleito, iria transferir a capital para o Planalto Central. A Comissão de Localização da Nova Capital Federal escolheu o local definitivo onde seria construída Brasília – o "Sítio Castanho". Este era um dos 5 sítios de 1.000 km<sup>2</sup> indicados pela firma americana Donald J. Belcher como sendo os mais adequados para a construção da nova capital.

Em 1956, Juscelino encaminhou ao Congresso, entre outras medidas, a criação da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (a futura NOVACAP) e o nome de Brasília para a nova cidade. O Congresso aprovou por unanimidade o projeto de Brasília. Juscelino tinha como slogan "fazer cinquenta anos em cinco" e procurou o arquiteto Oscar Niemeyer, oferecendo-lhe a missão. O arquiteto aceitou o desafio sob certas condições: a principal delas foi a realização de um concurso nacional, com um júri internacional, que definisse um Plano Piloto para a nova capital. Iniciaram-se as obras de construção da residência presidencial provisória, o futuro Catetinho, concluído em 1956.

Houve um processo de intensa migração com a implantação da nova capital no Brasil, um montante de 12.700 habitantes em 1957 para 127.000 em 1960 (PAVIANI, 1985 apud CHAUL, 1997). Os candangos, como eram chamados os trabalhadores que construíram a cidade, vinham de todas as regiões do país, especialmente do Nordeste, Minas Gerais e Goiás. Muitas vezes eram trazidos em caminhões, sendo o ritmo das obras intenso do início ao fim da construção.

Segundo Verlaine (2007), Brasília foi construída em 41 meses durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek, com o trabalho de 30 mil operários. Com projeto urbanístico

de Lúcio Costa e arquiteto de Oscar Niemeyer, a nova capital foi inaugurada em 21 de abril de 1960, data escolhida em homenagem a Tiradentes. No ano de fundação, a cidade já contava com 150 mil habitantes, entre funcionários públicos instalados no Plano Piloto (parte central) e candangos, operários migrantes que trabalharam na construção da capital, moradores das cidades-satélites.

A população aumentou rapidamente à medida que a estrutura político-burocrática se instalou em Brasília. Por causa da necessidade estratégica da rápida ocupação da região, a elite do serviço público viu-se atraída por salários superiores aos da média brasileira. Ao mesmo tempo, dezenas de milhares de migrantes passaram a residir em cidades-satélites. Em 30 anos, o Distrito Federal alcançou 1,7 milhão de habitantes, uma das mais altas taxas de crescimento demográfico do país. Em 1988, com a nova Constituição, o Distrito ganhou plena autonomia e passou a eleger diretamente governador e deputados próprios.

Em 1961 criaram-se as primeiras subprefeituras em Planaltina, Taguatinga, Sobradinho, Gama, Paranoá, Brazlândia e Núcleo Bandeirante. Em 1964, as subprefeituras foram substituídas por regiões administrativas. Em 1989 são incluídas quatro novas regiões administrativas (Ceilândia, Guará, Cruzeiro e Samambaia), em 1993, mais quatro (Santa Maria, São Sebastião, Recanto das Emas e Riacho Fundo) e, em 1994, as três últimas (Lago Sul, Lago Norte e Candangolândia).

Em 1970, o novo Distrito Federal despontou como décimo lugar nas maiores concentrações humanas no país. Recife, Salvador, Fortaleza, Belém, Belo Horizonte e Porto Alegre mantiveram-se crescendo, com apenas variações. Sob o influxo de Brasília e do desenvolvimento local na década de 1970, Goiânia quase chegou aos quatrocentos mil habitantes (LOPES, 1996).

O levantamento demográfico realizado em 1960 constatou a presença de 139.796 pessoas, com 140.164 residindo no novo Distrito Federal. Destes, 62% eram do sexo masculino, homens que migraram em busca de emprego na construção da capital. Uma população em processo de fixação definitiva. Outro levantamento foi sobre o lugar de nascimento dos habitantes do Distrito Federal: cerca de 4% haviam nascido no local; a maioria era natural de Goiás (17%), Minas Gerais (17%), Ceará (10%), Bahia (10%), Paraíba (6,5%) e Pernambuco (6%), num total de 64% dos habitantes; (5%) nasceram no Estado de São Paulo e os nascidos no Nordeste representavam aproximadamente 42% do total, tendo como papel importante o fator econômico e político da migração para cada uma das regiões do país (LOPES, 1996). Na Tabela 5 pode-se observar o processo de urbanização de Goiás e do Distrito Federal.

Tabela 5 – População residente urbana em Goiás e Distrito Federal – 1940-2000

<b>Local</b>	<b>1940</b>	<b>1950</b>	<b>1960</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>
Goiás	142.110	245.667	575.325	1.237.108	2.401.491	3.247.676	4.396.645
D. Federal	-	-	88.334	516.082	1.139.031	1.515.889	1.961.499

Fonte: a autora, com base no censo demográfico do IBGE

Primeiramente, o Distrito Federal foi povoado pelos construtores de Brasília. Depois, pelos servidores públicos e outros membros da estrutura governamental transferida. Em pouco tempo ambos os grupos suplantaram a população original. O censo diagnosticou que 53% dos habitantes que estavam no Distrito Federal há menos de 1 ano tinham chegado poucos meses antes da transferência da capital. Algumas dezenas de dias anteriores à inauguração, 134.242 pessoas migraram para a nova cidade (LOPES, 1996). A seguir, a Tabela 6 mostra a taxa média de crescimento urbano de Goiás e Distrito Federal.

Tabela 6 – Taxa média anual de crescimento urbano em Goiás e Distrito Federal

<b>Local</b>	<b>1940/50</b>	<b>1950/60</b>	<b>1960/70</b>	<b>1970/80</b>	<b>1980/91</b>	<b>1991/00</b>
Goiás	5,6	8,9	8,0	6,9	2,8	3,4
D. Federal	-	-	19,3	8,2	2,6	2,9

Fonte: a autora, com base no censo demográfico do IBGE

É possível verificar que, mediante a chamada “Segunda Marcha para o Oeste”, na construção de Brasília, houve um rápido crescimento da população urbana e, conseqüentemente, a diminuição da população rural. A mudança da nova capital foi defendida por muitos políticos, intelectuais e jornalistas, tendo como visão futura o progresso do país. Juscelino, em um de seus discursos, fez a promessa de mudar a nova capital, mas para que isso acontecesse, passou por vários processos políticos, econômicos e sociais, e atraiu migrantes principalmente do Nordeste, Goiás e Minas Gerais.

Tabela 7 – População total residente em Goiás e Distrito Federal – 1940-2000

<b>Local</b>	<b>1940</b>	<b>1950</b>	<b>1960</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>
Goiás	826.414	1.214.921	1.913.289	2.938.677	3.859.602	4.018.903	5.003.228
D. Federal	-	-	140.164	537.492	1.176.935	1.601.094	2.051.146

Fonte: a autora, com base no censo demográfico do IBGE

Na tabela acima, nota-se que houve um crescimento populacional acelerado. Por exemplo, no Estado de Goiás, a construção de Goiânia foi projetada para abrigar 50 mil habitantes nos anos 50, no entanto chegou a 150 mil, acrescentando ainda núcleos urbanos em seu entorno, que atualmente chega a aproximadamente 2 milhões de habitantes, sendo um dos



motivos do crescimento populacional de território goiano. Com Brasília também não foi diferente. Sua população cresceu muito, alterando seu plano original, criando cidades satélites, mais cidades do que haviam planejado, que foram construídas para abrigar os migrantes, chegando hoje a um total aproximado de 3 milhões de habitantes. Essas duas cidades tiveram um papel importante no crescimento total da população residente em Goiás e no Distrito Federal e transformaram-se em “maternidade da economia de mercado”, com suas funções mercantis da produção industrial capitalista.

Referente à população rural, esta foi diferente em termos de crescimento populacional em relação ao crescimento demográfico de Goiás e Distrito Federal.

O economista Estevam (2005), em seu artigo “Geração de Emprego”, comenta que no início do século XX a população buscava primordialmente a ocupação das zonas rurais do território. Tanto que, nas décadas de 1940 e 1950, Goiás registrou altos índices de crescimento demográfico tanto urbano quanto rural. A partir de 1960, a agricultura “perdeu peso” e os setores industrial e de serviços aumentaram sua participação na economia, ocasionando uma modificação nos índices de crescimento destas populações, e a relação urbano/rural foi se alterando com nítida redução da última, conforme relatado na Tabela 8.

Tabela 8 – População residente rural em Goiás e Distrito Federal – 1940-2000

<b>Local</b>	<b>1940</b>	<b>1950</b>	<b>1960</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>
Goiás	684.304	969.254	1.337.964	1.701.569	1.458.111	771.227	606.583
D. Federal	-	-	51.830	21.410	37.904	85.205	89.647

Fonte: a autora, com base no censo demográfico do IBGE

Mediante a Tabela 8 é possível verificar que a população rural vem decrescendo a partir de 1980 a taxas elevadas, devido a um processo de deslocamento da população rural para as cidades, por causa da modernização agrícola do Estado que provocou o êxodo rural, e em busca de melhorias sociais que incrementaram o fluxo migratório para a região. Segundo Estevam (2005), a redistribuição urbano/rural foi mais intensa no Estado de Goiás em função da adoção de formas capitalistas de produção na agricultura, da valorização das terras, da apropriação fundiária especulativa e ainda tendo em vista a legislação que instituiu direitos trabalhistas para os antigos colonos, levando fazendeiros a preferir “expulsá-los” – por falta de condições econômicas – do que obedecer às normas legais. De uma população eminentemente rural, o Estado ostenta atualmente uma taxa de urbanização superior à média nacional. O Distrito Federal, o entorno do Distrito Federal e a área Metropolitana da Grande Goiânia, devido às suas proximidades com a capital, também acomodam milhares de migrantes em

busca de negócios, de melhores oportunidades de trabalho e expectativa de vida mais promissora.

### **1.3.1 Região metropolitana de Goiânia**

A população do Estado está concentrada na área do entorno do Distrito Federal e da Região Metropolitana de Goiânia, onde estão dois terços do contingente da população goiana. O trabalho focaliza, antes de tudo, a Região Metropolitana de Goiânia e, posteriormente tratará do entorno do Distrito Federal.

Goiânia está dividida em 3 macro-zoneamentos, segundo dados da Secretaria de Planejamento Municipal/Divisão de Cadastro de Bairros e Logradouros (SEPLAM/DVCL). A primeira, Zona Urbana (ZU), representa 14,0% do território e abriga 47,8% da população total; a segunda, Zona de Expansão Urbana (ZEU), envolve 38,0% do espaço e 50% de habitantes; e por último, a Zona Rural (ZR), abrange 48% do território e apenas 0,7% da população total do município (MOYSÉS, 2005).

A região Centro-Oeste, que é constituída pelos Estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal (Brasília), contribuiu para a formação do espaço Metropolitano de Goiânia, fruto de um processo de ocupação que aconteceu de forma crescente, como foi visto, em 1935, com a construção de Goiânia, e em 1956, com a Nova Capital do Brasil e, principalmente, em 1970, com a forte presença da agroindústria e com grandes criadores de gado e de soja. Também em função da ótica do setor imobiliário, que obrigou os empresários do ramo a promoverem parcelamento de terras dos municípios vizinhos com preços e prazos acessíveis, o fluxo migratório para o entorno de Goiânia cresceu de forma assustadora, proporcionando uma taxa de crescimento acima do esperado, que deveria ser minimizada pelo governo em sua gestão.

Em 1980 foi criado o Aglomerado Urbano de Goiânia (AGLUG), composto inicialmente por 10 municípios, em que nem todos mantinham relação de fronteira com o Estado. São eles: Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Bela Vista de Goiás, Goianópolis, Goiânia, Goianira, Guapó, Leopoldo de Bulhões, Nerópolis e Trindade. Em 1983 foi inserida Hidrolândia e, por último, em 1998, antes da criação da Região Metropolitana de Goiânia (RMG), ocorreu mais uma alteração, acrescentando mais municípios, chegando num total de 16: Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Bela Vista de Goiás, Goianópolis, Goiânia, Goianira, Guapó, Nerópolis

e Trindade, Bonfinópolis, Brazabranes, Caturai, Inhumas, Santo Antônio de Goiás e Senador Canedo.

O espaço da Região Metropolitana de Goiânia (RMG) foi constituído no final de 1999 com 3.980 Km<sup>2</sup> e densidade demográfica de 410 hab./ Km<sup>2</sup>, aprovada pela Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, que autorizou o governo do Estado a criar o Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Goiânia, a Secretaria Executiva e o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano de Goiânia. Tendo um papel não só econômico, também abrigaram a problemática da população integrada e não-integrada ao processo de crescimento. Essa RMG foi constituída por 11 municípios da “Grande Goiânia”: Aparecida de Goiânia, Abadia de Goiás, Aragoiânia, Hidrolândia, Goianópolis, Goiânia, Goianira, Nerópolis, Trindade, Santo Antônio de Goiás e Senador Canedo. Esses municípios são, na maioria, predominantemente urbanos, com cerca de 1,7 milhões de pessoas, correspondendo a 15% da população do Centro-Oeste e 34% da população do Estado de Goiás (MOYSÉS, 2005). A Tabela 9 descreve o grande crescimento da população na década de 1990 a 2000.

Tabela 9 – População total da região metropolitana de Goiânia por município de 1991, 1996, 2000

	Ano		
	1991	1996	2000
Abadia de Goiás	2.860	3.343	4.971
Aparecida de Goiânia	178.483	265.868	335.392
Aragoiânia	4.910	5.713	6.424
Goianópolis	10.716	10.191	10.671
<b>Goiânia</b>	<b>922.222</b>	<b>1.001.756</b>	<b>1.093.007</b>
Goianira	12.896	15.194	18.719
Hidrolândia	10.254	11.199	13.086
Nerópolis	12.987	15.241	18.578
Santo Antônio de Goiás	1.988	2.437	3.106
Senador Canedo	23.905	44.266	53.105
Trindade	54.072	68.558	81.457
<b>Total</b>	<b>1.235.293</b>	<b>1.443.766</b>	<b>1.638.516</b>

Fonte: a autora, com base no censo demográfico e na contagem populacional do IBGE

Por conseguinte, a população metropolitana vem crescendo a taxas superiores às do município de Goiânia. Esse crescimento acontece em “função do poder de atração que a capital do Estado exerce, devido às ofertas de serviços e possibilidade de trabalho, tanto no setor formal quanto no setor informal da economia” (MOYSÉS, 2005).

O presente capítulo abordou os primórdios da ocupação demográfica em Goiás, o qual teve como objetivo investigar como a população cresceu e ainda continua recebendo um aporte significativo de migração para o território. Esse fato, já comentado, aconteceu primei-

ramente em função do surto da mineração do ouro, com a vinda de escravos e migrantes livres, e depois devido à estrada de ferro e à fundação de Goiânia, o que acarretou um novo movimento de migração que ocorreu no território. Mais tarde, nos anos 1940-1950, a implantação da CANG contribuiu para o assentamento de novos migrantes. Posteriormente, a construção de Brasília também proporcionou um rápido crescimento da população urbana e uma acentuada diminuição da população rural. Na zona do Mato Grosso Goiano, nas áreas sudoeste e sudeste de Goiás e na Região Metropolitana de Goiânia, novos focos de população se fortaleceram.

Neste capítulo, analisaram-se as áreas de maior concentração urbana em Goiás. No entorno do Distrito Federal, a migração foi devida à construção de Brasília, principalmente nos anos de 1960 e 1970, proporcionando o surgimento de núcleos populacionais, o que gerou grande adensamento urbano na área limítrofe de Goiás. No Mato Grosso Goiano, a população aumentou também devido à construção de Brasília e por causa de interesse comercial, pois os migrantes buscavam acomodar-se nas fronteiras para obter ganhos no comércio, tendo assim um grande desempenho econômico, principalmente em Goiânia e Anápolis. A região Sudoeste caracterizou-se pelo apossamento de terras que permitiu a delimitação de grandes fazendas de criação extensiva de bovinos, com destaque em Rio Verde, que tem enfrentado uma explosão demográfica em função do seu bom estado econômico. Já na região Sudeste de Goiás, destacou-se a mineração em Catalão e Ouvidor, gerando emprego e também a exploração agropecuária. E por último, a Região Metropolitana de Goiânia, que é fruto da ocupação da região Centro-Oeste, teve como forte fator de urbanização a construção de Goiânia e o fator imobiliário, que forçou os empresários do ramo a promover o parcelamento de terras vizinhas de Goiânia, promovendo assim preços acessíveis e atraindo ainda mais os migrantes para o entorno da capital de Goiás, o que significa que ainda persiste uma forte “Marcha para o Oeste” na atualidade.

## CAPÍTULO 2 – DINÂMICA DO CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO REGIONAL

Conforme visto no capítulo anterior, o crescimento demográfico e a urbanização em Goiás ainda continuam de forma significativa, devido às modernizações agrícolas, à estrada de ferro, transferência da capital de Goiás, construção de Brasília e vários outros fatores já comentados, provocando a migração acelerada, responsável pelo crescimento desordenado de zonas urbanas e concentrações populacionais em certas regiões do Estado goiano.

Levando em conta a problemática desta apresentação, o objetivo desse capítulo é acompanhar a acelerada migração, relatada no capítulo anterior, e o êxodo rural que ocasionou um crescimento demográfico acentuado no Estado, mas não de forma distribuída. Surgiram municípios mais populosos, geralmente mais procurados devido à oferta de emprego, ou seja, a população buscando maiores oportunidades e condições econômicas. Mas, será que esse crescimento demográfico tem sido compatível com a oportunidade de emprego existente? Ou melhor, acarreta melhores condições de vida para a população? Primeiramente, será analisado o ranking desses municípios mais populosos, observando o perfil demográfico das microrregiões de Goiás, sendo relatados os indicadores demográficos do território goiano, a taxa de crescimento e a evolução da população demográfica, rural e urbana em Goiás, desde 1972 até 2005. A concentração demográfica espacial também será abordada, mostrando a evolução dos municípios e seu *ranking* entre os dez maiores em população, sua localização e o motivo de serem os mais populosos. E, por último, o perfil demográfico das microrregiões e mesorregiões de Goiás, ou seja, a divisão do Estado goiano em regiões, que ocorreu em 1991 através da proposta do IBGE, analisando sua divisão e participação percentual da população residente.

### 2.1 INDICADORES DEMOGRÁFICOS DO TERRITÓRIO

Os indicadores demográficos de um território são muito importantes para o estudo geral como também para a correta análise de situações relativas a seu território. Por esse motivo científico, neste item serão abordados dois aspectos estatisticamente relevantes: o crescimento populacional e a composição urbana e rural no Estado de Goiás. Quanto ao primeiro aspecto, nota-se que a população de Goiás, como um todo, multiplicou sua taxa média

de crescimento anual progressivamente até 1980 e que, a partir desse ano, ocorreu uma mudança no território goiano, ocasionando uma transformação tanto política como demográfica decorrente da divisão do Estado em duas Unidades Federais: Goiás e Tocantins.

Tabela 10 – Estado de Goiás: População recenseada, taxa de crescimento médio anual e crescimento acumulado por período – 1872, 1890, 1900, 1920, 1940-80, 1991, 1996, 2000-05

<b>Ano</b>	<b>População Goiás</b>	<b>Taxa crescimento médio anual</b>	<b>Crescimento acumulado por período</b>
1872	160.395	-	-
1890	227.572	1,96	41,9
1900	255.284	1,16	12,2
1920	511.919	3,54	100,5
1940	826.414	2,42	61,4
1950	1.214.921	3,93	47,0
1960	1.913.289	4,65	57,5
1970	2.938.677	4,38	53,6
1980	3.860.174	2,77	31,4
1991	4.018.903	0,37	4,11
1996	4.514.967	2,36	12,3
2000	5.003.228	2,6	10,8
2005*	5.619.568	2,49	12,3

Fonte: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica (2005)

\* Estimativa

Nota: 1872 até 1950: População presente

1960 até 1980: População recenseada

1991 até 2000: População residente sem considerar o Estado do Tocantins

A Tabela 10 apresenta a evolução da população de Goiás desde 1872 até 2005. A dinâmica sócio-demográfica esteve ligada com as mudanças socioeconômicas, vistas no capítulo anterior, como, por exemplo, a construção de Goiânia, entre outros. Também ocorreram momentos temporais em que a população de Goiás apresentou crescimento substancial, ocorrendo novas alterações, como será apresentado a seguir.

De 1872 até 1950, a população goiana cresceu em função de diversos fatores, conforme abordado anteriormente. A população do Estado aumentava rapidamente. O censo do IBGE de 1900 registrou em Goiás uma população de 255.284 habitantes, e o de 1920 registrou 511.919, superando-se em 100%, fato explicado pelo ingresso da estrada de ferro em Goiás e pelo processo de urbanização no sudeste do Estado goiano, também pela maior proximidade do Triângulo Mineiro, como por exemplo Catalão, com 35 mil habitantes, que era em 1920 o município com maior população.

De 1920 a 1940, o aumento da população foi de 60,4%, crescendo em função da construção de Goiânia, a qual induziu uma migração contínua para o território incentivada pelo Governo Federal. De 1940 a 1950, o crescimento se explica pela Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), que atraiu inúmeros migrantes para a área central do Estado. Nesse período houve um incremento muito grande do comércio, principalmente em Anápolis, por ser a estação final da estrada de ferro.

De 1950 a 1960, houve a construção de Brasília, da BR-050 e de outras estradas, a expansão da infra-estrutura de energia elétrica, a implantação da usina de Cachoeira Dourada, o crescimento do consumo e da produção de materiais de construção para a nova capital federal e a delimitação do Distrito Federal. Tudo isso contribuiu para o aumento da população, não somente no Distrito Federal e na área urbana da capital do Brasil, mas também em cidades limítrofes, como em outras regiões do Estado de Goiás.

Segue o gráfico da população de Goiás em linha de crescimento, apresentando a população do Estado desde o ano de 1872, com 160.395 habitantes, até o ano de 2005, com 5.619.568 habitantes.

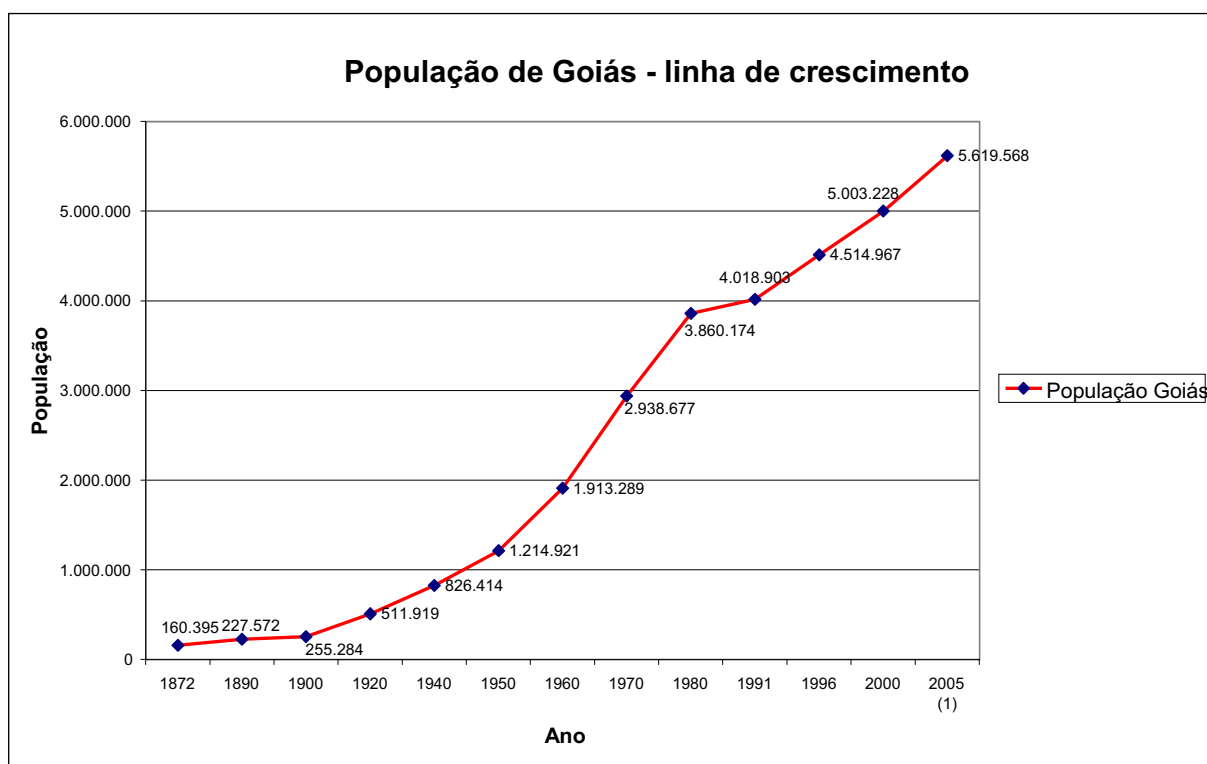


Figura 1 – População de Goiás no período de 1972-2005

Fonte: a autora, com base no IBGE

De acordo com a Figura 1, em 1970 a população de Goiás já se aproximava dos três milhões. Este crescimento rápido da população, estimulado pela forte migração, a longo prazo

se traduz em maior desenvolvimento e a curto prazo pode conduzir a variados impasses, pois para a economia da região, melhoram os índices de mão-de-obra, ampliam as fontes de riquezas, entre outros, mas por outro lado, contribuem para o aumento da demanda insatisfeita de serviços sociais, escolas, energia, estradas, saneamento e habitação, sobrecarregando os governos.

Segundo Otávio Lage: "As emigrações trazem consigo boas e más conseqüências. Para a economia da região, melhoram os índices de mão-de-obra, ampliam as fontes de riquezas, etc.: entretanto, contribuem para o aumento da demanda insatisfeita de serviços sociais, escolas, energia, estradas, saneamento e habitação, sobrecarregando os governos".

Nos números relativos ao período de 1980 a 1991, se observa certa estabilização do crescimento populacional residente no Estado de Goiás; todavia, em termos de crescimento, deve-se considerar o efeito induzido pela divisão do Estado com o Tocantins.

De 1991 até os dias atuais, a população vem crescendo de forma estável, na média de 2,5 % ao ano, acima da média nacional. Na figura abaixo segue a linha de crescimento anual da população goiana, em que no ano de 1991 ocorreu um decréscimo acentuado da população, causado pela divisão do Estado, em dois: Goiás e Tocantins.

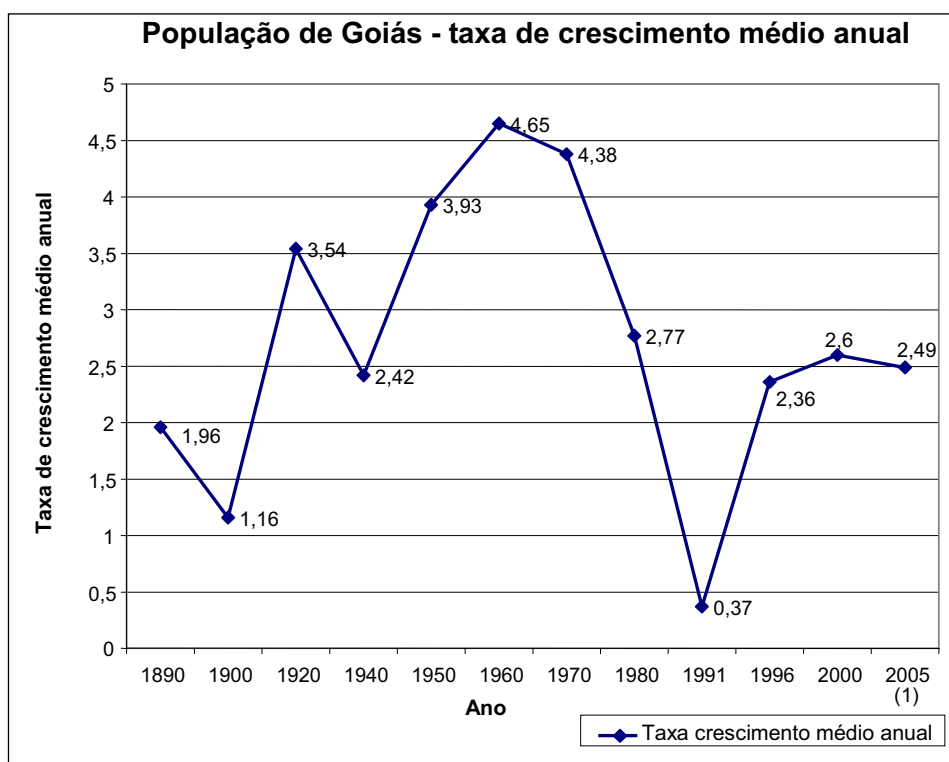


Figura 2 – População de Goiás: Taxa de crescimento no período de 1980-2005  
Fonte: a autora, com base no IBGE



A tabela seguinte mostra a população total de Goiás dividida em urbana e rural referente aos anos de 1950 a 2003, identificando a diferença e o crescimento entre o urbano e o rural.

Tabela 11 – Estado de Goiás: População por situação de domicílio –1950-80, 1991, 1996, 2000-03

<b>Goiás</b>		
	<b>Urbana</b>	<b>Rural</b>
1950	245.667	969.254
1960	575.325	1.337.964
1970	1.237.108	1.701.569
1980	2.401.098	1.459.076
1991	3.247.676	771.227
1996	3.872.822	642.145
2000	4.396.645	606.583
2003 (1)	4.675.664	653.658

Fonte: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica (2005)  
(1) PNAD

A Tabela 11 confirma que a população urbana de Goiás, na década de 1950 para 1960, deu um grande salto em termos de crescimento, consistente em mais de 100%. Este crescimento dobrado também se repetiu na década de 1960 a 1970. Isso significa não só uma mudança interna, com a saída do campo para a cidade, mas a massa de migrantes recém-chegados para Goiânia e Brasília, atraída pela consolidação da nova capital de Goiás, a construção da capital do Brasil.

A população urbana e rural, seus crescimentos e estagnação da população rural a partir do ano de 1991 estão representados na próxima ilustração. A Figura 3 que se segue, em termos absolutos, permite verificar que, no decorrer da década de 1970 a 1980, ocorreu uma mudança na taxa de crescimento rural e urbano. As mesmas foram invertidas em relação à década de 1960 a 1970, onde a população rural era mais concentrada. Isto aconteceu devido à construção de Brasília, que atraiu enormes fluxos migratórios de caráter mais intra-regional, vindo de outros Estados em direção à nova capital, atraindo também migrações para o entorno de Brasília, região de Goiás. Basta observar os dados sobre a população de Goiás, comparando o grau de crescimento e queda entre o urbano e o rural na Figura 4, para verificar a diferença entre as décadas de 1950 a 2003.

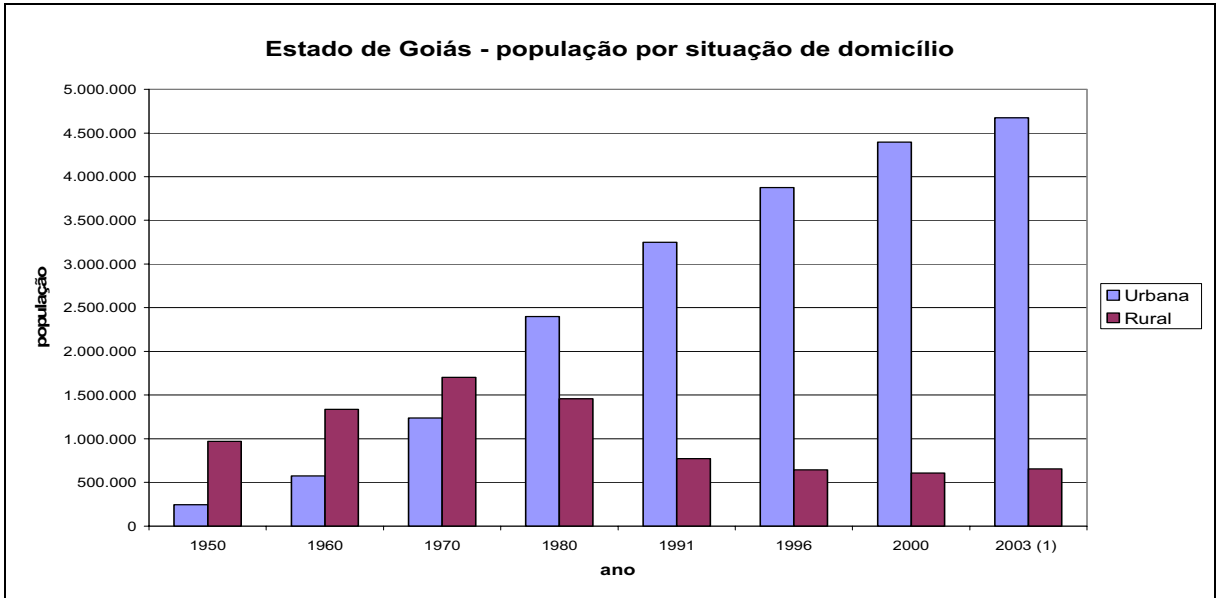


Figura 3 – População de Goiás por domicílio urbano e rural no período de 1950-2003

Fonte: a autora, com base no IBGE

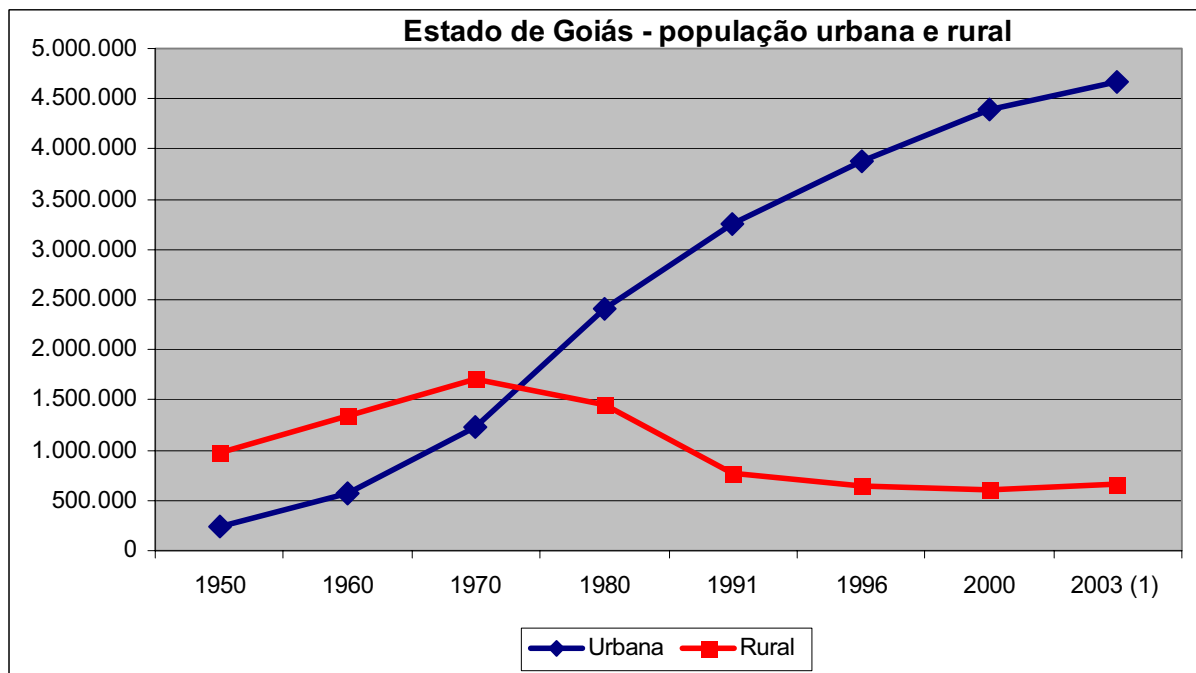


Figura 4 – População de Goiás: Urbana versus rural no período de 1950-2003

Fonte: a autora, com base no IBGE

A Figura 4 focaliza a evolução populacional do Estado de Goiás quanto à população rural, que perde grande contingente entre 1980 e 1991, em decorrência da modernização dos processos produtivos, fator que levou à dispensa de trabalhadores que iam para cidade em busca de empregos e melhores condições de vida. Mesmo após a queda de quase 50% de seu contingente na década de 1980, nos anos de 1991 a 2003 observa-se que a população rural continuou registrando contínuos e significativos decréscimos.

O aumento populacional em certas regiões de Goiás, induzido pela construção de Brasília, contribuiu para a formação de uma rede regional de cidades localizadas no eixo de Goiânia e entorno da Capital Federal, incrementando a importância das atividades comerciais e impulsionando as estruturações na economia representada pelo eixo Goiânia-Anápolis-Brasília.

Também ocorreu um acelerado processo de criação de municípios no país no período de 1950-1970. Em Goiás, passaram de 63 para 169, quase triplicando; em 1996 atingiram 242, chegando a 246 municípios até 2007, decorrente do acréscimo de mais quatro outros municípios. O crescimento urbano a partir de 1980 apresentou tendência de crescimento do êxodo rural devido à modernização da agricultura e da agroindústria, como será exposto no próximo capítulo. Em consequência, o aumento do crescimento rural permaneceu relativamente estável de 1996 a 2003, de 642.145 habitantes a 653.658 habitantes, respectivamente. Seguem abaixo os dois mapas do Estado de Goiás, mostrando a concentração da população urbana entre municípios com 817 até 1 milhão de habitantes urbanos e o mapa rural de municípios com população de “zero” a aproximadamente 90.000 habitantes rurais (IBGE, 2006).

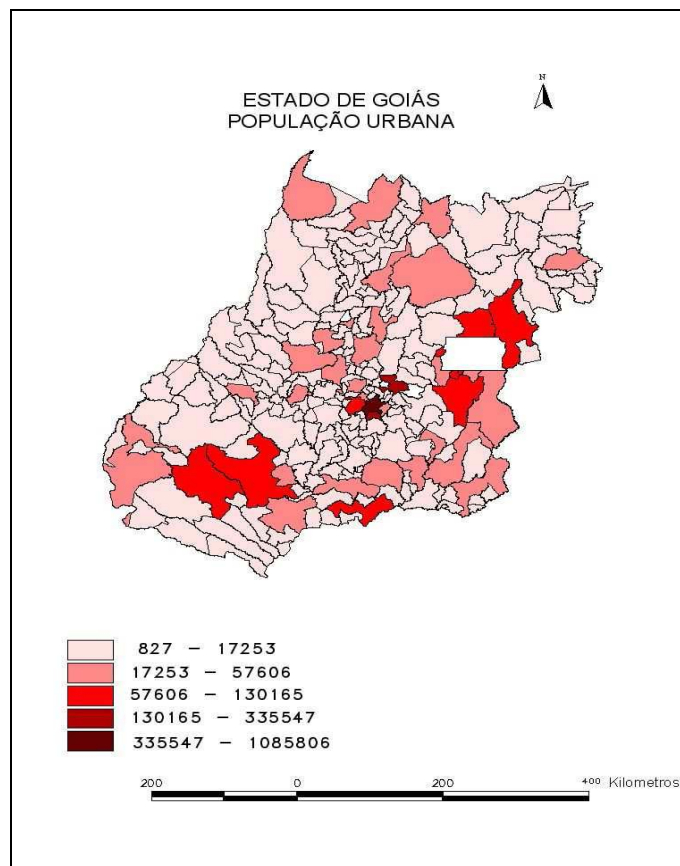


Figura 5 – Estado de Goiás - População urbana 2006  
Fonte: a autora, com base no IBGE

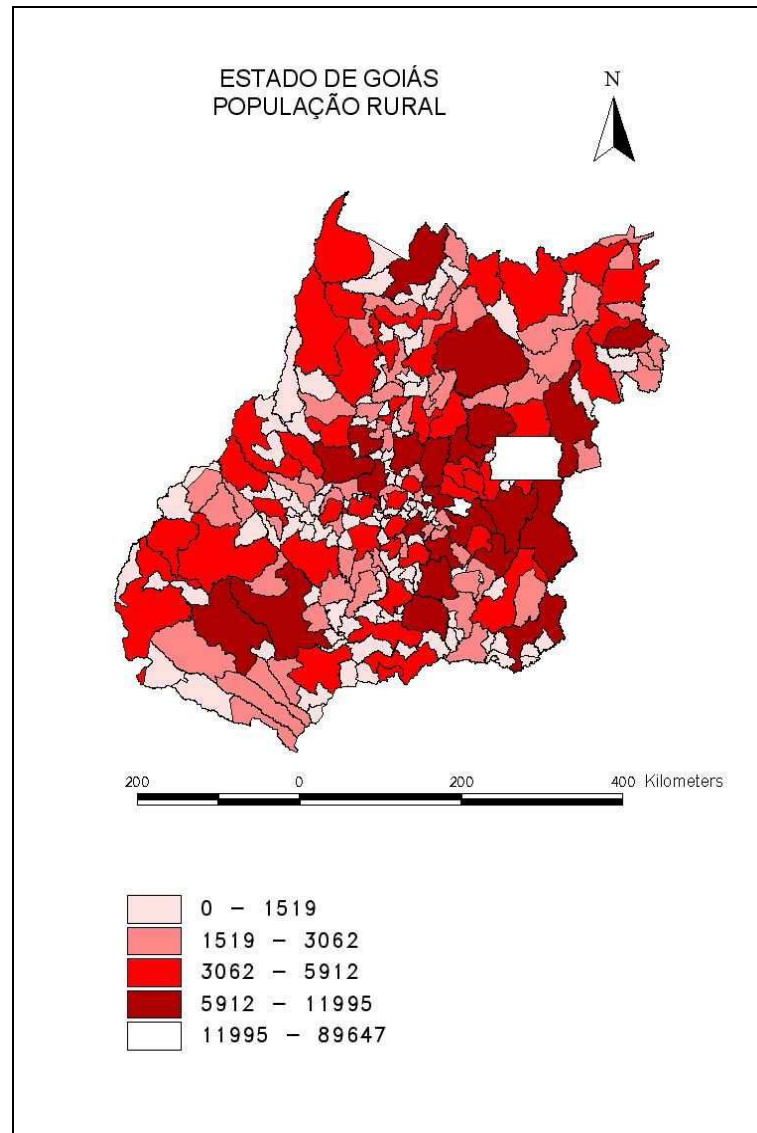


Figura 6 – Estado de Goiás - População rural 2006  
Fonte: a autora, com base no IBGE

Aponta Silva (1982), ser também importante salientar, em relação à migração e ao crescimento do êxodo rural, que apesar de os estudos realizados pela Difusão de Inovações terem sinalizado as estratégias mais eficazes de intervenção para a adoção tecnológica, o decantado desenvolvimento dos contextos populares do meio rural não ocorreu. Ao contrário, foram observados, fundamentalmente, além dos prejuízos ambientais, o aumento da concentração de terra e as migrações campo-cidade, na medida em que os “pacotes tecnológicos” desarticulavam as relações de trabalho no campo e endividavam os pequenos produtores rurais.

Portanto, os indicadores populacionais do território goiano são de grande importância para análise da demografia de Goiás. Assim, pode ser observado diante das tabelas e mapas anteriores o crescimento da população ao longo dos anos e os motivos históricos, políticos e

econômicos, como a CANG que trouxe inúmeros imigrantes para o Estado; a construção de Goiânia e Brasília, cidades que provocaram uma significativa diferenciação entre o crescimento urbano e o rural, atraindo as pessoas para a cidade em busca de melhorias e estabilidade, de modo que mesmo com a divisão do Estado em dois municípios – Goiás e Tocantins, a taxa de crescimento de Goiás continua acima da média nacional.

## 2.2 A CONCENTRAÇÃO DEMOGRÁFICA ESPACIAL

A concentração demográfica espacial em Goiás, segundo dados disponíveis no IBGE e SEPLAM-GO, apresenta uma maior ocorrência na Região Metropolitana de Goiânia, com 32,7% do total populacional estadual, e nos municípios de entorno de Brasília, com 17,6% da população goiana. Esses dois aglomerados juntos concentravam 50,3% dos habitantes do Estado no ano 2000. Segundo os dados constantes no site GEOGOIÁS, os municípios com densidade populacional acima de 100 habitantes/Km<sup>2</sup> concentram-se, em sua grande maioria, nesses dois aglomerados urbanos. Essas duas regiões não apenas agrupam grande massa populacional, mas também são locais de concentração industrial, do poder econômico e do poder político.

Nas áreas do entorno de Goiânia e Brasília, observam-se o surgimento de conurbações, ou seja, uma extensa área urbana surgida do encontro ou junção da área urbana com duas ou mais cidades, que tem levado a uma forte pressão sobre o uso do solo. De acordo com o mesmo GEOGOIÁS, estas pressões têm se traduzido em grande descontrole da situação decorrente da transformação de área rural em área urbana no que diz respeito à legislação que rege as áreas urbanas, aos princípios básicos do urbanismo e às posturas municipais quanto à urbanização. Essas mudanças induzem ingentes e rápidos efeitos na economia, na política, na cultura, nos tipos de relações socioeconômicas, na sociedade local, transformando rapidamente o espaço em “outra coisa”, em relação à situação anterior.

A Tabela 12 mostra a evolução dos municípios e o percentual de crescimento de 1996 a 2004. Logo depois, segue a Figura 7, com o mapa da população total de Goiás, sobre a concentração da população no Estado de acordo com os números de habitantes.

Tabela 12 – Estado de Goiás: Evolução dos municípios segundo as classes de população – 1996, 1998, 1999, 2001-04

Classes de população	Anos													
	1996	%	1998	%	1999	%	2001	%	2002	%	2003	%	2004	%
Total	242	100	242	100	242	100	246	100	246	100	246	100	246	100
Até 3 mil hab.	48	20	46	19	44	18	44	18	41	17	41	17	41	17
3.001 a 5 mil hab.	56	23	59	24	61	25	62	25	64	26	64	26	64	26
5.001 a 10 mil hab.	57	23	57	24	58	24	57	23	58	23	57	23	58	23
10.001 a 20 mil hab.	37	15	36	15	34	14	39	16	37	15	37	15	35	14
20.001 a 30 mil hab.	14	6	12	5	13	5	12	5	14	6	15	6	16	7
30.001 a 50 mil hab.	16	7	17	7	16	7	15	6	14	6	14	6	14	6
Acima de 50 mil hab.	14	6	15	6	16	7	17	7	18	7	18	7	18	7

Fonte: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica (2005)

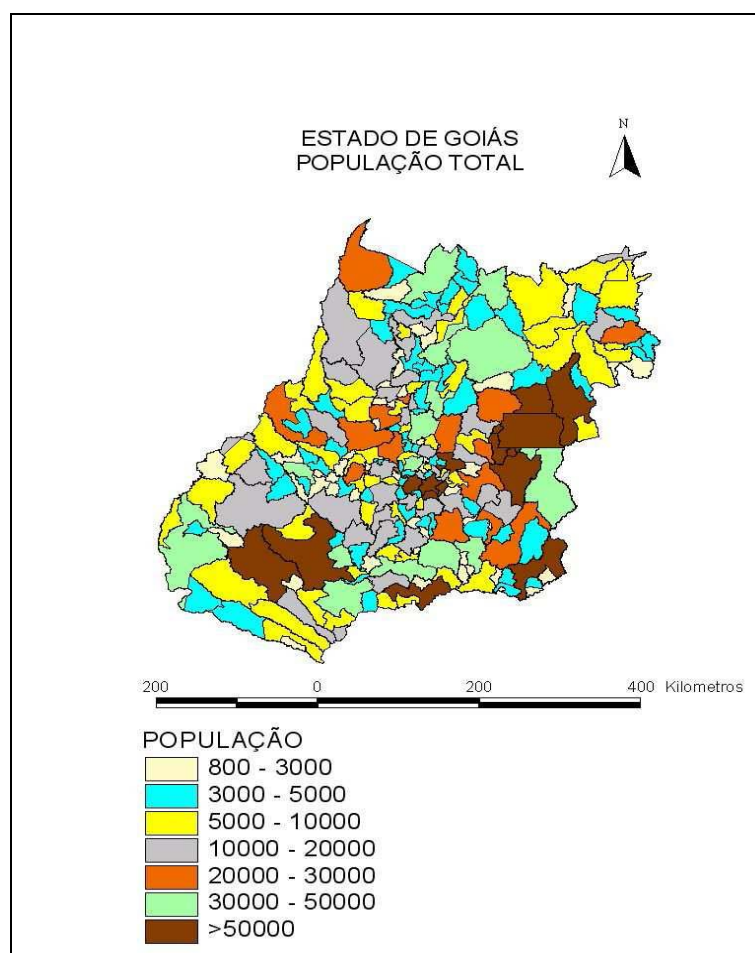


Figura 7 – Estado de Goiás – População total 2006

Fonte: a autora, com base no IBGE

Conforme a Tabela 12, nota-se que em 1996 existiam 242 municípios e os municípios com até 3.000 habitantes eram no total de 20%, enquanto no ano de 2004 (com 246 municípios) a porcentagem populacional decresceu para 17%. Já os municípios de 3.000 a 5.000

habitantes cresceram de 23% para 26% em 2004, permanecendo relativamente constante o crescimento das populações de 5.000 até acima de 50.000 habitantes no território goiano. Isso afirmou o constante crescimento populacional na região de Goiás, tratado no primeiro capítulo desta dissertação.

No ano de 2001, foram emancipados quatro municípios no entorno do Distrito Federal, originados do desmembramento do município de Santo Antônio do Descoberto. Nesse mesmo ano, já havia 246 municípios em Goiás. No entanto, mesmo com o desmembramento de Santo Antônio do Descoberto, sua população ainda continuou entre as 20 maiores do território goiano, como se infere dos dados da Tabela 13 e da Figura 8, o mapa dos municípios mais populosos do Estado de Goiás de acordo com sua classificação.

Tabela 13 – Ranking dos vinte maiores municípios goianos em população – 2000, 2003, 2004, 2006

MUNICÍPIOS	Estimativa 2006	Clas.	Estimativa 2004	Clas.	Estimativa 2003	Clas.	Censo 2000	Clas.
Goiânia	1.220.412	1º	1.181.438	1º	1.146.106	1º	1.093.007	1º
Aparecida de Goiânia	453.104	2º	417.409	2º	385.037	2º	336.392	2º
Anápolis	318.808	3º	307.977	3º	298.155	3º	288.085	3º
Luziânia	187.262	4º	173.138	4º	160.330	4º	141.082	4º
Águas Lindas de Goiás	168.919	5º	149.598	5º	132.076	5º	105.746	6º
Rio Verde	136.229	6º	130.211	6º	124.753	6º	116.552	5º
Itumbiara	126.496	7º	84.947	12º	83.541	12º	81.430	9º
Valparaíso de Goiás	123.921	8º	115.032	7º	106.970	7º	94.856	7º
Trindade	102.430	9º	96.016	8º	90.199	8º	81.457	8º
Planaltina	98.491	10º	90.914	9º	84.043	10º	73.718	13º
Novo Gama	96.442	11º	89.694	10º	83.575	11º	74.380	12º
Formosa	92.331	12º	88.147	11º	84.353	9º	78.651	10º
Jataí	84.922	13º	82.025	13º	79.398	13º	75.451	11º
Santo Antônio do Descoberto	78.995	14º	70.707	14º	63.191	15º	51.897	16º
Senador Canedo	74.687	15º	68.086	16º	62.100	16º	53.105	15º
Catalão	71.680	16º	69.459	15º	67.446	14º	64.347	14º
Caldas Novas	68.508	17º	62.744	17º	57.516	17º	49.660	17º
Goianésia	53.317	18º	52.046	18º	50.893	18º	49.160	18º
Cidade Ocidental	48.778	19º	46.209	20º	43.879	20º	40.377	20º
Inhumas	47.984	20º	46.734	19º	45.600	19º	43.897	19º
<b>Total</b>	<b>3.653.716</b>	-	<b>3.422.531</b>	-	<b>3.249.161</b>	-	<b>2.993.250</b>	-
<b>Total do Estado</b>	<b>5.770.753</b>	-	<b>5.508.245</b>	-	<b>5.306.459</b>	-	<b>5.003.228</b>	-
<b>Participação (%)</b>	<b>63,31</b>	-	<b>62,13</b>	-	<b>61,23</b>	-	<b>59,83</b>	-

Fonte: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica (2006)

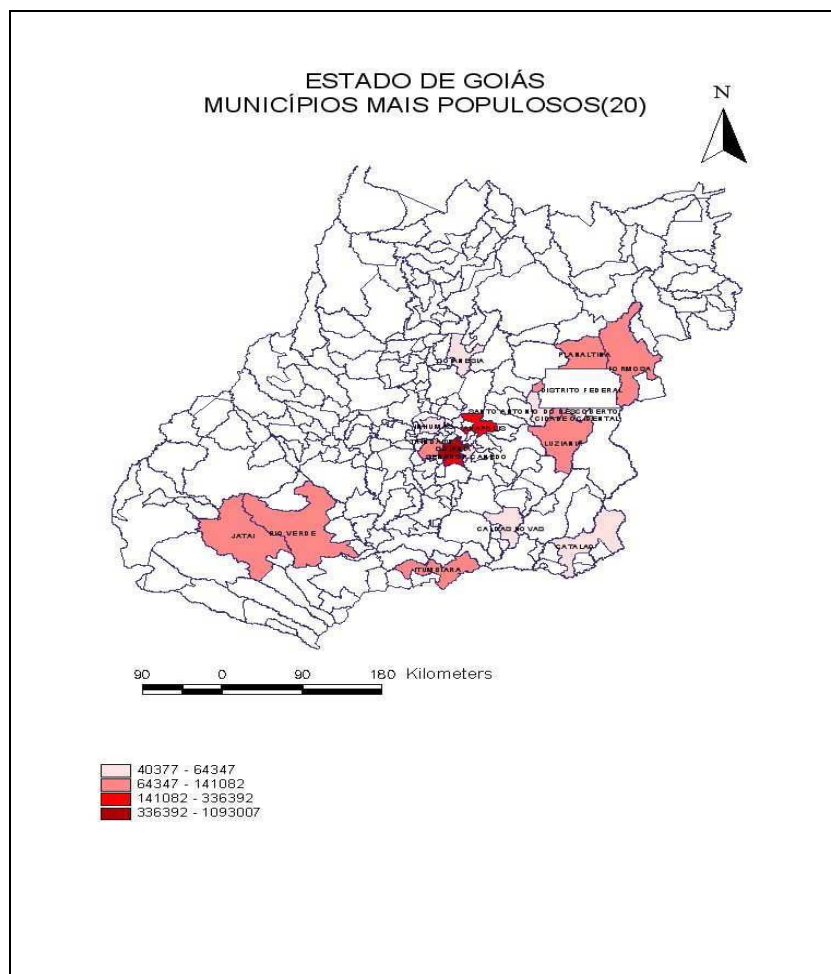


Figura 8 – Estado de Goiás – Municípios mais populosos 2006  
Fonte: a autora, com base no IBGE

Na Tabela 13 e na Figura 8 é apresentado o ranking dos 20 maiores municípios em termos de população no período de 2000 a 2006. Nota-se que Goiânia tem permanecido em primeiro lugar. Sua população estimada em 2006 era de 1.220.412 habitantes e a região metropolitana, a Grande Goiânia, atinge aproximadamente 2 milhões de habitantes. Juntamente com a Capital Federal, Goiânia forma o eixo Goiânia-Brasília, que apresenta uma das maiores concentrações populacionais e consumidoras do país, com mais de 6 milhões de habitantes numa relativamente curta faixa de 200 quilômetros de extensão, tornando-se assim o terceiro maior aglomerado populacional do Brasil.

A Região Metropolitana de Goiânia (RMG) também é muito populosa. Foi criada pela Lei Complementar nº 27, de 30 de dezembro de 1999, e engloba onze municípios, incluindo Goiânia. Foi também criada a Região de Desenvolvimento Integrado de Goiânia, que inclui mais nove municípios do aglomerado urbano da capital. A RMG tem por objetivos principais integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum dos municípios que a integram. É a região mais expressiva de Goiás quando se enu-



mera suas características, como: conter sua capital cerca de 35 % da população estadual, um terço de seus eleitores, cerca de 80 % os estudantes universitários e aproximadamente 60% do PIB estatal (MOYSÉS, 2005).

Os onze municípios que compõem a Região Metropolitana de Goiânia são: Abadia de Goiás, Aragoiânia, Aparecida de Goiânia, Goianápolis, Goiânia, Goianira, Hidrolândia, Nerópolis, Santo Antônio de Goiás, Senador Canedo e Trindade. A Região de Desenvolvimento Integrado de Goiânia possui mais nove municípios: Bela Vista, Bonfinópolis, Brazabrantes, Caldazinha, Caturaí, Guapó, Inhumas, Nova Veneza e Teresópolis de Goiás.

Goiânia continua atraindo muitos migrantes, mesmo depois da “Marcha para o Oeste”. Em sua construção, com o êxodo rural, como já foi mencionado no capítulo anterior, cidadãos do nordeste, mineiros, entre outros, em busca de melhores condições de vida, acabaram instalando-se no entorno de Goiânia, ocasionando uma acumulação de pessoas, formando a Região Metropolitana de Goiânia (RMG) e a Região de Desenvolvimento Integrado de Goiânia (RDIG). A Tabela 13 mostra a ordem de colocação dos municípios mais populosos. Aparecida de Goiânia está em segundo lugar com 453.104 habitantes; Trindade, em nono lugar, com 102.430 habitantes; e Senador Canedo, em décimo quinto lugar, com 74.687 habitantes, todos pertencentes à RMG no ano de 2006. Inhumas, pertencente aos 20 municípios mais populosos, com 47.984 habitantes no ano 2006, está em vigésimo lugar no ranking da população de Goiás.

Anápolis, inicialmente denominada Santana de Goiás, atualmente considerada a capital industrial de Goiás, é o terceiro maior município do Estado em população, com 318.808 habitantes em 2006. É o segundo no ranking de competitividade e desenvolvimento, sendo a região mais desenvolvida do Centro-Oeste, com a criação do Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA), com população urbana de 315.082 e população rural de 3.726 em 2006. Da área territorial anapolina, renomada produtora de café no passado, desmembraram-se os seguintes municípios: Nerópolis, Nova Veneza, Damolândia, Brasabrantes, Goianápolis, Ouro Verde de Goiás e Campo Limpo de Goiás.

Dentre os vinte municípios goianos mais populosos, estão os localizados em torno do Distrito Federal, devido à busca de oportunidades na capital do Brasil. São cinco: Luziânia, em quarto lugar entre os maiores municípios goianos em população, com 187.262 habitantes, próxima à Capital Federal Brasília (60 km); Águas Lindas de Goiás, em quinto lugar, com a população de 168.919 habitantes, sendo sua população quase inteiramente urbana, com existência recente, desmembrada em 1997 do município de Santo Antônio do Descoberto; Valpa-

raíso de Goiás, em oitavo lugar, com 123.921 habitantes, sendo dividida em Valparaíso I e Valparaíso II pela rodovia BR 040 e composta também por diversos bairros.

Já Planaltina encontra-se em décimo lugar, com 98.491 habitantes em 2004. Novo Gama, em décimo primeiro lugar, com 96.442 habitantes, tendo como atração o bairro comercial chamado “Pedregal”, onde encontra-se a maior feira-livre do Centro-Oeste. Formosa, em décimo segundo lugar, com 92.331 habitantes, localizada na região sudeste de Goiás, a 280 km da capital do Estado de Goiás, Goiânia, e a 75 km de Brasília, embora a divisa do Estado com o Distrito Federal fique a 5 Km do centro da cidade. Santo Antônio do Descoberto figura em décimo quarto lugar, com 78.995 habitantes. A Cidade Ocidental teve sua origem na implantação de um núcleo residencial ao norte do Município de Luziânia, cuja construção ficou a cargo da Construtora Ocidental, daí a origem de seu nome – Cidade Ocidental, localizada a uma distância de 48 km de Brasília, sendo por muitos considerada ainda cidade-dormitório, porque grande parte de seus moradores se deslocam até a capital federal para trabalhar.

O município de Rio Verde está em sexto lugar em termos de população em Goiás, com 136.229 habitantes. Localizado no sul goiano, tem no agronegócio um forte atrativo para população do local, atraindo turistas em feiras e eventos ligados ao agronegócio, rodeios e recepção de turismo de negócios. Para atender tal demanda, a cidade possui mais de trinta hotéis, com mais de mil e quinhentos leitos. Conta também com um aeroporto com pista de 1500 m, iluminação, pista asfaltada, terminal de passageiros, e tem vôo diário para São Paulo.

Itumbiara, em sétimo lugar entre os mais populosos, com 126.496 habitantes, está na divisa com o Estado de Minas Gerais. Além da sede municipal, o município possui os seguintes povoados: Santa Rosa do Meia Ponte – distante 48 Km da sede, localizado às margens da rodovia federal BR-452, com 167 domicílios ocupados apresentando uma população de 608 habitantes; há também o povoado de Sarandi – distante 16 Km da sede, localizado às margens da rodovia federal BR-452, com sessenta domicílios ocupados e população de 191 habitantes; Jataí, também localizado no sul goiano, está em décimo terceiro lugar, com 82.025 habitantes e é um dos municípios mais antigos daquela região.

Catalão, em décimo sexto lugar, com população 71.680 habitantes, é dividido em três distritos: Catalão, que é o distrito-sede, Pires Belo e Santo Antônio do Rio Verde. Há também dois povoados que estiveram quase extintos: Pedra Branca e Olhos d'Água. Todavia, estes apresentam atualmente a possibilidade de fugir ao topocídio, já que vêm sendo construídos no local muitos ranchos para pescaria. Em relação à população rural, há duas situações distintas: no distrito de Santo Antônio do Rio Verde, onde ainda predomina a

agropecuária extensiva, a densidade demográfica é menor e a concentração fundiária significativa; nos dois outros distritos, a densidade demográfica é maior e a concentração fundiária menor.

Caldas Novas, em décimo sétimo lugar em maior população de Goiás, conta com 68.508 habitantes. Tal concentração urbana é devido ao município ser conhecido no mundo inteiro por ser a maior estância hidrotermal do mundo, possuindo águas que brotam do chão em temperaturas que variam de 20 a 60 °C. A principal fonte de renda do município gira em torno do turismo. Na alta temporada, a cidade chega a comportar mais de 100 mil turistas. Goianésia, com população de 53.317 habitantes, ficando em décimo oitavo lugar, devido à indústria, com a transformação da área agrícola em pecuária, a necessidade de mão-de-obra diminuiu, surgindo uma crise de desemprego. No começo da década de 1980, foi implantada no município uma destilaria para a produção de álcool combustível, incrementando na região a produção da cana-de-açúcar, hoje um dos principais produtos de sua economia e com uma taxa média anual de crescimento na casa de 1,45%.

Portanto, houve uma evolução dos municípios, segundo as classes de população que em 1996 eram de 242 municípios, aumentando para 246 em 2001. A concentração populacional foi mais abrangente na Região Metropolitana de Goiânia e nos municípios do entorno de Brasília. Segundo a Tabela 13, no ranking dos vinte maiores municípios goianos em população, pode-se observar que em 2006 teve um total de 3.653.716 habitantes, chegando a 63,31% da população total de Goiás, com 5.770.753 habitantes, ficando visível a concentração desproporcional em relação ao território goiano. A concentração nessas áreas explica as novas características da migração, trabalhadas por Rua (1997), que configuram o crescimento demográfico direcionado para pólos regionais de desenvolvimento.

### 2.3 PERFIL DEMOGRÁFICO DAS MICRORREGIÕES DE GOIÁS

Foram muitas as formas encontradas ao longo da história de Goiás para caracterizá-lo e dividi-lo em regiões. A primeira forma provavelmente deve ter sido aquela guiada pelas representações de um sertão distante, habitado por índios em busca de sua sobrevivência. Depois, com a descoberta das minas, a possibilidade de riqueza conduziu para as regiões aurífe-

ras do Estado de Goiás, ocorrendo o povoamento de maneira desigual, seguindo, naturalmente, o caminho do ouro.

As diferenciações regionais entre o norte e o sul do Estado, desde o início da colonização, já demonstravam sua existência. O sul do Estado, pela proximidade com a região de São Paulo, centro econômico do país, mostrou-se, no final do século XIX, mais receptivo às novas formas de produção do Sudeste do País. Já o norte, vazio do ponto de vista das atividades ditas produtivas, veio a integrar-se definitivamente ao mercado nacional por ocasião das políticas que visaram a integração nacional e a construção da BR-153, eixo rodoviário que cortou o Estado no sentido norte-sul (ESTEVAM, 1998).

A localização privilegiada de Goiás, ocupando o centro do país, tornou o território, em diferentes períodos do século XX, alvo de políticas territoriais nacionais. A “Marcha para o Oeste”, a Edificação de Goiânia, os Projetos de Colonização Federal, o Plano Rodoviário Nacional seguido da edificação de Brasília, a criação do Estado do Tocantins, entre outros eventos já relatados no capítulo anterior, demonstram um interesse voltado para essa região.

Assim, neste item será relatado o perfil urbano das microrregiões do Estado de Goiás que surgiu através da proposta do IBGE (1991), de acordo com a resolução PR nº 11 de 05/06/90, que regionalizou o Estado em mesorregiões e microrregiões geográficas. Consta no Censo IBGE (1991:17) que as mesorregiões e microrregiões geográficas constituem o macro espaço estadual e foram identificadas a partir da análise do processo social, do quadro natural e da vida de relações. A Tabela 14 a seguir indica a divisão regional de Goiás em mesoregiões e microrregiões.

Tabela 14 – Estado de Goiás – Divisão regional em mesorregião e microrregião

<b>MESORREGIÃO</b>	<b>MICRORREGIÃO</b>
NOROESTE GOIANO	São Miguel do Araguaia / Rio Vermelho / Aragarças
NORTE GOIANO	Porangatu / Chapada dos Veadeiros
CENTRO GOIANO	Ceres / Anápolis / Iporá / Anicuns / Goiânia
LESTE GOIANO	Vão do Paranã / Entorno de Brasília
SUL GOIANO	Sudoeste de Goiás / Vale do Rio dos Bois / Meia Ponte / Pires do Rio / Catalão / Quirinópolis

Fonte: Seplan – Anuário Estatístico do Estado de Goiás, 1996

Nestas divisões do Estado de Goiás, além da delimitação do espaço, foram caracterizados os fatores que os explicam, buscando, dessa forma, uma compreensão das diferentes realidades sub-regionais, definindo e explicando o papel de cada espaço no conjunto de toda a organização espacial do Estado. Segue abaixo, nas Figuras 9 e 10, em forma de cartograma, a divisão do Estado em mesorregiões e microrregiões.

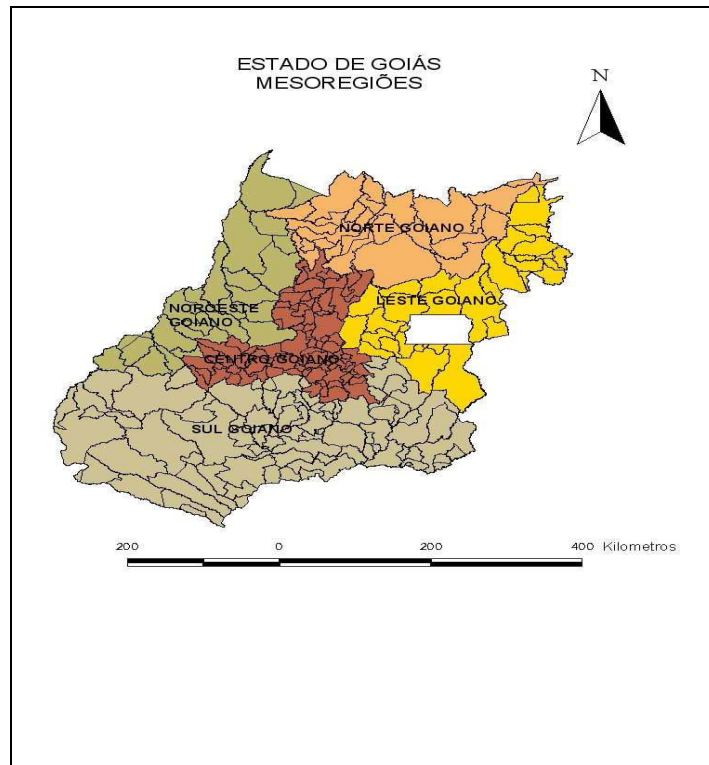


Figura 9 – Estado de Goiás – Divisão em mesorregiões  
Fonte: a autora, com base no IBGE

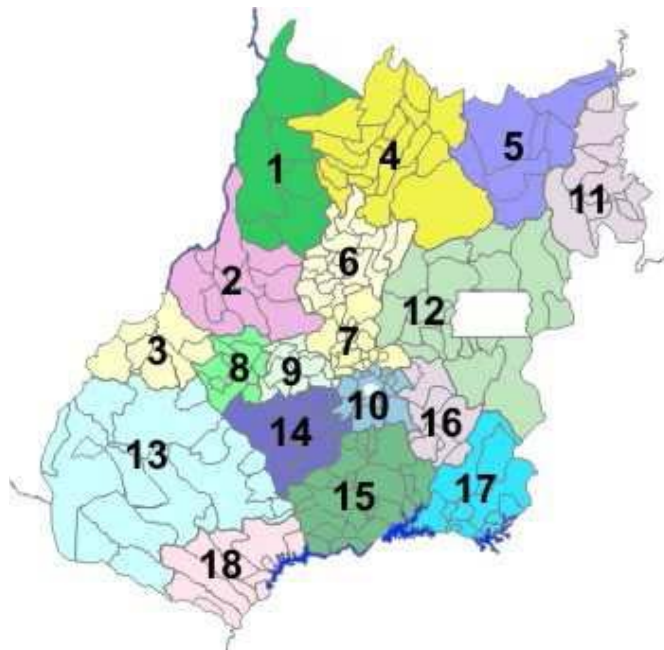


Figura 10 – Estado de Goiás – Divisão em microrregiões  
Fonte: a autora, com base no IBGE

A Tabela 15 refere-se à população residente e à participação percentual das microrregiões do Estado de Goiás e a taxa de crescimento anual de 1970-2006, desconsiderando o

Estado do Tocantins emancipado em 1989. Pode-se observar que em quase todas as microrregiões de Goiás, durante o período de 1970 a 2000, a tendência foi decrescente.

Tabela 15 – População residente e participação percentual das microrregiões do Estado de Goiás – 1970-2006

Microrregião	População Residente					Participação Percentual				
	1970	1980	1991	2000	2006	1970	1980	1991	2000	2006
Anápolis	293.692	350.308	401.919	465.189	511.952	12,2	11,2	10,0	9,3	8,9
Anicuns	105.880	101.828	98.757	101.896	104.214	4,4	3,3	2,5	2,0	1,8
Aragarças	35.662	48.314	53.900	53.705	53.561	1,5	1,5	1,3	1,1	0,9
Catalão	84.437	90.127	104.430	118.263	128.488	3,5	2,9	2,6	2,4	2,2
Ceres	212.300	190.344	208.770	212.515	215.282	8,8	6,1	5,2	4,2	3,8
Chapada dos Veadeiros	29.021	39.852	49.723	56.011	60.658	1,2	1,3	1,2	1,1	1,1
Entorno de Brasília	162.356	259.774	472.586	815.193	1.068.417	6,7	8,3	11,8	16,3	18,7
Goiânia	475.001	863.051	1.270.246	1.693.650	2.006.598	19,7	27,7	31,6	33,9	35,1
Iporá	69.066	66.297	62.581	62.363	62.202	2,9	2,1	1,6	1,2	1,1
Meia Ponte	217.421	232.779	266.954	314.391	349.451	9,0	7,5	6,6	6,3	6,1
Pires do Rio	70.044	69.032	75.090	86.223	94.452	2,9	2,2	1,9	1,7	1,6
Porangatu	143.805	198.548	240.459	226.510	216.200	6,0	6,4	6,0	4,5	3,8
Quirinópolis	88.574	86.272	88.820	93.504	96.966	3,7	2,8	2,2	1,9	1,7
Rio Vermelho	83.850	87.039	90.113	91.716	92.899	3,5	2,8	2,2	1,8	1,6
São Miguel do Araguaia	44.456	61.468	72.432	74.297	75.676	1,8	2,0	1,8	1,5	1,3
Sudoeste	177.467	224.541	287.159	344.377	386.668	7,3	7,2	7,1	6,9	6,7
Vale do Rio dos Bois	75.236	82.409	89.309	101.450	110.423	3,1	2,6	2,2	2,0	1,9
Vão do Paranã	48.622	68.735	85.655	91.975	96.646	2,0	2,2	2,1	1,8	1,7
<b>Goiás</b>	<b>2.416.890</b>	<b>3.120.718</b>	<b>4.018.903</b>	<b>5.003.228</b>	<b>5.730.753</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: Sistema Nacional de Indicadores Urbanos/SEDU

Em nível de população residente, conforme mostra a taxa percentual da tabela acima, houve uma tendência crescente na microrregião somente no entorno de Brasília e Goiânia, que somando representam 53% da população de Goiás, ou seja, mais da metade, observando assim a concentração populacional nestas duas microrregiões, devido às migrações, fatores econômicos e proximidades da capital do Brasil.

Pode-se verificar que, das dezoito microrregiões, as cinco mais populosas em termos percentuais são primeiramente Goiânia, seguida do entorno de Brasília, Anápolis, Sudoeste e Meia Ponte, totalizando 75,5% da população do território goiano. Número alto por se tratar de um território extenso e concentrado em termos populacionais. Segue a Tabela 16 com a taxa de crescimento anual das microrregiões, sendo possível perceber que as cinco microrregiões

mais populosas em percentual no período de 2006, conforme a Tabela 15, continuam tendo uma taxa de crescimento anual também maior em relação às demais microrregiões.

Tabela 16 – População residente e taxa de crescimento anual das microrregiões do Estado de Goiás – 1970-2006

Microrregião	População Residente					Taxa de Crescimento Anual			
	1970	1980	1991	2000	2006	1970-1980	1980-1991	1991-2000	2000-2006
Anápolis	293.692	350.308	401.919	465.189	511.952	1,78	1,38	1,47	0,96
Anicuns	105.880	101.828	98.757	101.896	104.214	-0,39	-0,31	0,31	0,23
Aragarças	35.662	48.314	53.900	53.705	53.561	3,08	1,10	-0,04	-0,03
Catalão	84.437	90.127	104.430	118.263	128.488	0,65	1,48	1,25	0,83
Ceres	212.300	190.344	208.770	212.515	215.282	-1,09	0,93	0,18	0,13
Chapada dos Veadeiros	29.021	39.852	49.723	56.011	60.658	3,22	2,24	1,20	0,80
Entorno de Brasília	162.356	259.774	472.586	815.193	1.068.417	4,81	6,17	5,60	2,74
Goiânia	475.001	863.051	1.270.246	1.693.650	2.006.598	6,15	3,94	2,92	1,71
Iporá	69.066	66.297	62.581	62.363	62.202	-0,41	-0,58	-0,03	-0,03
Meia Ponte	217.421	232.779	266.954	314.391	349.451	0,68	1,38	1,65	1,06
Pires do Rio	70.044	69.032	75.090	86.223	94.452	-0,15	0,84	1,39	0,92
Porangatu	143.805	198.548	240.459	226.510	216.200	3,28	1,93	-0,60	-0,46
Quirinópolis	88.574	86.272	88.820	93.504	96.966	-0,26	0,29	0,52	0,36
Rio Vermelho	83.850	87.039	90.113	91.716	92.899	0,37	0,35	0,18	0,13
São Miguel do Araguaia	44.456	61.468	72.432	74.297	75.676	3,29	1,65	0,25	0,18
Sudoeste	177.467	224.541	287.159	344.377	386.668	2,38	2,49	1,83	1,17
Vale do Rio dos Bois	75.236	82.409	89.309	101.450	110.423	0,91	0,81	1,28	0,85
Vão do Paranã	48.622	68.735	85.655	91.975	96.646	3,52	2,23	0,71	0,50
<b>Goiás</b>	<b>2.416.890</b>	<b>3.120.718</b>	<b>4.018.903</b>	<b>5.003.228</b>	<b>5.730.753</b>	<b>2,59</b>	<b>2,56</b>	<b>2,21</b>	<b>1,37</b>

Fonte: Sistema Nacional de Indicadores Urbanos/SEDU

Na Tabela 16, além de ser mostrada a população residente, é relatada a taxa de crescimento anual das microrregiões de Goiás. Nela pode-se observar, referente aos anos de 1980-1991, que a maioria das microrregiões teve uma redução populacional em relação ao ano de 1970-1980, devido à divisão do Estado em Goiás e Tocantins. Mas algumas microrregiões tiveram um crescimento como, por exemplo, Catalão, com aumento de 0,65% para 1,48%, devido à mineração e indústrias que atraíram mais população; Ceres, que estava negativa com -1,09 para 0,93; entorno de Brasília, de 4,81% para 6,17%, devido à construção de Brasília e oportunidades de empregos; e outros como Meia Ponte, Pires do Rio, Quirinópolis e Sudoeste.

Nos anos de 1991-2000, houve ainda um decréscimo generalizado das microrregiões referente ao aumento da taxa anual da população, em relação a 1980-1991. Mas algumas sobressaíram com um pequeno aumento populacional, como foi o caso de Anápolis, Anicuns, Meia Ponte, Pires do Rio, Quirinópolis, Iporá e Vale dos Rios dos Bois.

No período de 2000 a 2006, percebe-se que as microrregiões de Anápolis, Goiânia, entorno de Brasília, Meia Ponte e Sudoeste foram as que mais cresceram, mesmo que em geral todas tiveram taxas menores que no período de 1991 a 2000. A Tabela 16 mostra que apenas Goiânia (1,71%) e entorno de Brasília (2,74%) tiveram um percentual acima da média do Estado de Goiás (1,37%), ou seja, este crescimento é relativo aos fatores de migração e econômico, e também pela proximidade da capital do Brasil, ocasionando uma concentração populacional nestas áreas.

Neste capítulo, relatou-se a evolução do crescimento populacional total do Estado de Goiás, desde 1972 até 2005, através dos indicadores populacionais do território goiano, observando-se diante das tabelas e figuras que o crescimento da população ocorreu ao longo dos anos por motivos históricos, políticos e econômicos. Por exemplo, no período de 1972 a 1990, a taxa de crescimento médio anual não chegava a 2%, conforme dados da Tabela 10, mas a partir de 1990, cresceu mais de 100% o número de pessoas no Estado goiano, fato explicado pelo ingresso da estrada de ferro, continuando nos demais anos, até 1980, em nível crescente, devido à CANG, que trouxe inúmeros imigrantes para o Estado; a construção de Goiânia e Brasília que provocaram uma significativa diferenciação entre o crescimento urbano e o rural, atraindo as pessoas para a cidade em busca de melhorias e estabilidade, que mesmo com a divisão do Estado em dois municípios – Goiás e Tocantins – na década de 1980, a taxa de crescimento de Goiás continua acima da média nacional.

Assim, na análise da população urbana e rural de 1950 a 2003, a taxa da população rural nas décadas de 1950 a 1970 era maior que a urbana, mas a partir de 1980, com o êxodo rural, inverteram-se esses números, ficando a população urbana aproximadamente 100% maior no território goiano, conforme visto na Tabela 11, continuando um aumento considerável nos anos seguintes, diferente da população rural, que depois de seu decréscimo ficou constante a partir de 1996, com pouco mais de 10% do número total da população urbana. Essa mudança do êxodo rural e o crescimento urbano aconteceram não só devido à modernização agrícola, mas também devido à CANG e à construção de Goiânia e Brasília, atraindo migrantes em busca de estabilidade econômica. Na concentração demográfica espacial, segundo a Tabela 13, no ranking dos vinte municípios goianos em população, nota-se que as áreas de maior concentração populacional foram: Goiânia, devido às migrações ocasionadas pela “Marcha



para o Oeste”; a Região Metropolitana de Goiânia, pela proximidade da capital do Estado; e o entorno de Brasília, devido à aproximação da capital do Brasil, que somando teve em 2006 um total de 3.653.716 habitantes, chegando a 63,31% da população total de Goiás com 5.770.753 habitantes, ficando visível a concentração desproporcional no Estado de Goiás.

Na divisão do Estado em microrregiões e mesorregiões, de acordo com a Tabela 14, em 2006, dentre os maiores em população residente e em crescimento da taxa anual da população, os que mais se destacaram foram as microrregiões de Goiânia, entorno de Brasília e Anápolis, ou seja, os mesmos em relação ao crescimento dos municípios, concluindo que estas são as regiões de maior concentração populacional e que ainda continuam crescendo, ou seja, a migração ainda continua e a diferença espacial demográfica em Goiás está muito concentrada nestes municípios. Por outro lado, esta migração acelerada é responsável pelo crescimento desordenado de zonas urbanas, o que, por sua vez, ocasiona falta de infra-estrutura, falta de emprego, deficiência do sistema educacional, aumento na criminalidade urbana, aumento da pobreza e exclusão social. O crescimento de áreas urbanas sem o devido planejamento causa ainda problemas ambientais, além de especulação imobiliária, haja vista o aumento da demanda por lotes urbanos e edificações. Por esta razão, é muito importante monitorar os vetores do crescimento urbano ao longo do tempo.

### CAPÍTULO 3 – SUPORTE ECONÔMICO DA POPULAÇÃO REGIONAL

Neste capítulo, será abordado o suporte econômico da população em Goiás, analisando o crescimento econômico do Estado em termos de produção de *commodities*, pecuária, agroindústria e Produto Interno Bruto (PIB) que, mesmo crescendo acima da média nacional, não tem acompanhado o crescimento demográfico regional, pois os postos de empregos gerados exigem especialização e não acomodam grande parte da população economicamente ativa.

Ou seja, serão analisados a modernização agropecuária regional, o processo de produção e o crescimento econômico na agropecuária, principalmente na produção de *commodities*. Também será abordada a agroindústria e a questão do comportamento do emprego por setores no Estado de Goiás.

Na modernização agropecuária, será relatado em “breve” histórico, alguns programas e projetos governamentais, tanto nacionais quanto regionais, de crédito e de incentivos à produção local, que contribuíram para o crescimento econômico goiano. No processo de produção de grãos estimada no Estado de Goiás, ou seja, o de *commodities*, serão relatados os principais produtos que apresentaram expansão, como e onde estão localizados, verificando a concentração da população e fator econômico para o Estado conforme levantamento de IBGE, SEPLAN, entre outros. Referente à pecuária, serão apontados os municípios goianos com maior rebanho – bovinos, suínos, aves – e produção de leite, bem como a sua contribuição econômica para Goiás.

A partir de 1985, ocorreram algumas mudanças que serão abordadas nessa dissertação, mostrando o crescimento agroindustrial e onde estão localizadas no território goiano, verificando o crescimento econômico e demográfico nestas regiões, juntamente com o Produto Interno Bruto (PIB).

E, por último, neste capítulo será analisado o comportamento do emprego por setores em Goiás, tanto na agroindústria, quanto na agropecuária e serviços, entre outros.

### 3.1 A MODERNIZAÇÃO AGROPECUÁRIA REGIONAL

O Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) teve como objetivo a intervenção governamental para estimular o crescimento econômico do país. No bojo do plano, o governo, na década de 1970, com recursos na ordem de US\$ 2,66 bilhões, implantou três programas de desenvolvimento regionais especiais: POLAMAZÔNIA, POLOCENTRO e Região Geocômica de Brasília.

O POLAMAZÔNIA visava favorecer a economia referente ao solo da Amazônia Legal, gerando emprego e melhoramento do nível de vida da população, investindo em rodovias e implantação de estradas. Mas gerou conflitos em decorrência da malha rodoviária mal planejada, não tendo como objetivo maior a conotação social e, com intermediações fiscais e financeiras do Estado, estimulou a exportação e o comércio gerando conflitos e tensões sociais.

O Programa de Desenvolvimento dos Cerrados – POLOCENTRO – foi mais centrado em seus objetivos, pois visava a modernização das atividades agropecuárias no Centro-Oeste e no oeste de Minas Gerais, tendo como enfoque econômico investir em infra-estrutura, principalmente em energia e estradas. Segundo pesquisas agropecuárias sob a coordenação da EMBRAPA, foram implantadas unidades de pesquisas, campos experimentais e assistência técnica especializada gerenciada por empresas privadas sob a coordenação da EMBRATER; e concessão de linhas de financiamento rural exigindo um padrão tecnológico, elevada densidade de capital, moto-mecanização, fertilizantes, entre outros, com taxas de juros subsidiadas para estimular a ruralização no cerrado, facilitando a geração de empresas-fazendas, devido à facilitação do processo de transferência tecnológica. Mas, devido à exigência do nível-padrão operacional e tecnológico, esse projeto não contemplou de maneira significativa os pequenos produtores, pois estes padrões tecnológicos não estavam ao alcance do pequeno agricultor. Assim, o crédito rural esteve concentrado no âmbito da grande propriedade, ou seja, dos grandes proprietários de terras.

A partir de 1974, os financiamentos rurais para o cerrado tiveram um aumento bem significativo, chegando a ser o produto bruto da agricultura no Centro-Oeste menor que o volume de crédito rural concedido, tendo um crescimento acentuado com diferença de 23,4% para 94,7% entre os anos de 1969 e 1976, alterando a estrutura da exploração agrícola, con-

centrando a propriedade fundiária e gerando problemas sociais, generalizando as relações capitalistas no campo.

O Programa de Desenvolvimento da Região Geoeconômica de Brasília tinha como preocupação um “desenvolvimento equilibrado”, devido à urbanização da capital federal, fortalecendo os núcleos urbanos periféricos para diminuir as migrações dirigidas à capital do Brasil. Devido a esta preocupação, o governo investiu em áreas circunvizinhas da capital federal pertencente ao Estado de Goiás, principalmente no eixo Ceres-Anápolis, BRs 040 e 050, entre outras, contemplando investimentos rural, em transporte, em saneamento, não priorizando o enfoque empresa-rural, mas a maior produtividade agrícola, permitindo a multiplicação de diversos assentamentos na sua abrangência.

Com o aumento do crédito rural, o financiamento estatal era muito burocrático, favorecendo a concentração fundiária, concentrando em mãos de maiores produtores, exigindo a aquisição de máquinas e implementos agrícolas para produção em escala, com menores custos, ficando os recursos de crédito nas mãos de grandes agricultores. Mas segundo Silva (2007, p. 52), o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), de 1965, criava uma linha de crédito para ser distribuída e aplicada de acordo com a política de desenvolvimento direcionada à produção rural brasileira. Esse suprimento de recursos financeiros aplicava-se a entidades públicas e estabelecimentos de créditos particulares, a produtores rurais ou suas cooperativas. Segue a figura abaixo referente à participação relativa no crédito rural goiano.

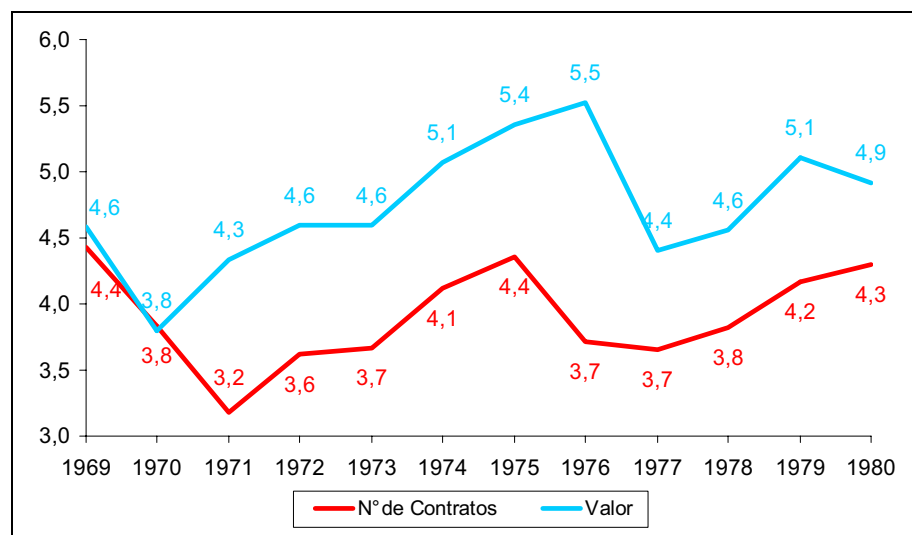


Figura 11 – Participação relativa no crédito rural em Goiás 1969-1980 (%)  
Fonte: Silva (2007, p. 55)

Conforme a figura acima, verifica-se que com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR, as cooperativas, dentro dos objetivos do Crédito Rural, tiveram como

resposta, em 1969, um número considerável de contratos concedidos, gerando profundas mudanças no desenvolvimento agrícola goiano. No início da década de 1970, houve um decréscimo, e a partir de 1972, um aumento considerável até 1975, notando-se que a proporção dos valores foi sempre superior aos contratos, significando que os recursos destinados aos produtores goianos eram superiores a média nacional, devido à estrutura fundiária baseada em grandes e médias propriedades (SILVA, 2007, p. 54).

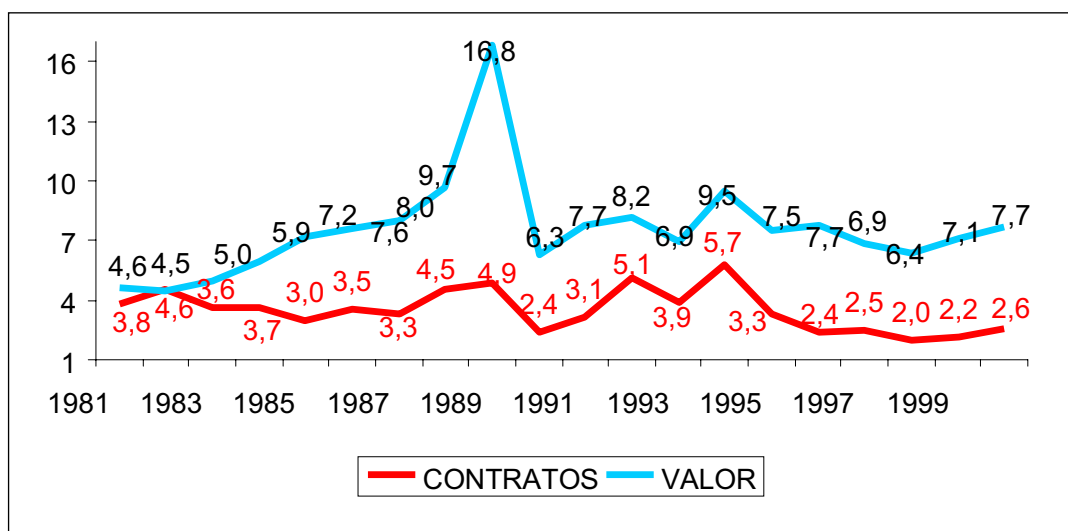


Figura 12 – Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas em Goiás 1981-2000 (%)  
Fonte: Silva (2007)

Na década de 1980, observa-se que o número de contratos para crédito rural teve um decréscimo e, em contrapartida, os valores destes contratos aumentaram. Isso ocorreu devido à burocracia para se conseguir esses financiamentos. Desta forma, os financiamentos estavam sendo utilizados mais por médios e grandes produtores que, numericamente, são classes inferiores aos pequenos produtores. Contudo, os valores financiados pela minoria são mais altos devido à maior capacidade de produção. Houve um aumento no ano 1989, com uma queda em 1990, ficando em um relativo patamar, com algumas oscilações a partir de 1991 até 2000, mas com uma tendência de se manter constante com um número de contratos menor e estes serem de valores mais altos.

O Plano de Desenvolvimento do Estado de Goiás, criado entre 1961 e 1965 (Plano MB), criou o fundo de Desenvolvimento Econômico, com finalidade de financiar, a médio e longo prazo, os investidores que visem renovar e desenvolver a agricultura e a pecuária, instalar e ampliar indústria, limitando cada financiamento a 60% do montante do investimento.

Nos anos de 1968 a 1970 instituiu-se o Plano de Ação do governo Otávio Lage no território goiano, que visava ampliar o número de técnicos agrícolas, criando fábricas de adu-

bo, aperfeiçoar a estrutura de mercado, entre outros. Este diagnosticou o êxodo rural como “desastroso” para a economia e o agravamento dos problemas sociais nas cidades, como o excesso de mão-de-obra desqualificada, deixando o meio rural, ainda com uma agropecuária atrasada, sem a sua força de trabalho. Mesmo assim respondia por 65% da renda interna, da qual 57% proveniente da agricultura, representada principalmente pelo arroz, que ocupava uma área de 800 mil hectares cultivados por pequenos agricultores, utilizando-se de trabalho manual, contribuindo com 50% de toda a renda agrícola; pelo milho, também sem uso de tecnologia, eram explorados 380 mil hectares; feijão, ocupando área de 134 hectares; 40% da pecuária, com rebanho bovino de 8.500.000 cabeças, com crescimento do rebanho à taxa média anual de 10%, enquanto a produção de leite era de 16 milhões de litros por ano e 3% da produção extrativa (LEITE, 2000).

Segundo Leite (2000), no período de 1971 a 1975, de acordo com o IBGE - 1970, a população de Goiás era de 2.460.000 habitantes, sendo que destes, 1.326.000 viviam no meio rural, garantindo, ainda, a base da economia goiana no setor primário, com 46,44% na formação de renda interna do Estado, contra 8,58% do setor secundário e 44,97% do terciário.

Como aborda Estevam (1998), Goiás, na década de 1970, foi o início de grandes modificações em função do crédito rural, principalmente na modernização agrícola com a incorporação de maquinários e aumento de tratores, passando de 5.692 unidades para 43.313 unidades em 1995. As áreas planas do cerrado favoreceram o emprego de maquinários e, com deficiência derivada do solo ácido, houve favorecimento da utilização de produtos químicos para a produção, principalmente nas regiões sul e sudeste do Estado. Essa mudança ocasionou a redução nas relações de lavoura (ha), sendo o trabalho manual ocupado por trator, em função da alta velocidade de difusão do maquinário, equipamentos, insumos e fertilizantes, mudando o perfil da produção agrícola goiana. No tocante à pecuária goiana, com 9,48 milhões de cabeças de bovinos e 5,48 milhões de cabeças de suínos, ela contribuiu com 92% da produção pecuária do Estado.

Os programas do Governo Federal como POLOCENTRO, entre outros já mencionados, contribuíram para o desenvolvimento regional, mas o governador goiano Leonino Caiaido, em benefício da agropecuária, fundou o programa GOIÁSRURAL, que ampliou a fronteira agrícola, com a incorporação dos solos sob vegetação dos cerrados à produção agrícola e pastoril, importando máquinas e equipamentos necessários para o preparo do solo e a sua conservação, também nos projetos de irrigação.

No final da década de 1980, foi criado o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, mecanismo de incentivo ao desenvolvimento econômico e social geren-

ciado pelo Banco do Brasil. Depois, passou a ser gerenciado pelo Banco de Desenvolvimento, com diretrizes a favorecer a agricultura, dada a facilidade de financiamentos; utilização intensiva de mão-de-obra e matérias-primas; produção de alimentos básicos; concessão de crédito; preservação do meio ambiente; adoção de prazos e carências em função de aspectos sociais, econômicos, tecnológicos e espaciais, entre outros. Todas essas mudanças contribuíram para o crescimento da região Centro-Oeste, atingindo Goiás e minimizando os efeitos de queda nos recursos do crédito rural na década de 1980.

Mesmo com recursos de crédito bancário, com a rápida apropriação das propriedades goianas, ocorreu a valorização das terras, se tornando saturadas, impedindo novas ocupações ou assentamentos. Mesmo existindo grande parcela de terras ociosas, o processo de modernização intensificou a apropriação fundiária, ou seja, pelo conservador agrário – grande propriedade – e pelo capital comercial – representantes das agroindústrias –, deixando o pequeno proprietário sem condições de possuir novas terras.

O processo de modernização foi muito intenso, transformando áreas “impróprias”, sem condições de cultivo, em grandes lavouras e pastos artificiais com emprego de tecnologia rural, originando projetos de cultivo irrigado, novas tecnologias, na busca de acelerar a rotação do capital, reduzindo o tempo de produção, o tempo de trabalho necessário e as condições de produtividade naturais do solo, utilizando inovações físico-químicas.

O esforço de fazendeiros em investir em tecnologia, objetivando o menor tempo de produção necessário para o desenvolvimento agrícola, formou situações de semi-escravidão, com pequenos produtores que se assalariavam temporariamente, sendo um produto das forças capitalistas, diminuindo a oferta de trabalho vivo, transferindo para máquinas (trabalho morto) algumas tarefas antes desempenhadas pelos trabalhadores. Diante desses fatos, os grandes proprietários de terras aumentam seu capital fixo na compra de várias máquinas, modernizando sua agricultura e minimizando o capital variável, dando menos importância ao custo da mão-de-obra do trabalhador rural. De acordo com Estevam (1998), a demanda por mão-de-obra na industrialização agrícola foi suprida por três categorias: “mão-de-obra familiar”, oferecida por pequenos proprietários e posseiros; “mão-de-obra volante”, destituída de propriedade ou posse fundiária e “mão-de-obra qualificada”, voltada para manejo das incorporações tecnológicas.

Os pequenos proprietários foram prejudicados, pois não há como concorrer com os grandes na modernização agrícola. Não conseguindo produzir em escala como os grandes proprietários, os fazendeiros com menos recursos ficaram ameaçados com o desenvolvimento

capitalista e tiveram sua condição de sobrevivência dificultada. Assim, o trabalhador familiar passou a oferecer seu trabalho aos grandes proprietários, originando o trabalhador temporário, desaparecendo os agregados e meeiros e surgindo novas formas de trabalho agrícola assalariado como os vaqueiros, retireiros, tratoristas, diaristas, bóias frias etc.

O êxodo rural na década de 1980 foi assustador, devido não só ao fenômeno da urbanização e à valorização das terras agrícolas, mas também devido à legislação de direitos trabalhistas, que fez com que os fazendeiros preferissem mandar seus empregados embora ao invés de obedecer às normas legais. A urbanização também ocorreu pelo crescimento demográfico e fluxos migratórios, reduzindo o contingente rural que perdeu com o crescimento industrial, fazendo com que as famílias deixassem as fazendas, indo para cidades próximas nas condições de trabalhadores rurais temporários, tornando o trabalho no campo modernizado e contratual. Pode-se observar que a partir dos anos de 1980 houve um esforço quase que hercúleo por parte do executivo estadual de captar novos investimentos para esta região.

A década de 1990 caracterizou-se pela interrupção das políticas Federais para o fomento do desenvolvimento regional, com a extinção da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), representando perda de representatividade do Centro-Oeste junto à União, mas o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) ficou como único programa Federal em ação na região goiana com volume disponível dos recursos do Fundo de 29% para Goiás, 29% para Mato Grosso, 23% para Mato Grosso do Sul e 19% para Distrito Federal, disponibilizando financiamentos de longo prazo, ainda dinamizando a economia regional. Embora tenha havido uma estabilização das áreas colhidas, o rendimento físico elevou-se em diversas culturas, como de arroz, feijão, milho e soja, tendo os valores permanecido próximos da média (2,3 milhões de hectares), mas ampliando-se de 3,5 para 8,2 milhões de toneladas.

Para tal, foram desenvolvidos programas de incentivos financeiros, tais como o FOMENTAR, apresentado em 1984, e o PRODUZIR, em 1999, bem como e simultaneamente, a promoção de alterações na Legislação Tributária do Estado, que somadas aos citados programas visavam a consolidação da já referida política de captação de investimentos, via redução efetiva da carga tributária para aqueles que se dispusessem a empreender no Estado de Goiás. É evidente que a partir de tal ano, até os dias atuais, que o Estado aprofundou a modificação de seu perfil produtivo. Sua economia teve a complexidade aumentada com o alongamento de suas cadeias produtivas, vez que o nível de agregação de valor de sua produção aumentou consideravelmente, assim como a densidade tecnológica presente em seu território. Tal afirmação pode ser constatada ao se observar a evolução crescente do PIB goiano, comparado



com o PIB brasileiro, de acordo com a SEPLAN-GO, bem como a do perfil de suas exportações.

Portanto, Goiás, com a implantação de programas federais de incentivo de crédito rural, principalmente o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), POLAMAZÔNIA, POLO-CENTRO E REGIÃO GEOCONÔMICA DE BRASÍLIA, e com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) entre outros, contribuiu para a modernização do território rural goiano. O financiamento rural foi um dos instrumentos mais importantes da modernização agrícola, possibilitando a incorporação de maquinários e insumos no processo produtivo, fortalecendo e acelerando o processo de capitalização no campo, que por sua vez exigia um padrão tecnológico, forçando a aquisição de maior número de tratores, fertilizantes, fazendo com que o governo investisse e facilitasse ainda mais a diversidade de linhas de crédito e as taxas de juros subsidiadas, tudo isso graças à intervenção Federal, que contribuiu para que essa modernização chegasse até Goiás, mas estes estavam voltados ao grande agricultor. Com a maior utilização de maquinários, investimentos tecnológicos, juntamente com o apoio dos créditos rurais, os pequenos proprietários não foram tão favorecidos como o esperado, mas ficaram à mercê dos grandes fazendeiros, não podendo concorrer com estes, mesmo em relação ao gado, tornando-se viável apenas para quem tivesse melhores recursos.

### 3.2 PRODUÇÃO DE COMMODITIES E AGROINDÚSTRIA EM GOIÁS

Em função do modelo de modernização agrícola, dos programas de apoio ao crédito e financiamentos rurais já mencionados, o território goiano sofreu várias transformações na sua estrutura sócio-produtiva, na parte técnica de produção, na redução de trabalho, na incorporação de maquinários, tratores, insumos, etc. Segundo Estevam (1998), com relação aos gêneros produtivos, o processo de industrialização da agricultura em Goiás esteve também concentrado principalmente no cultivo de soja, milho e cana, mas as culturas que haviam sustentado a integração de Goiás no âmbito nacional, como o arroz e feijão principalmente, tenderam a uma significativa diminuição nas últimas décadas, devido à tendência de melhores perspectivas de exportação e mecanização. Serão relatados neste sub-item os tipos e as mais importantes modificações ocorridas em relação à produção; o ranking da produção dos princi-

pais produtos agrícolas, onde estão localizados, verificando a concentração da população e fator econômico para o Estado, juntamente com o Produto Interno Bruto – PIB, conforme levantamento de IBGE, SEPLAN, entre outros. E na questão da pecuária serão relatados os municípios goianos com maiores rebanhos – bovinos, suínos, aves – e produção de leite, e sua contribuição econômica para Goiás.

### **3.2.1 Produção de *commodities* em Goiás**

Referente à produção agrícola, na década de 1960, segundo Leite (2000), o volume da produção agrícola de Goiás, nos cultivos em solos mais férteis, vez que os solos sob vegetação do cerrado ainda não eram utilizados com lavouras, era representado por 420 mil hectares de arroz, com produtividade de 1,5 tonelada por hectare; 79 mil hectares de feijão, com 0,9 tonelada por hectare; 192 mil hectares de milho, produzindo 1,6 tonelada por hectare; 34 mil hectares de cana, com 43 toneladas por hectare; 3,4 mil hectares de banana com 23,5 toneladas por hectare; 10 mil hectares de algodão, com 0,64 tonelada por hectare; 45 mil hectares de mandioca, com 16,2 toneladas por hectare. O rebanho bovino era em torno de 8 milhões de cabeças (LEITE, 2000).

As produções que mais se destacaram no Estado a partir de 1975 foram: arroz, feijão, mandioca, milho, cana e soja. Mas, a partir do final da década de 1980, surgiram outras produções. O arroz e o feijão foram produtos escolhidos devido à importância que tinham no cenário nacional. Seguem os gráficos na página seguinte para melhor detalhe.

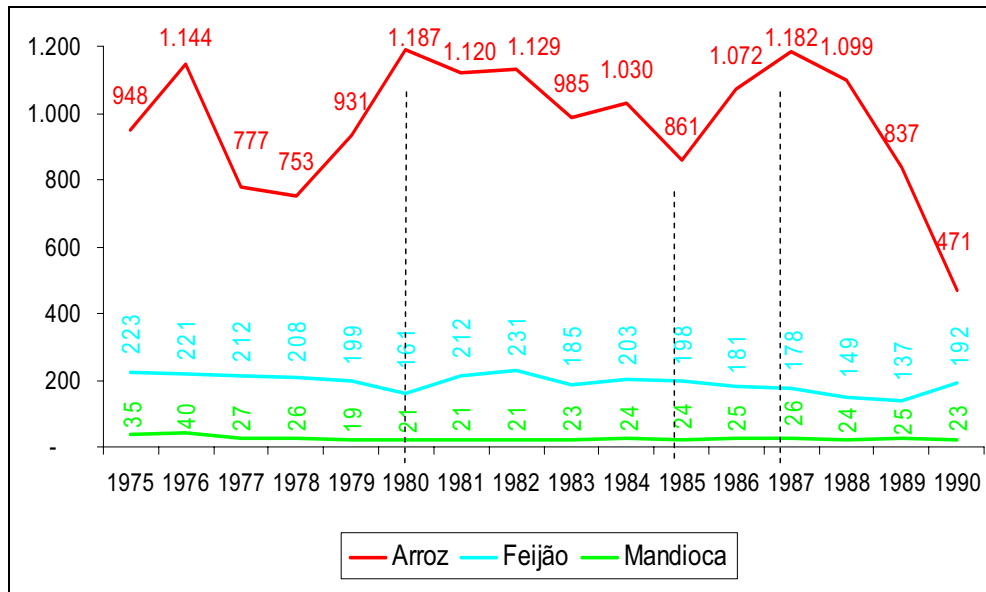


Figura 13 – Área colhida de arroz, feijão e mandioca – Goiás 1975-1990  
Fonte: Silva (2007, p. 117)

As plantações mais abrangentes no território goiano eram as de arroz, milho, mandioca, cana e soja. O feijão e a mandioca se mantiveram constante em nível de produção; já o arroz teve crescimento até 1988, depois declinou mesmo com a utilização de máquinas. São Paulo foi o mais afetado, mas no Rio Grande do Sul houve uma elevação na produção de arroz em 1980, de 23% para 40,3% em 1994.

Segundo Cano (1998), enquanto a produção de feijão expandiu-se satisfatoriamente, a do arroz teve um notável crescimento. Esse aumento deu-se em todas as regiões do país, tanto pela expansão da fronteira agrícola quanto pela maior utilização das terras agricultáveis preexistentes em vários Estados.

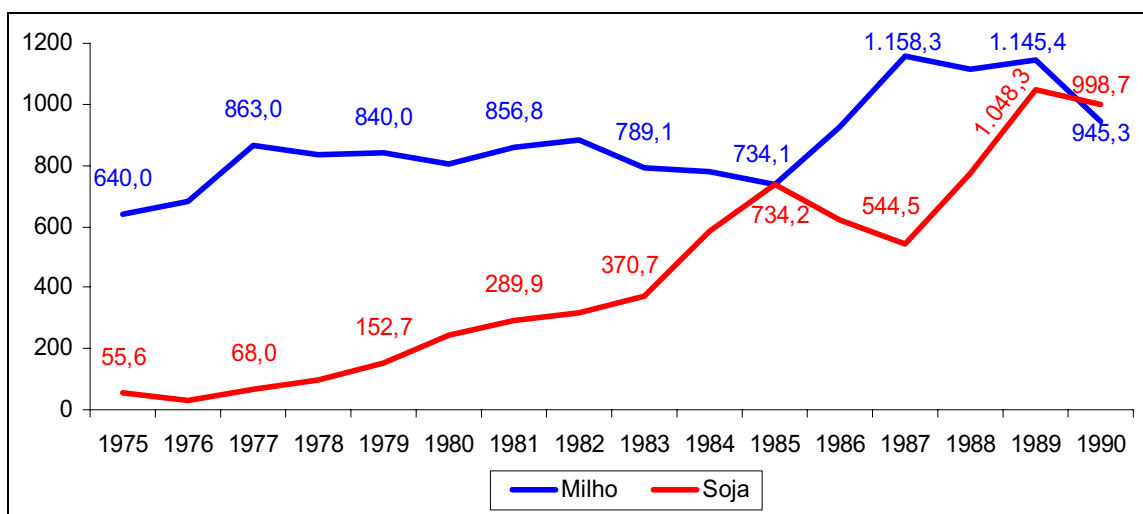


Figura 14 – Área colhida de milho e soja – Goiás 1975-1990  
Fonte: Silva (2007, p. 119)

O milho e a soja apresentaram uma tendência crescente, ao contrário do que aconteceu com as áreas colhidas de arroz. Segundo Silva (2007), durante os anos de 1950, 1960 e 1970, houve um aumento significativo da área colhida do milho, embora a série histórica da soja em Goiás tenha iniciado em 1973. Na Figura 14 é perceptível que o milho teve um crescimento até no início da década de 1980, começando a declinar em 1982, ficando na mesma proporção da soja em 1985, retornando ao crescimento considerável até o ano de 1989 e tendo um pequeno declínio em 1990, devido à abertura do mercado ao comércio exterior, pela redução ou eliminação das alíquotas de importação.

O crescimento do plantio da soja em Goiás esteve associado à mobilidade espacial de migrantes no sul do país e chegando até Goiás pela concentração de terras e pelo avanço técnico nas pesquisas de plantio no cerrado e pelo crédito concedido pelo Governo Federal. “Boa parte dos migrantes sulistas encontravam oportunidades de assentamento em Goiás em virtude de encontrarem acesso à terra facilitado por um preço mais baixo, ou até mesmo pela não-obrigatoriedade da compra da mesma para nela produzir, permitindo-se reservar o capital para investimentos em tecnologia e insumos dentro de um sistema moderno de arrendamento” (ESTEVAM, 1998, p. 175).

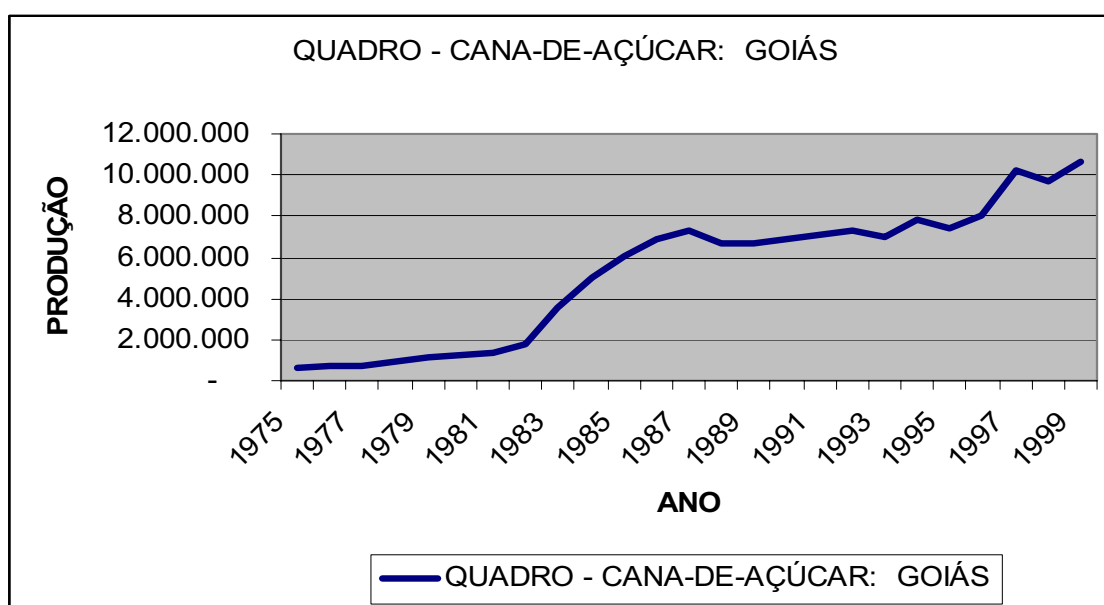


Figura 15 – Cana-de-açúcar em Goiás, 1975-1999  
Fonte: Silva (2007)

A cana-de-açúcar teve um crescimento mais acelerado a partir da metade da década de 1980, em função dos investimentos em destilarias, tendo evolução acelerada da produção de álcool, se destacando nacionalmente. Por esse motivo reestruturou na parte técnica-produtiva

no Estado pelo emprego de maquinaria e de insumos industriais, acelerando o processo de modernização agrícola regional a partir de 1982. Segundo Estevam (1998), em Goiás, no ano de 1984, existiam 17 destilarias iniciando a produção. No ano de 1986, a produção da cana ultrapassou em tonelagem toda a produção de arroz, soja, milho e feijão conjuntamente.

A produção agrícola já mencionada, no início de 1980, era representada pelo arroz, milho, mandioca, cana, soja e feijão. Mas houve algumas mudanças no final desta década, diversificando a situação em função do incremento de novas culturas (algodão, sorgo e trigo), tendo um declínio percentual do arroz de 50,4% do valor de produção agrícola total do Estado em 1960 para apenas 3,7% no início de 1990; e o feijão de 12,1% em 1960 para 6,1% em 1990. O milho aumentou percentualmente, sendo tradicional no Estado, pois o cereal participa do sistema de renovação de pastos e constitui cultura de unidade familiar, aumentando de 13%, no ano de 1960, para 25,5% em 1990 (BRASIL, 2003).

Tabela 17 – Estado de Goiás - Área plantada dos produtos agrícolas – 1990-2004

	Área plantada (ha)						
	Algodão herbáceo (em caroço)	Arroz (em casca)	Feijão	Milho	Soja	Sorgo granífero	Trigo
1990	35.511	351.010	183.580	902.800	1.001.690	5.460	560
1991	43.185	333.097	179.936	884.600	800.970	6.780	500
1992	53.989	430.531	151.589	804.845	825.270	5.293	2.084
1993	38.172	349.743	150.138	740.262	984.429	20.577	3.815
1994	54.063	302.625	157.149	917.869	1.113.387	42.983	4.629
1995	69.533	264.382	140.598	880.318	1.126.511	32.479	899
1996	81.659	165.918	85.994	871.565	883.276	47.098	6.023
1997	83.234	137.516	103.491	950.813	1.021.852	92.678	2.756
1998	187.311	133.840	112.335	667.879	1.382.855	135.023	7.973
1999	118.506	205.925	152.467	851.835	1.335.110	161.372	10.288
2000	96.718	150.364	113.211	845.204	1.491.066	179.460	6.887
2001	106.539	117.575	126.543	913.778	1.538.988	129.966	14.415
2002	102.185	112.384	122.790	741.748	1.903.000	189.611	20.609
2003	99.347	115.038	140.067	716.047	2.176.720	236.495	16.610
2004	141.555	165.627	121.037	696.524	2.591.954	314.267	21.772

Fonte: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica (2005)

Segundo Brasil (2003), a produção goiana de grãos tem crescido acima da brasileira. Em 1995, era de 6,4 milhões de toneladas, com participação de 7,85% na produção nacional. Já em 2002, foi de 9,8 milhões, representando 9,86% da produção nacional. Isso significa que Goiás saltou do 6º lugar no ranking nacional em 1995 para 4º em 2002, perdendo somente para Paraná, Rio Grande do Sul e Mato Grosso. Neste contexto, destaca-se que a produtividade média brasileira nas duas últimas safras foi de 2.570 Kg/ha. Os produtos que mais influenciaram o bom desempenho da agricultura foram a soja, a cana, o milho e o café. A tabela ante-

rior mostra as principais áreas plantadas de produtos agrícolas, do ano de 1990 a 2004. Conforme a Tabela 17, o algodão teve um aumento na área plantada de 300% do ano de 1990 a 2004; já o arroz reduziu a área em quase 100%, e o feijão também teve um percentual menor juntamente com o milho; a soja aumentou mais de 100%, devido às boas perspectivas de comercialização e o aumento na exportação. O sorgo teve um aumento significativo devido ao seu plantio na safrinha. O trigo, que possuía 560 hectares em 1990, aumentou para 21.772 hectares em 2004, devido ao uso de novas tecnologias, que permitiu que ele fosse cultivado com sucesso em Goiás.

As transformações na agricultura ampliaram a produção goiana a partir da década de 1990, não só pela modernização no processo produtivo, mas também os espaços expandiram-se devido aos incentivos fiscais e financeiros disponíveis pelos bancos. Segue a Tabela 18, comparando o Estado de Goiás em relação à Região Centro-Oeste e o Brasil em nível de sua colocação na produção.

Tabela 18 – Estado de Goiás, Centro-Oeste e Brasil: Ranking da produção dos principais produtos agrícolas – 1998-2004

Produto	Goiás/Centro-Oeste							Goiás/Brasil						
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Abacaxi (mil frutos)	1º	1º	1º	1º	1º	1º	1º	6º	5º	6º	8º	7º	8º	8º
Algodão herbáceo (em caroço)	2º	2º	2º	2º	2º	2º	2º	2º	2º	2º	2º	2º	2º	3º
Alho	1º	1º	1º	1º	1º	1º	1º	4º	4º	4º	4º	3º	3º	3º
Arroz (em casca)	2º	2º	2º	3º	3º	2º	2º	8º	7º	7º	8º	8º	7º	7º
Café	2º	2º	2º	2º	2º	2º	2º	10º	10º	10º	10º	9º	9º	10º
Cana-de-açúcar	1º	2º	1º	2º	2º	2º	3º	6º	7º	6º	7º	7º	7º	7º
Feijão	1º	1º	1º	1º	1º	1º	1º	5º	6º	6º	5º	5º	5º	5º
Laranja	1º	1º	1º	1º	1º	1º	1º	10º	10º	10º	9º	9º	9º	9º
Milho	1º	1º	1º	1º	1º	1º	1º	6º	4º	4º	4º	5º	6º	4º
Soja	2º	2º	2º	2º	2º	2º	2º	4º	4º	4º	4º	4º	4º	3º
Sorgo granífero	1º	1º	1º	1º	1º	1º	1º	1º	1º	1º	1º	1º	1º	1º
Tomate	1º	1º	1º	1º	1º	1º	1º	1º	1º	1º	1º	1º	1º	1º
Trigo	2º	2º	2º	2º	2º	2º	2º	7º	7º	7º	6º	6º	6º	6º

Fonte: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica (2005)

Mediante a Tabela 18, percebe-se que aos principais produtos agrícolas de Goiás no final da década de 1990 a 2004, foram inseridas algumas novas produções como: abacaxi, alho, café, laranja e tomate. Nota-se, comparando Goiás com Centro-Oeste, que os dois continuaram no mesmo lugar em nível estatístico, menos em relação ao arroz, que estava em 2º lugar no ano 1998, passando para 3º nos anos de 2001 e 2002, mas voltando a ficar em 2º em 2003 e 2004.

Goiás, em relação ao Brasil na produção agrícola, foi o que mais se destacou, estando em 1º lugar o sorgo e o tomate. Já em volume de produção de algodão, o Estado ocupa o 3º lugar no ranking nacional, com uma produção de 301 mil toneladas em 2002. Portanto, 18% maior que a registrada no ano de 2000, a cultura goiana perde somente para a mato-grossense. Essa produção de algodão está distribuída principalmente nos municípios de Acreúna, Santa Helena, Paraúna, Chapadão do Céu e Rio Verde, ocupando uma área em torno de 100 mil hectares. Mais de 250 produtores respondem por agronegócios do algodão.

Já o arroz registrou queda em sua produção. Na cultura do arroz, Goiás vem perdendo espaço no cenário nacional. Na década de 80, o Estado ocupou a 2ª posição do ranking e no ano de 2004, passou para 7ª posição. Este fato deve-se à procura, por parte dos produtores, por regiões favoráveis a esta cultura (GOIÁS, 2005).

A cana-de-açúcar em Goiás vem ocupando cada vez mais espaço no cenário regional, e com certeza terá destaque a âmbito nacional. Atualmente, é o sexto Estado em área plantada. Isto se deve ao fato de Goiás possuir 60% das suas terras com características adequadas para o plantio de cana-de-açúcar, com terras com baixos declives, o que favorece a mecanização, solos favoráveis e água em abundância. Goiás hoje possui 74 usinas instaladas, e outras 36 em processo de análise, onde 95% se concentram na região Centro-Sul. A implantação das usinas ocorre principalmente às margens da BR-153 e das GOs 060, 364 e 452. Segundo a pesquisadora Selma Simões: "Trata-se de um zoneamento induzido, pautado pela potencialidade econômica da região".

A soja no ano de 2002 apresentou uma produção de 5.405.589 toneladas (t), garantindo a 4ª colocação para o Estado a nível nacional. A área colhida foi de 1.902.950 ha ante 1.333.646 ha em 1999, registrando um crescimento de 42,68%. O bom desempenho desta cultura está aliado às excelentes condições de cultivo, com o clima e solo favoráveis, tudo isso somado às condições de infra-estrutura de transporte, à tecnologia e reposição de máquinas e equipamentos. É importante ressaltar que a soja representa 55% da produção goiana de grãos, portanto, com grande representatividade na atividade agropecuária e contribuindo para o crescimento da economia goiana, através de sua cadeia produtiva, fornecendo matéria-prima para as agroindústrias e ainda aumentando as exportações (GOIÁS, 2005).

A produção de milho em Goiás destaca-se em 4ª posição em relação à nacional, sendo a 2ª maior área plantada no Estado, perdendo apenas para a soja. No ano de 2002 houve um decréscimo de -0,42%, em relação a 1999, com uma produção de 3.400.223 t e sua área colhida também decresceu em -8,47% no mesmo período. Em contrapartida, nota-se um aumento crescente de produtividade desta cultura em Goiás. Enquanto que a média nacional é de

2,72 t/ha, no Estado registra-se 4,61 t/ha. Esse resultado é fruto de investimento em pesquisa, tecnologia de ponta e sementes altamente selecionadas e a crescente demanda da agroindústria, principalmente da Indústria Perdigão em Rio Verde, uma das maiores processadoras de carnes de aves e suínos do país, portanto, grande consumidora desse grão para ração. O Estado de Goiás foi o 1º produtor de feijão da região Centro-Oeste, no ano de 2002. Produziu 235.418 t, tendo um crescimento de 17,16% em relação ao ano de 1999, apesar da redução de 21,34% da área colhida, ocorrendo, portanto um ganho de produtividade (GOIÁS, 2005).

Os produtores de café em Goiás vêm mudando suas técnicas de produção, utilizando processos de cultivos novos, com uso de irrigação e variedades produtivas, proporcionando crescimento na produção. No ano de 2001, a produção do grão foi de 10.731 t, contra 5.045 t em 1999, provocando um incremento de 112,70% e expansão da área colhida de 54,28%. (GOIÁS, 2005).

Cabe destacar ainda o desempenho de outras culturas importantes para agricultura do Estado. O sorgo, por exemplo, apresentou uma variação na produção de 9,61% em 2002, comparada à de 1999. Goiás é o primeiro produtor desta cultura, com produtividade acima da média nacional e do Centro-Oeste. A laranja, em 9º lugar no ano de 2004, apresentou incremento na produção de 7,53%, verificando ganhos significativos de produtividade. A cultura do tomate apresentou um crescimento de 25,34% na produção no ano de 2002, comparado a 1999. A cultura continua sendo importante para a agroindústria goiana, na produção de atomatados, entre outros, como o trigo em 6º lugar, alho em 3º lugar e abacaxi em 8º no ano de 2004 (GOIÁS, 2005).

No processo de produção de grãos estimada no Estado de Goiás por microrregiões, verifica-se a relação e influência no sentido de expansão demográfica nestes municípios, pois onde está mais concentrada a evolução rural, ali estão os municípios de maior população e com melhor situação econômica. Por exemplo, entre os quatro maiores produtores de grãos do Estado de Goiás, encontra-se o Sudoeste Goiano, estando em primeiro lugar no ranking da produção, com população estimada de 386.668 habitantes em 2006 pelo IBGE, tendo 18 municípios, entre os quais se destaca, em termos de produção com recente crescimento do agronegócio brasileiro, a cidade de Rio Verde, com uma importante cooperativa agrícola e com unidades industriais que agregam valor à sua produção agrícola. Segue na Tabela 19 a produção de grãos em Goiás por microrregiões, observando a porcentagem de participação dos municípios goianos.



Tabela 19 - Estado de Goiás - Ranking da produção de grãos por microrregiões – 2005

<b>Microrregião</b>	<b>Produção de grãos (t)</b>	<b>Participação (%)</b>	<b>Ranking</b>
<b>ESTADO DE GOIÁS</b>	<b>11.346.604</b>	<b>100,00</b>	-
Sudoeste de Goiás	4.405.163	38,82	1º
Entorno de Brasília	1.619.461	14,27	2º
Meia Ponte	1.451.258	12,79	3º
Catalão	917.379	8,09	4º
Vale do Rio dos Bois	797.309	7,03	5º
Pires do Rio	626.162	5,52	6º
Anápolis	292.938	2,58	7º
Porangatu	223.913	1,97	8º
Quirinópolis	193.526	1,71	9º
Ceres	140.886	1,24	10º
Chapada dos Veadeiros	139.623	1,23	11º
Vão do Paranã	111.035	0,98	12º
Anicuns	101.281	0,89	13º
Goiânia	89.906	0,79	14º
Rio Vermelho	75.606	0,67	15º
Aragarças	71.776	0,63	16º
Iporá	45.936	0,40	17º
São Miguel do Araguaia	43.446	0,38	18º

Fonte: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica (2007)

Em segundo lugar no ranking da produção de Goiás, o entorno de Brasília, com população estimada de 1.068.417 habitantes em 2006 pelo IBGE, dividida em vinte municípios, sendo a microrregião mais concentrada da população goiana, pois constitui o segundo maior aglomerado do Estado, com 14,3% da população total. A sua taxa de crescimento demográfico suplantou em muito a de Goiás, atingindo 6,4% nos últimos cinco anos, tendo como destaque a cidade de Santo Antônio do Descoberto, que dobrou sua população.

Em terceiro lugar em nível de produção goiana, a microrregião de Meia Ponte, com população estimada em 2006 pelo IBGE em 349.451 habitantes, dividida em 21 municípios, destacando-se o município de Rio Verde em relação à produção de arroz, soja, milho, algodão, sorgo, feijão e girassol. Conta ainda com importante plantel bovino, avícola e suíno. A cidade possui um grande potencial econômico, possuindo a maior população da região e o terceiro maior PIB per capita da microrregião em 2005.

Em quarto lugar fica a microrregião de Catalão na produção de grãos, com população estimada de 128.488 habitantes em 2006 pelo IBGE e dividida em onze municípios, sendo Catalão um dos municípios que tem mais crescido economicamente; também a microrregião de Anápolis, destacando o município de Inhumas na produção de alho, entre outros. Segue a tabela com os municípios que mais se destacaram na produção de grãos em 2005.

Tabela 20 – Goiás: Municípios – Maiores produtores de grãos em 2005

Municípios	Algodão	Arroz	Café	Feijão	Girassol	Milho	Soja	Sorgo	Trigo Sequeiro	Total de grãos	Ranking
Jataí	2.520	6.100		1.500	2.000	346.600	597.000	51.000	240	1.006.960	1º
Rio Verde	4.280	4.500	82	6.980	450	132.000	715.500	97.500	1.440	962.732	2º
Cristalina	7.738	4.026	7200	97.410	1.260	124.080	407.160	6.000	18.400	673.274	3º
Montividiu	5.187	1.500		2.280	140	129.600	324.800	54.000	2.880	520.387	4º
Mineiros	8.800	1.600				83.000	328.000	34.000		455.400	5º
Chapadão do Céu	28.000	1.000	31		7.000	111.700	224.000	32.000		403.731	6º
Catalão	2.268	4.320	1.144	1.830		77.000	238.500	4.320	7.500	336.882	7º
Luziânia	780	2.160	756	37.380	108	79.200	180.000	25.200	5.520	331.104	8º
Caiapônia	5.200	19.800	6	1.800		75.000	215.000	3.600		320.406	9º
Ipameri	9.440	6.000	941	3.470		84.000	207.900		1.000	312.751	10º
Bom Jesus de Goiás	634	525		430		71.500	142.120	18.000		233.209	11º
Campo Alegre de Goiás	4.181	900	1.596	2.910		38.500	176.000	1.125	3.000	228.212	12º
Goiatuba	3.490	720		450		50.880	143.000	11.250	1.190	210.980	13º
Paraúna	29.854	4.320	850			21.750	133.920	1.800		192.494	14º
Perolândia	3.200	1.900	7	800		26.000	120.000	7.000		158.907	15º
Edéia	1.300	1.760				8.450	144.000			155.510	16º
Santa Helena de Goiás	500	625		770		22.470	108.100	11.000	310	143.775	17º
Vicentinópolis		360		1.080		24.510	101.500	12.980		140.430	18º
Itumbiara	1.596	1.950		355	416	19.460	105.090	3.500		132.367	19º
Quirinópolis	41	1.600		600		44.480	6.600	7.850		121.171	20º
Subtotal	119.009	65.666	12613	160.045	11.374	1.570.180	4.618.190	382.125	41.480	7.040.682	
Outros Municípios	53.959	237.156	3.499	120.336	1.009	1.570.180	2.305.670	126.464	8.405	4.140.056	
Estado de Goiás	172.968	302.822	16.112	280.361	12.383	1.283.558	6.983.860	508.569	49.885	11.180.698	

Fonte: IBGE – Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (out. 2005)

Na tabela acima, Jataí ocupa o primeiro lugar no ranking, tendo como destaque a produção de milho e soja, devido à sua agricultura avançada; ficando em segundo lugar Rio Verde, tendo como maiores produções a soja, o sorgo e tendo uma grande participação também na safra de arroz e milho. Os 18 demais municípios tiveram uma participação muito significativa, totalizando uma porcentagem marcante. Por exemplo, o algodão teve um total entre os vinte municípios de 119.009 na sua produção, sendo que os demais municípios não-mencionados tiveram na sua somatória 53.959, ou seja, menos de 50% do total dos vinte mais produtivos. Outros exemplos são a soja, o sorgo e o trigo, que também tiveram uma diferença gritante, tendo como destaque os municípios de Rio Verde e Cristalina. Na produção de girassol e café, embora com pouca participação dos vinte municípios, houve uma concentração muito diferente em relação ao subtotal e toda produção do Estado de Goiás, tendo como destaque os municípios de Cristalina e Chapadão do Céu. O arroz foi o único a ter menos produ-

ção entre os vinte municípios, tendo uma somatória maior entre os demais municípios não mencionados. Os que mais obtiveram produção foram Caiapônia, Jataí e Ipameri.

### 3.2.2 Pecuária em Goiás

A pecuária goiana teve um fator histórico que começou a aparecer logo após o declínio da mineração, fazendo com que a pecuária evoluísse no território Goiano. "A evolução da pecuária em Goiás passa obrigatoriamente pela Exposição Agropecuária do Estado de Goiás e pela SGPA", afirma o médico e pecuarista Manoel dos Reis e Silva, que presidiu a Sociedade Goiana de Pecuária e Agricultura (SGPA) por 12 anos. Segundo a SGPA, "Foi com a forte atuação da entidade na realização das Exposições Agropecuárias, organização de palestras e incentivo à introdução de novas técnicas, e o incentivo à importação de animais e sêmen nos últimos 25 anos, que a pecuária goiana chegou ao atual estágio de desenvolvimento qualitativo e quantitativo, estando agora voltada ao cruzamento industrial, acompanhando o que de melhor se faz no mundo". Segue na Figura 16 os números de cabeças de bovinos e suínos e seu respectivo crescimento.

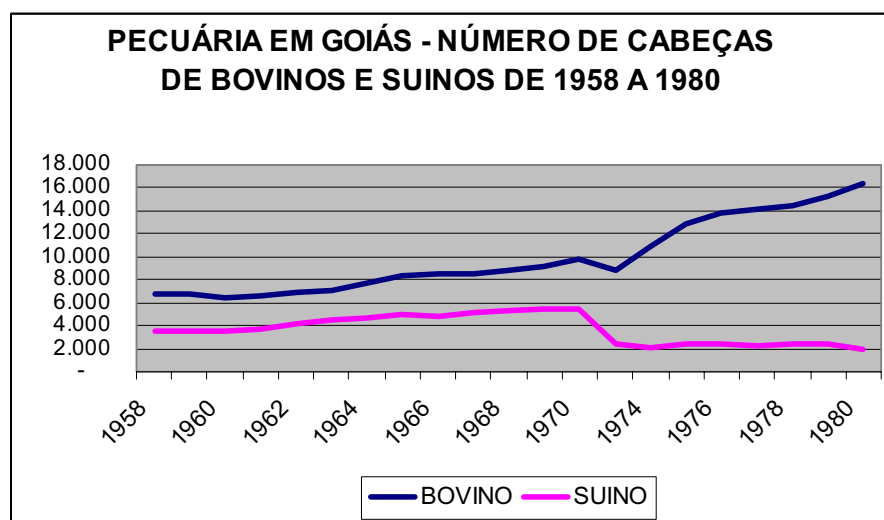


Figura 16 – Pecuária em Goiás – Cabeças de bovinos e suínos – 1958-1980  
Fonte: Silva (2007)

Diante do gráfico, no final da década de 1950 e início da década de 1970, o crescimento, tanto bovino como suíno, foi pouco, quase que constante, e na mesma proporção. No

ano de 1974 houve um pequeno declínio no gado e uma acentuada queda no suíno, continuando a decrescer até 1980. Mas o gado disparou em número de cabeças a partir de 1975 e mais efetivamente nos anos 80, devido à introdução de exposições feitas em Goiás, que começaram a se diversificar, introduzindo leilões, shows artísticos, exposições de máquinas, e outras novidades para a época, como restaurantes e bares. Dessa forma, a exposição começou a ser chamada popularmente de a "Festa da Pecuária", o maior evento popular de Goiás desde então, que tradicionalmente se realiza na segunda quinzena de maio, por coincidir com o final das colheitas e por ser um período em que raramente chove.

Na década de 1990, a pecuária em Goiás sofreu várias transformações, pois a partir dos anos 90, os criadores goianos começaram a voltar as suas atenções para o cruzamento industrial, marcando uma nova era na pecuária goiana de tecnologia e alta produtividade, com bovinos de raças sintéticas de corte e européias, acompanhando a tendência mundial. É nessa década que Goiás conseguiu vencer a luta contra a febre aftosa, praga que mais desvalorizava o rebanho bovino goiano, conquista esta reconhecida internacionalmente neste ano pela Organização Internacional de Epizootias (OIE). O Estado conta com uma grande variedade de animais das raças mais diversas de bovinos, eqüinos, ovinos, caprinos, suínos e diversos pequenos animais, o que reflete a evolução e a diversificação da pecuária goiana.

Segundo "Goiás em Dados" da Brasil (2003), o Estado também vem conquistando avanços importantes neste setor, pois a pecuária goiana possui forte participação na economia, posicionando o Estado entre os maiores produtores brasileiros. O rebanho bovino, que em 2001 foi de 19,1 milhões de cabeças, representa 10,8% do rebanho nacional. O Estado ocupa o 4º lugar no ranking nacional. O rebanho goiano permanece estável desde 1990, quando contava com 17,6 milhões de cabeças. A tendência da pecuária é o aumento de produtividade mediante a profissionalização e modernização tecnológica da atividade, sem o aumento da área de pastagens.

Outro fator de questão relevante na pecuária é o desenvolvimento do agronegócio goiano, o qual foi reconhecido recentemente através da certificação internacional de Zona Livre de Febre Aftosa, com vacinação, o que veio potencializar sobremaneira a exportação de carne bovina. No ano de 2004, apresentou uma expansão de 1,20%, com um efetivo de 20,417 mil cabeças, posicionando-se em quarto lugar em nível nacional, representando 9,98% do efetivo brasileiro. Os dados de abate de bovinos confirmaram o bom desempenho da pecuária de corte. Segundo o IBGE, cresceu 12,73% comparado ao ano de 2003.

A pecuária goiana representava em torno de 50% do Valor Bruto da Produção da Atividade da Agropecuária, daí sua importância na economia do Estado. No período 1998-

2001, a criação de aves e suínos teve crescimento significativo. De um plantel de 22.376 mil cabeças em 1999, atingiu a marca de 27.139 mil em 2001. Isso significa que a avicultura cresceu 21,27% entre 1999 e 2001, o que demonstra a instalação de grandes aviários no Estado. A criação de suínos também é uma atividade econômica em plena expansão. O crescimento da suinocultura é atribuído ao amadurecimento de investimentos realizados, à ampliação das instalações e ao aumento da produtividade (BRASIL, 2003). Segue abaixo a Tabela 21, mostrando os principais rebanhos e a produção de leite goiano.

<b>Ano</b>	<b>Bovino</b>	<b>Suíno</b>	<b>Vacas leiteiras</b>	<b>Produção de leite (1000 l)</b>
1980	16.453.598	1.859.161	2.619.585	914.992
1985	20.669.870	2.407.302	2.637.005	1.102.720
1990	17.635.390	1.876.735	2.340.950	1.071.966
1991	18.574.234	1.933.455	2.464.525	1.166.181
1992	18.147.923	1.887.139	2.550.140	1.276.464
1993	18.580.908	1.904.893	2.651.026	1.405.778
1994	18.397.064	1.896.470	2.636.546	1.409.350
1995	18.492.318	1.869.052	2.680.338	1.450.157
1996	16.954.667	1.065.789	1.726.793	1.999.398
1997	17.182.332	1.027.963	1.781.689	1.868.976
1998	18.118.412	1.034.767	1.870.489	1.978.579
1999	18.297.357	1.113.518	1.937.574	2.066.404
2000	18.399.222	1.174.360	2.006.038	2.193.799
2001	19.132.372	1.231.251	2.121.271	2.321.740
2002	20.101.893	1.360.573	2.217.158	2.483.366
2003	20.178.516	1.499.050	2.247.895	2.523.048
2006	20.646.560	1.516.285	2.364.752	2.613.622

Tabela 21 – Estado de Goiás: Principais rebanhos e produção de leite – 1990-2003

Fonte: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica (2005)

A produção de leite merece também atenção especial porque vem de uma trajetória ascendente. Em 1999, foram 2.066 milhões de litros, passando para 2.321 milhões em 2001. Traduzindo esses valores em percentuais, pode-se afirmar que a produção leiteira goiana cresceu 11,74% no período 1999-2001. É por essa razão que Goiás é a 2ª bacia leiteira do país, que em 2004 apresentou um desempenho positivo de 2,06%. A produção animal apresentou desempenho positivo em todos os segmentos, exceto suínos, que apresentou recuo de 0,35% em 2004.

Tabela 22 – Rebanho avícola em Goiás – 1980-2001

<b>Ano</b>	<b>Aves (cabeças)</b>
1980	11.910.423
1985	18.789.863
1990	14.221.000
1995	17.639.315
1996	13.535.000
1997	17.993.065
1998	19.162.752
1999	22.376.417
2000	26.444.415
2001	27.139.230

Fonte: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica (2005)

Conforme a tabela acima, em relação às décadas de 1980 a 2001, o número de aves em Goiás cresceu mais de 100%. A criação de aves em 2004 expandiu 7,72%, alcançando plantel de 38,66 milhões de cabeças, ante 35,91 milhões em 2003. A produção de frangos em Goiás tem crescido acima da média nacional. No período de 2000 a 2004, expandiu 72,87%, enquanto a média brasileira foi de 17,44%. Os bons resultados são explicados pela localização privilegiada, clima ideal e grande produção de milho e soja para ração animal. A avicultura goiana possui excelente desenvolvimento genético, nutrição, sanidade e manejo das aves e do ambiente em que são criadas, tornando-se um dos componentes importantes do agronegócio goiano.

A agropecuária exerce um papel importante para o desenvolvimento do Estado de Goiás, pois garante matéria-prima para a agroindústria, agregando mais valor aos produtos exportáveis, gerando emprego e renda e assegurando a sustentabilidade com que se desenvolve a economia goiana.

Os maiores rebanhos de bovinos se concentram na região Sudoeste e no Vale do Araguaia, com destaque para os municípios de Jataí, Rio Verde, Nova Crixás e São Miguel do Araguaia. A suinocultura e a avicultura se destacam principalmente no município de Rio Verde, devido ao pólo agroindustrial existente para o processamento da matéria prima.

Tabela 23 – Estado de Goiás: Efetivo de bovinos, suínos e aves por microrregiões – 2005

Microrregião	Bovino			Suíno			Aves		
	Cabeças	Part.%	Ranking	Cabeças	Part.%	Ranking	Cabeças	Part.%	Ranking
<b>Estado de Goiás</b>	<b>20.726.586</b>	<b>100,00</b>	<b>-</b>	<b>1.499.138</b>	<b>100,00</b>	<b>-</b>	<b>39.942.492</b>	<b>100,00</b>	<b>-</b>
São Miguel do Araguaia	1.873.360	9,04	2°	24.905	1,66	16°	161.980	0,41	16°
Rio Vermelho	1.756.230	8,47	4°	44.275	2,95	11°	259.245	0,65	14°
Aragarças	979.700	4,73	10°	30.630	2,04	15°	161.070	0,40	17°
Porangatu	1.761.400	8,50	3°	58.150	3,88	9°	460.000	1,15	11°
Chapada dos Veadeiros	432.700	2,09	18°	14.160	0,94	18°	136.100	0,34	18°
Ceres	1.042.400	5,03	8°	63.255	4,22	8°	495.550	1,24	10°
Anápolis	905.730	4,37	11°	80.836	5,39	6°	5.468.310	13,69	2°
Iporá	693.900	3,35	14°	41.540	2,77	12°	266.025	0,67	13°
Anicuns	686.880	3,31	15°	78.875	5,26	7°	711.790	1,78	8°
Goiânia	629.190	3,04	16°	87.650	5,85	4°	3.476.920	8,70	4°
Vão do Paranã	758.000	3,66	12°	17.990	1,20	17°	168.000	0,42	15°
Entorno de Brasília	1.409.750	6,80	6°	103.000	6,87	3°	3.084.650	7,72	5°
Sudoeste de Goiás	2.553.000	12,32	1°	520.930	34,75	1°	15.087.850	37,77	1°
Vale do Rio dos Bois	995.641	4,80	9°	85.791	5,72	5°	423.811	1,06	12°
Meia Ponte	1.511.667	7,29	5°	118.244	7,89	2°	2.507.503	6,28	6°
Pires do Rio	582.070	2,81	17°	52.270	3,49	10°	5.201.350	13,02	3°
Catalão	756.968	3,65	13°	36.087	2,41	14°	1.273.188	3,19	7°
Quirinópolis	1.398.000	6,74	7°	40.550	2,70	13°	599.150	1,50	9°

Fonte: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica (2007)

### 3.2.3 Agroindústria em Goiás

Nas décadas de 1950 a 1960, a industrialização brasileira havia se fortalecido devido ao período de “substituição de importações”, principalmente com a implantação da indústria pesada. Nos anos de 1960 ocorreram vários problemas, pois com o aumento da capacidade produtiva, carecia de financiamentos de maiores prazos e de uma política de planejamento voltada para esse setor com o apoio do Estado como produtor. Segundo Estevam (1998), o início de 1960 foi o término da fase da industrialização pesada, iniciando as instalações de fábricas de insumos agrícolas, produção de equipamentos, material de transportes, elétricos, fertilizantes químicos, rações e medicamentos veterinários.

O processo de modernização agrícola já mencionado contribuiu para o desenvolvimento da agroindústria, colocando o setor industrial à disposição da agropecuária, insumos modernos, abrindo o mercado interno e também destinados à exportação. “Não foi propriamente a agricultura que se industrializou, mas a indústria que industrializou a agricultura” (ESTEVAM, 1998). A evolução industrial serviu como norma para o avanço agrícola, por exemplo, o papel do Estado e das multinacionais na parte de subsídio e no controle da tecnologia; modernização dos latifundiários, em máquinas utilizadas pelas multinacionais; novos empreendimentos agrícolas, etc. Na década de 1970, foram expandindo os “complexos agroindustriais” para vários Estados brasileiros, principalmente em São Paulo, que se tornou o centro industrial do país com uma nova visão e uma base técnica mais moderna.

A região Centro-Oeste, com a expansão da evolução agroindustrial de São Paulo, também sofreu várias transformações no contexto industrial, tendo em vários de seus Estados o fornecimento de produtos agropastoris, contribuindo para o abastecimento de alimentos, com maior foco os cereais e carnes, para exportação para grande parte do país. Segundo Estevam (1998), o Centro-Oeste na década de 1980, em termos de produção agrícola cresceu acima da média nacional, tornando-se palco de empresas líderes do “complexo agroindustrial”. Para Castro (1995), o processo econômico da região Centro-Oeste teve três fases: a adaptação da soja no cerrado na década de 1970 em Goiás; a expansão da soja e milho para áreas mais distantes do Mato Grosso; e, a partir de 1985, o deslocamento de grandes conglomerados industriais com a transferência de fábricas de beneficiamento de grãos e abate de animais para o Centro-Oeste, aumentando assim a capacidade de implantação de infra-estrutura agroindustrial na região.

Segundo o IPEA, Goiás, Mato Grosso de Sul e Distrito Federal foram os que mais se destacaram entre os Estados do Centro-Oeste, tanto na agropecuária, como no setor de indústria e serviços. Segue a Tabela 24 com dados do PIB por setor de atividade em percentual.

Tabela 24 – PIB por setor de atividade de Goiás, Centro-Oeste e Brasil

	Agropecuária			Indústria			Serviços		
	1970	1985	1995	1970	1985	1995	1970	1985	1995
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Centro-Oeste	7,0	7,4	7,1	0,9	2,8	3,6	4,3	4,4	4,8
Goiás	3,9	3,5	3,2	0,4	1,2	1,8	1,6	2,2	2,3
Goiás/CO(%)	55,7	47,2	45,0	44,4	42,8	50,0	37,2	50,0	47,9

Fonte: Contas nacionais FGV e dados do IPEA-NB. Sem o Distrito Federal em todo o período.



Na tabela acima, pode-se observar que nas décadas de 1970 a 1990, a indústria e serviços aumentaram de modo crescente. Isso mostra a expansão da urbanização no território goiano com o êxodo rural, devido a vários motivos, como já foram mencionados no capítulo 1, a migração diante da construção de Goiânia e Brasília, obtendo um crescimento demográfico principalmente na zona do Mato Grosso Goiano (Goiânia e Anápolis), no entorno do Distrito Federal (Luziânia e Formosa) e na área sudoeste (Rio Verde, Itumbiara e Jataí).

No início da década de 1980, o Governo Federal estabeleceu o apoio à agropecuária como prioritário para o desenvolvimento nacional, possibilitando ao Estado de Goiás uma participação relevante, devido às condições favoráveis do clima, irrigação de baixo custo, etc. O governo Ary Valadão priorizou o aumento da agropecuária, com objetivo de alcançar regiões mais pobres e incorporá-las ao processo produtivo. Esse projeto ocasionou uma participação de 47% no setor primário, 12% no setor secundário e 41% no setor terciário. Esta modificação deve-se, em parte, à consolidação do Distrito Agroindustrial de Anápolis, do complexo Mineral de Catalão e das indústrias de Goiânia, Itumbiara e Minaçu, proporcionando ao Estado o ritmo de crescimento real de 11,7% ao ano, contra 9,7% do País.

Segundo Silva (2007), em 1985 a principal atividade agroindustrial goiana era o laticínio, que participava com 28,1% do Valor de Transformação Industrial (IBGE), seguida por frigoríficos bovinos (27,2%). Em terceiro o algodão (11%), em quarto lugar o álcool e derivados da cana (7,5%), e derivados da soja em quinto lugar, com (7,2%) da produção de Goiás. Segundo Castro e Fonseca (1995), em 1991 foi feita uma amostra do perfil da agroindústria do Centro-Oeste, totalizando 200 empresas em destaque, dentre essas, 30 empresas foram selecionadas, totalizando 54% do Valor Arrecadado na amostra, sendo que 21 delas estavam em Goiás.

Segundo a Conjuntura (2005), a partir de 1999, dos municípios que obtiveram ganho de participação, pode-se destacar (Figura 17): Catalão, 2,28% (1999) para 4,60% (2004) – favorecido pelo processo de verticalização da mineração e pelo incremento da produção de veículos; Rio Verde, que passou de 3,59% em 1999 para 4,61% em 2004 – impulsionado pelos setores da indústria alimentícia e da agropecuária, embora esta atividade tenha apresentado recuo no ano de 2004; Jataí, que saiu de 2,32% para 2,73% – apresentando destaque na indústria de transformação e na agropecuária; Senador Canedo, que passou de 1,71% para 2,79% – estimulado pelo setor de serviços, especificamente a distribuição de combustível; e Luziânia, que foi de 2,33% em 1999 passando para 2,66% em 2004 – dada à boa performance da agropecuária, sobretudo, lavouras irrigadas e agroindústrias. O ganho de participação também foi observado no município de São Simão (0,44% para 2,54%), ocorrido pela inserção da hidrelé-

trica de São Simão em 2001, no cálculo do PIB de Goiás, que antes era computada para Minas Gerais.

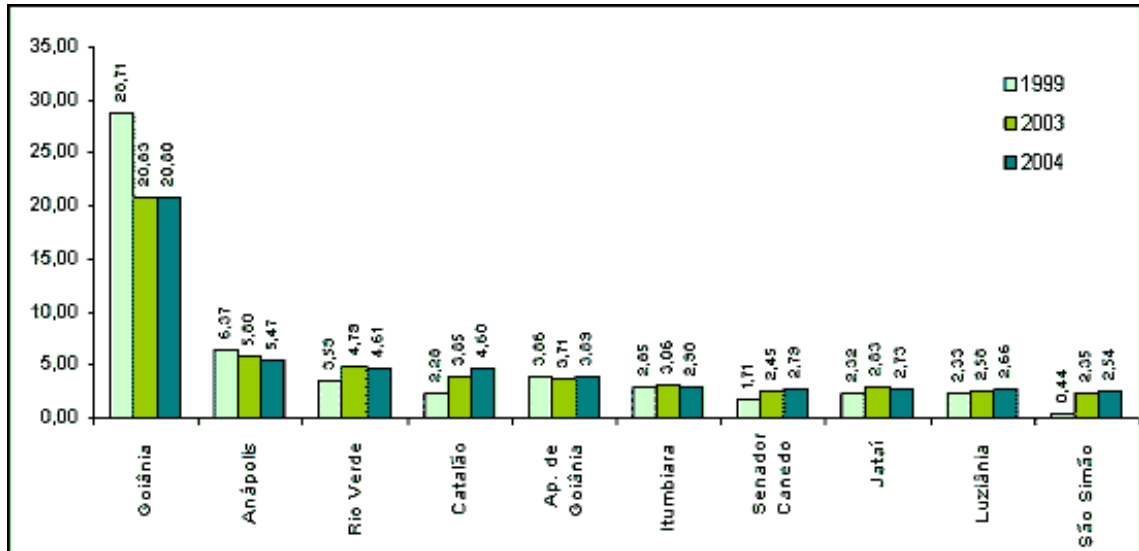


Figura 17 – Municípios selecionados que obtiveram ganho ou perda de participação no PIB – Goiás 1999-2004  
Fonte: SEPLAN-GO / SEPIN - Gerência de Contas Regionais

Dentre os municípios que perderam participação no PIB estadual estão Goiânia, que representava 28,71% em 1999, reduzindo para 20,80% em 2004, e Anápolis, que passou de 6,37% para 5,47%. Tal fato é explicado pelo avanço da economia de Goiás que se deu nos últimos anos, principalmente nos setores da indústria e agropecuária. Já a estrutura produtiva destes municípios tem o setor de serviços como principal atividade.

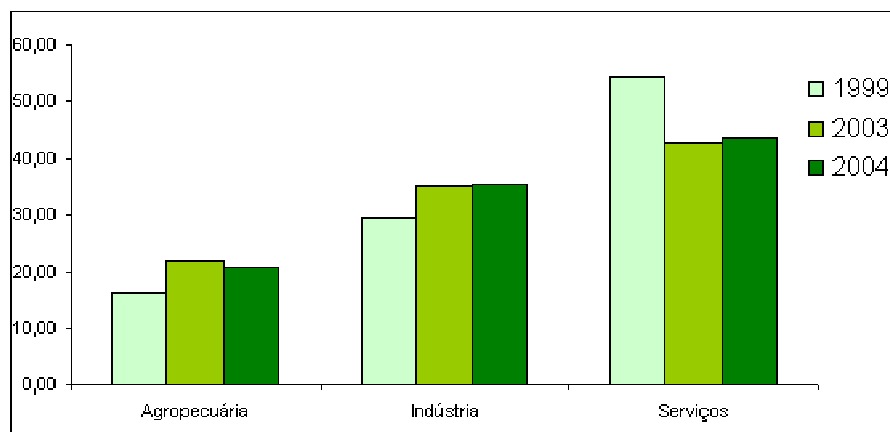


Figura 18 – Estado de Goiás: Participação das atividades produtivas – 1999-2004  
Fonte: SEPLAN-GO / SEPIN - Gerência de Contas Regionais

No período verificado, o setor de serviços teve perda de participação no PIB goiano, que era de 54,29% em 1999, reduzido para 43,78% em 2004 (Figura 18). Vale ressaltar que

nesse período, a economia destes municípios apresentou bom crescimento, importante agregação de valor, mas o avanço se deu mais em alguns municípios do interior. É importante observar que desde o início da série (1999), o município de Goiânia vinha perdendo participação no PIB goiano, estabilizando no ano de 2004, fato explicado pelo crescimento das atividades de administração pública, comércio e intermediação financeira naquele ano.

Segundo Silva (2007), o modelo de integração agroindustrial em Goiás é diferente da existente na região Sul, pois de acordo com Leite (2000, p. 35-40), há duas dinâmicas distintas de agroindustrialização: quando a agroindústria produz intervenção externa à agricultura, fomentando os produtores agrícolas, tendo afinidade com a produção familiar; outra é quando a agroindústria torna-se extensão da atividade agrícola, das cooperativas agropecuárias, relacionadas a uma agricultura em larga escala. Diante dessas duas dinâmicas, a agricultura familiar continuará marginalizada dos processos de modernização, pois a escala mínima é elevada em relação à agricultura familiar. “Goiás nos últimos anos tem absorvido a característica das duas dinâmicas: a agricultura age como elemento exógeno, articulando os produtores agrícolas locais, porém, trata-se de médios e grandes produtores, com capacidade de operar em escalas elevadas” (SILVA, 2007, p.166).

Na página que se segue, encontra-se a Tabela 25, sobre as principais empresas agroindustriais estabelecidas em Goiás. Por meio desta tabela, é possível verificar que as principais empresas agroindustriais de Goiás estão localizadas em regiões com maior oferta de matéria prima para o produto que a agroindústria industrializa, mão-de-obra e acesso a outros centros e mercado consumidor.

Apesar da agroindústria ser o núcleo básico, construiu-se em Goiás, nos últimos 25 anos, um parque industrial relativamente diversificado, onde se incluem a produção de equipamentos agrícolas, automóveis, equipamentos hospitalares, um importante pólo farmacêutico e uma significativa indústria química. Como por exemplo: no início da década de 90 começaram a chegar a Goiás indústrias farmacêuticas de porte nacional e instalar seus laboratórios no Distrito Agroindustrial de Anápolis, dando início à criação do pólo farmoquímico na região, sendo que a partir daí, a industrialização de produtos químicos e, principalmente, medicamentos começaram a abrir para Goiás uma nova perspectiva econômica; outro exemplo são as indústrias de couro e calçados, pois Goiás em 2003, apontando com o 4º maior rebanho bovino do País, de 19,1 milhões de cabeças, junto com seus vizinhos, fazia parte da maior região produtora de couro do País.

Tabela 25 – Principais empresas agroindustriais estabelecidas em Goiás

<b>Empresas</b>	<b>Municípios</b>
Granol Ind. e Com. Exportação Ltda	Anápolis
Anicuns S.A. Álcool e Derivados	Anicuns
Laticínios Morrinhos	São Luís de Montes Belos
Laticínios Bela Vista Ltda	Bela Vista
Agrovale-Coop. do Vale do Paranaíba	Quirinópolis
Parmalat Ind. e Com. de Laticínios	Catalão/Santa Helena
Goiásminas Ind. de Laticínios Ltda	Corumbaíba
Nestlé Brasil Ltda	Goiânia
Centroleite - Coop. Central de Laticínios de Goiás	Goiânia
Goiáasa - Goiatuba Álcool Ltda	Goiatuba
Marajoara Ind. e Com. de Laticínios	Hidrolândia
Caramuru Alimentos Ltda	Itumbiara/São Simão
Cooperativa Central de Laticínios - Estado de SP	Itumbiara
Maeda S.A. Agroindustrial	Itumbiara/Goiatuba
Bunge Alimentos S.A	Luziânia
Círio Alimentos	Nova Glória
Nutriza Agroindustria de Alimentos Ltda	Pires do Rio
Comigo-Coop. Mista dos Prod. do Sudoeste Goiano	Rio Verde
Gessy Lever	Rio Verde
Frigorífico Margem Ltda	Rio Verde
Perdigão	Rio Verde
Kowalski Alimentos S.A.	Rio Verde
Frigorífico Berlin S.A.	São Luís de Montes Belos
Laticínios Oscar Salgado	Trindade
Gem Agroindustrial e Comercial Ltda	Acreúna
Jalles Machado S.A.	Goianésia
Unilever Best Foods Ltda	Goiânia/Rio Verde
Laticínios Itambé	Goiânia
Olvego - Óleos Vegetais de Goiás Ltda	Pires do Rio
Brasfrigo S.A.	Luziânia
Olé - Ângelo Aurichio e Cia Ltda	Morrinhos

Fonte: A Competitividade (2002)

No que se refere à produção de *commodities* em Goiás, os que mais se destacaram a partir de 1975 foram: arroz, feijão, mandioca, milho, cana e soja. Mas a partir do final da década de 1980 surgiram outras produções, como o tomate, o sorgo, etc. O milho e a soja apresentaram uma tendência crescente, ao contrário do que aconteceu com as áreas colhidas de arroz, devido aos migrantes no sul do país, e chegando até Goiás, pela concentração de terras e pelo avanço técnico nas pesquisas de plantio no cerrado e pelo crédito concedido pelo Go-

verno Federal. Já a cana-de-açúcar teve um crescimento mais acelerado a partir da metade da década de 1980, em função dos investimentos em destilarias, tendo evolução acelerada da produção de álcool. A cana-de-açúcar em Goiás vem registrando, nos últimos anos, incrementos na sua área colhida devido às exportações de açúcar para outros países e à produção de álcool para uso automotivo, ocupando, assim, a 7ª posição na produção nacional.

A pecuária em Goiás tem como principal fator a produção de leite e carne, atividade em que o Estado ocupa lugar de destaque no contexto nacional. A agropecuária exerce um papel importante para o desenvolvimento do Estado de Goiás, pois garante matéria-prima para a agroindústria, agregando mais valor aos produtos exportáveis, gerando emprego e renda e assegurando a sustentabilidade com que se desenvolve a economia goiana.

Tabela 26 – Os dez maiores municípios em relação ao valor adicionado (VA), por setores de atividades – Goiás, 2005

Ranking	VA Agropecuária		VA Indústria		VA Serviços	
	Município	Valor (R\$ Mil)	Município	Valor (R\$ Mil)	Município	Valor (R\$ Mil)
1	Cristalina	359.871	Goiânia	2.104.299	Goiânia	9.253.907
2	Rio Verde	279.155	Anápolis	825.285	Anápolis	1.545.108
3	Jataí	227.775	Catalão	816.785	Aparecida de Goiânia	1.443.360
4	Mineiros	143.924	São Simão	789.585	Senador Canedo	1.122.350
5	Ipameri	124.376	Rio Verde	788.955	Catalão	1.055.561
6	Luziânia	117.342	Aparecida de Goiânia	515.531	Rio Verde	1.043.340
7	Catalão	109.543	Luziânia	481.058	Itumbiara	657.179
8	Caiapônia	108.800	Itumbiara	413.463	Luziânia	624.801
9	Chapadão do Céu	103.870	Minaçu	370.737	Jataí	541.554
10	Montividiu	102.494	Jataí	279.563	Valparaíso de Goiás	307.222
	<b>Total</b>	<b>1.677.151</b>	-	<b>7.385.260</b>	-	<b>17.594.383</b>
	Participação	28,06%	-	63,54%	-	64,80%
	<b>Estado de Goiás</b>	<b>5.977.907</b>	-	<b>11.623.682</b>	-	<b>27.151.019</b>

Fonte: SEPLAN-GO / SEPIN

Enfim, na parte da agroindústria, percebe-se que o processo de modernização agrícola foi um dos principais aspectos que contribuiu para o desenvolvimento da agroindústria goiana, deixando o setor industrial à disposição da agropecuária, a modernização dos insumos, contribuindo não só para o crescimento do mercado interno como também para o aumento da exportação do Estado. Com isso, pode-se observar que Goiás tem um crescente aumento, tanto na parte da indústria, como de serviços, mostrando a interligação dessas áreas com a expansão urbana e o êxodo rural, obtendo um crescimento demográfico principalmente na zona do

Mato Grosso Goiano (Goiânia e Anápolis), no entorno do Distrito Federal (Luziânia e Formosa) e na área sudoeste (Rio Verde, Itumbiara e Jataí).

Pode-se observar que as cidades de Goiânia e Anápolis, 1º e 2º lugares, respectivamente, em ambos os setores, Industrial e de Serviços, no ano de 2005, mostraram a força dos grandes centros. Para as cidades do interior, as que mais se sobressaíram nas 3 atividades analisadas foram Rio Verde, Jataí, Catalão e Luziânia, demonstrando a força desses municípios em todos os setores de produção.

Tabela 27 – A força de Goiás no ranking da produção brasileira – Agricultura 2007 e pecuária 2005

<b>A FORÇA DE GOIÁS NO RANKING DA PRODUÇÃO BRASILEIRA</b>				
<b>PRODUÇÃO (t)</b>		<b>PARTICIPAÇÃO (%)</b>	<b>RANKING</b>	
<b>BRASIL</b>	<b>GOIÁS</b>			
<b>AGRICULTURA ABRIL/2007</b>				
1.258.957	502.804	Sorgo	39,94	1º
3.121.068	757.920	Tomate	24,28	1º
84.493	11.327	Alho	13,51	3º
57.171.294	6.016.373	Soja	10,52	4º
37.86303	313.834	Feijão	8,29	5º
51.435.358	3.954.232	Milho	7,69	5º
3.749.867	243.780	Algodão	6,5	3º
133.749.602	11.238.307	Produção de Grãos	8,4	4º
<b>PECUÁRIA 2005</b>				
20.631.530	2.334.558	Vacas leiteiras (cab)	11,31	2º
24.571.537	2.648.599	Produção de leite (1000l)	10,78	2º
20.715.696	20.726.586	Bovinos (cab)	10,01	4º
34.063.934	1.499.138	Suínos (cab)	4,4	8º
1.005.879.001	39.942.492	Aves (cab)	3,97	6º

Fonte: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica (2007)

O Estado de Goiás ocupa cerca de 4,2% do território e possuiu o 9º melhor PIB do Brasil em 2005, para o qual o setor agropecuário teve uma participação expressiva. A agropecuária no Estado vem se tornando cada vez mais forte, ocupando lugar de destaque no cenário nacional. Até o final da década de 60, Goiás possuía apenas dois produtos que mereciam atenção, que eram o arroz de sequeiro e a criação de bovinos de modo extensivo. Com a pesquisa, desenvolvimento de novas tecnologias, expansão do mercado interno, política de ocupação do

cerrado, créditos oferecidos aos produtores, assistência técnica e extensão rural, os solos goianos passaram a ser mais produtivos e passaram a cultivar culturas diversificadas. Assim, novas áreas estão sendo utilizadas, a produtividade por área aumentou, aumentando a geração de riquezas. A cana-de-açúcar, por exemplo, é a cultura que futuramente deverá ser destaque em produção no Estado, pois há terras em condições favoráveis e a procura pelo chamado “combustível limpo” é cada vez maior.

Como pode ser observado, Goiás está colocado como 4º produtor de soja e o 2º maior produtor de leite do Brasil, demonstrando representatividade. Todavia, este crescimento do agronegócio em Goiás, representado principalmente pela produção de *commodities*, deve-se não apenas aos grandes centros como Goiânia e Anápolis, mas também decorre do desenvolvimento de municípios como Rio Verde, Jataí, Catalão, Luziânia, entre outras. Essas cidades têm cada vez mais força devido à combinação de fatores como infra-estrutura básica, investimentos estratégicos, administração pública eficiente, condições de obterem recursos e capacidade de gerar renda. Na maioria das vezes, as cidades mais competitivas são as mais industrializadas, como é o caso de Rio Verde, que possui um dos maiores parques agroindustriais, e a cidade de Catalão, que tem participação cada vez mais ativa no PIB pela expansão e verticalização da mineração e ampliação da montagem de veículos e máquinas agrícolas no município.

Cabe aos municípios menos competitivos passar a produzir com qualidade e eficiência, independentemente do produto a ser produzido, e de possuir políticas públicas que atraiam investimentos para dar condições de criar um setor produtivo que venha a gerar resultados positivos.

## CAPÍTULO 4 – A QUESTÃO DO EMPREGO FORMAL E INFORMAL EM GOIÁS

O emprego é estritamente a função, o cargo ou ocupação remunerada exercida por uma pessoa. Segundo Sandroni (2001), a oferta total de empregos que um sistema econômico pode proporcionar depende do se produz, da tecnologia empregada e da política econômica governamental e empresarial, dividindo-se em três categorias entre a população economicamente ativa: empregadores, empregados e trabalhadores autônomos (informais).

Essa oferta depende da situação econômica e social do país, Estado ou município. A procura de força de trabalho é o resultado da demanda de bens e serviços, do volume de mão-de-obra necessário para produzi-lo. Todos esses fatores dependem da existência de uma demanda de consumo por parte da população e também da quantidade da população em relação à quantidade de oferta de emprego e crescimento demográfico. Este deve acompanhar o nível de emprego e a População Economicamente Ativa – PEA. Assim, será analisado o comportamento do emprego por setores em Goiás, tanto na agroindústria, agropecuária, serviços, entre outros.

### 4.1 O CRESCIMENTO DO EMPREGO FORMAL

Conforme comentado no capítulo primeiro, devido à “Marcha para o Oeste”, que ainda continua, o território goiano enfrentou e enfrenta, em termos demográficos, dois grandes problemas: o êxodo rural e a migração continuada. Segundo Estevam (1998), nas décadas de 1940 e 1950, Goiás registrou altos índices de crescimento demográfico, tanto urbano quanto rural. A partir de 1970, esse cenário modificou-se, reduzindo o crescimento rural, ocasionando o êxodo rural e aumento da população urbana com uma evolução demográfica no território goiano.

Pontificou Estevam (1998) que na década de 1970 o setor industrial atribuiu um crescimento na renda interna e no setor de serviços em função da acelerada urbanização goiana e emprego da população, mesmo assim 60,4% da PEA em Goiás ainda estavam voltadas para a agricultura (pecuária, silvicultura, extração vegetal, caça e pesca); nas atividades industriais (transformação e construção) estava o correspondente a 8,9% e nos serviços 11,5% da PEA.



Ainda conforme Estevam (1998), a partir da década de 1980, a urbanização foi mais intensa devido à adoção de uma agricultura capitalista, da valorização das terras, da apropriação fundiária especulativa e ainda tendo em vista a legislação que instituiu direitos trabalhistas para os antigos colonos, levando fazendeiros a preferir "expulsá-los", por falta de condições econômicas, do que obedecer às normas legais, ocorrendo uma mudança em termos percentuais, pois apenas 39,2% da população economicamente ativa estava no setor agrícola, 16,5% no industrial e 18,6% na prestação de serviços. A partir de então, a estrutura de ocupação foi se alterando gradualmente – na década – em detrimento do setor agrícola e em favor do setor industrial e de serviços.

A urbanização goiana aconteceu acima da média nacional, não só decorrente da industrialização, como aconteceu em nível de Brasil, mas principalmente em função do processo da modernização agropecuária, ou seja, pela substituição do homem pela máquina, as pessoas iam para cidade em busca de emprego. Outro motivo foi a construção de Goiânia e Brasília, atraindo vários migrantes para o Estado goiano e seus arredores.

Os maiores agravamentos estiveram no centro-sul do Estado, em função principalmente das influências de Goiânia-Anápolis, no entorno do Distrito Federal e, em menor abrangência, na área do Sudoeste goiano. Evidentemente, esta explosão urbana exigiu diversificação das atividades econômicas para adequação e sustento dos fluxos migratórios, sendo que este grau de urbanização refletiu na composição de renda interna do Estado de Goiás. A tabela seguinte mostra a população economicamente ativa do Brasil e de Goiás.

Tabela 28 – Estado de Goiás e Brasil: População economicamente ativa, ocupada e taxa de desocupação – 1991-93, 1995-2003

	Goiás			Brasil		
	População economicamente ativa	População ocupada	Taxa de desocupação (%)	População economicamente ativa	População ocupada	Taxa de desocupação (%)
1991	1.656.018	1.581.843	4,48	58.456.128	55.293.311	5,41
1992	2.110.516	1.983.694	6,01	69.969.210	65.395.491	6,54
1993	2.110.752	1.999.422	5,27	70.965.378	66.569.757	6,19
1995	2.206.532	2.063.479	6,48	74.138.441	69.628.608	6,08
1996	2.145.617	1.986.852	7,40	73.120.101	68.040.206	6,95
1997	2.325.800	2.169.352	6,73	75.213.283	69.331.507	7,82
1998	2.417.103	2.225.541	7,92	76.885.732	69.963.113	9,00
1999	2.418.888	2.203.410	8,91	79.315.287	71.676.219	9,63
2000	2.399.147	2.105.815	12,23	76.158.531	64.704.927	15,04
2001	2.611.727	2.401.611	8,05	83.243.239	75.458.172	9,35
2002	2.652.714	2.479.218	6,54	86.055.645	78.179.622	9,15
2003	2.695.971	2.471.969	8,31	87.787.660	79.250.627	9,72

Fonte: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica (2005)

Nesta tabela, a PEA goiana aumentou quase na mesma proporção da população ocupada. Mas, em termos da taxa de desocupação, essa tem percentuais oscilantes como, por exemplo, no ano de 1991 para o ano de 1999 aumentou mais de 100% e em 2000 teve um aumento de 8,91% para 12,23%. No ano de 2001 e 2002 houve uma queda dessa taxa e em 2003 aumentou de forma a permanecer crescente neste ano. No Brasil ocorreu praticamente o mesmo, tendo um aumento na taxa de desocupação do ano de 1991 para 1999 de quase 100%. Houve um aumento ainda maior no ano de 2000, devido ao indicador do mercado de trabalho ter sofrido uma redução das vagas temporárias (demanda por mão-de-obra) e pelo retorno à procura de trabalho (oferta de mão-de-obra), principais fatores que desencadearam a elevação da taxa.

Tabela 29 – Evolução do número de estabelecimentos e do emprego: 1990-2004 (1990=100)

Anos	Estabelecimentos	Empregados	1990=100	
			Estabelecimentos	Empregados
1990	21.943	410.991	100	100
1994	30.892	459.352	140,8	111,8
1998	51.647	580.480	235,4	141,2
2002	55.348	733.288	252,2	178,4
2003	76.542	819.071	348,8	199,3
2004	81.706	872.824	372,4	212,4

Fonte: Rais/ MTE

Segundo dados da RAIS, na tabela acima se percebe que nos anos de 1990 e 2004, o emprego total na economia goiana cresceu de 410,9 mil para 872,8 mil pessoas, que corresponde a um acréscimo líquido de 461,8 mil postos de trabalho, ou seja, 112,4% a mais em relação a 1990, que é um resultado bem superior à média nacional. Trata-se de um comportamento diferente da economia brasileira, que a partir de 1994 apresentou uma tendência decrescente, reflexo das mudanças na estrutura de funcionamento da economia a partir da introdução do Plano Real. Quanto ao número de estabelecimentos, o Estado de Goiás apresentou e manteve mais uma vez uma tendência crescente ao longo do período de 1990-2004, com um aumento de 272,4% em 2004, em relação ao ano base (1990).

Desse modo, a economia goiana, quanto ao tamanho médio dos estabelecimentos, apresentou a seguinte situação, conforme a Tabela 29: em 1990, havia em média, 18,7 empregados por estabelecimento; em 1994 reduziu a média para 14,9; manteve a queda em 1998, com 11,2 empregados por firma; amplia para 13,2 empregados por firma em 2002 e uma tendência declinante no período 2003 a 2004, com a média de 10,6 empregados por firma. Uma explicação para essa diminuição em 2004 é fundada no fato de que o aumento percentual no

número de trabalhadores de 112,47% foi menor do que o aumento percentual no número de estabelecimentos, de 272,4%.

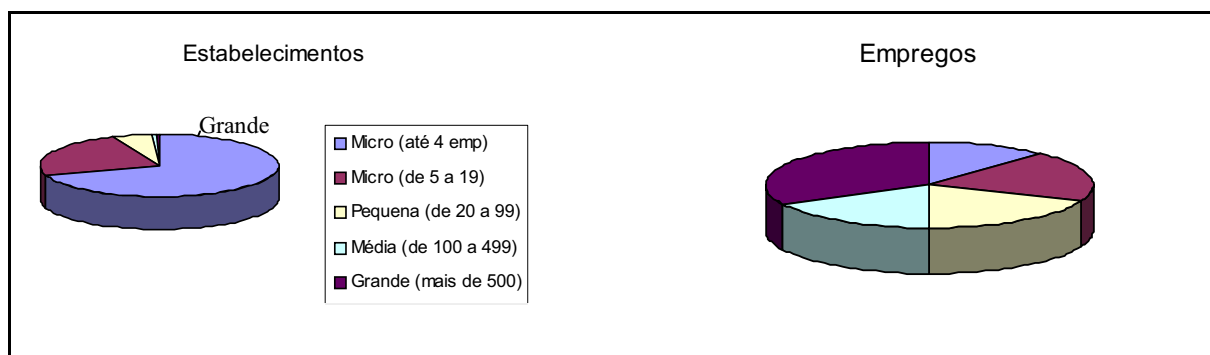


Figura 19 – Estabelecimentos e empregos formais por porte – 2004

Fonte: Costa [s.d.]

Em 1990, referente ao crescimento do emprego formal goiano, quanto à ocupação, taxa de desemprego e rendimento nominal mensal, segundo a Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), cerca de 45% dos brasileiros – 76.158.531 pessoas – encontravam-se no mercado de trabalho como ocupados ou desempregados e faziam parte da população economicamente ativa. Os ocupados somavam 64.704.927 pessoas, enquanto outras 11.453.604 pessoas, ou 15,04% da PEA, formavam o contingente de desempregados.

A proporção dos habitantes de Goiás, na década de 1990, que compunham a força de trabalho, era ligeiramente maior que registrada no país, e chegava a quase 48%, o que corresponde a 2.399.146 pessoas. Deste total, 2.105.815 encontravam-se ocupadas e outras 293.331 estavam desempregadas em 2000. O percentual de desempregados no Estado é menor que o verificado nacionalmente, e fica em 12,23% da PEA.

Tabela 30 – Total de ocupados e taxa de desemprego – Brasil e Goiás, 2000

Regiões e Indicadores	Brasil	Goiás
PEA	76.158.531	2.399.146
Ocupados	64.704.927	2.105.815
Desempregados	11.453.604	293.331
Taxa de desemprego (em %)	15,04	12,23

Fonte: DIEESE (2003)

Os dados do Censo 2000 confirmam a manutenção, no país e em Goiás, de um quadro de péssima distribuição dos rendimentos. Pouco mais de 20% da população têm rendi-

mentos de até 1 salário mínimo e mais da metade só consegue receber no máximo 3 salários mínimos. Em contrapartida, não chega a 10% o percentual daqueles que ganham mais de 10 salários mínimos. No Brasil, 21,88% dos ocupados ou 14.154.455 brasileiros encontram-se entre os que conseguem ganhar até, no máximo, 1 salário mínimo, enquanto o percentual dos que recebem até três salários chega a 58,71%, totalizando 37.986.163 habitantes.

De acordo com a DIEESE (2003), em Goiás estas parcelas são proporcionalmente maiores: 23,69% dos ocupados ou 498.894 residentes ganham até 1 salário mínimo e 66,79%, ou um total de 1.406.549 pessoas, encontra-se entre os que auferem até 3 salários. Em outras palavras, o total de pessoas com menores rendimentos em Goiás é maior que o encontrado nacionalmente. Por outro lado, também é proporcionalmente maior (ainda que ligeiramente) o total daqueles que ganham mais de 20 salários mínimos: 2,49%, em Goiás, contra 2,37%, no Brasil. Tanto no país quanto em Goiás é maior a concentração de ocupados que ganham entre 1 e 2 salários mínimos: 24,66% do total ou 15.957.154 nacionalmente, e 30,59%, que correspondem a 644.201 habitantes, no Estado de Goiás. Segue a Tabela 31 com dados de admitidos e desligados do Estado de Goiás, Centro-Oeste e Brasil.

Tabela 31 – Estado de Goiás, Centro-Oeste e Brasil: Flutuação do nível de emprego – 1990-2004

	Goiás			Centro-Oeste			Brasil		
	Admitidos	Desligados	Saldo	Admitidos	Desligados	Saldo	Admitidos	Desligados	Saldo
1990	179.894	186.493	-6.599	499.201	527.982	-28.781	9.114.906	10.037.647	-922.741
1991	148.363	162.797	-14.434	438.448	459.559	-21.111	8.231.687	8.810.584	-578.897
1992	119.349	125.775	-6.426	334.945	346.814	-11.869	6.199.739	6.919.627	-719.888
1993	147.688	143.677	4.011	418.154	400.339	17.815	7.410.039	7.318.622	91.417
1994	155.668	149.233	6.435	451.867	430.430	21.437	8.085.710	7.783.784	301.926
1995	168.095	176.823	-8.728	487.559	503.095	-15.536	9.368.103	9.497.442	-129.339
1996	176.344	172.732	3.612	474.296	481.323	-7.027	8.265.146	8.536.444	-271.298
1997	207.580	201.005	6.575	524.339	508.230	16.109	8.422.007	8.457.738	-35.731
1998	212.735	221.599	-8.864	555.490	569.365	-13.875	8.067.391	8.649.144	-581.753
1999	210.060	212.378	-2.318	567.892	578.863	-10.971	8.181.425	8.377.426	-196.001
2000	265.797	243.807	21.990	698.716	650.877	47.839	9.668.132	9.010.536	657.596
2001	292.087	270.706	21.381	779.847	722.981	56.866	10.351.643	9.760.564	591.079
2002	298.605	279.342	19.263	776.500	717.770	58.730	9.812.379	9.049.965	762.414
2003	301.347	280.568	20.779	802.759	744.756	58.003	9.809.343	9.163.910	645.433
2004	346.598	309.345	37.253	942.396	831.094	111.302	11.296.496	9.773.220	1.523.276

Fonte: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica (2005)

Conforme a tabela acima, percebe-se que o Estado de Goiás teve um crescimento de admitidos de quase 100% do ano de 1990 a 2004, e desligados de aproximadamente de 61%. Já na Região Centro-Oeste foram admitidos, no período de 1990 a 2004, aproximadamente

100% da população, mas em termos de desligados foi quase 64% maior que o Estado goiano. E a nível de Brasil os admitidos de 1990 a 2004 tiveram um aumento de aproximadamente 0,85%, e de desligados próximo de 1,2% de crescimento. Assim, Goiás continua acima da média nacional em termos percentuais. Já em relação aos anos de 2006 e 2007, segue a Figura 20 para melhor análise do saldo de admitidos e desligados em Goiás.

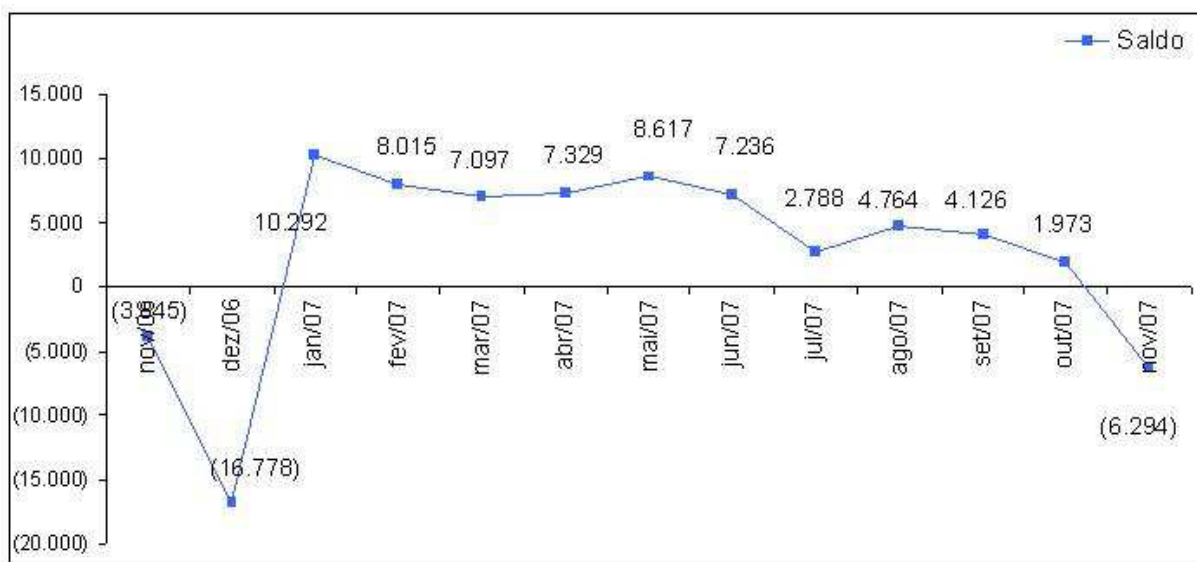


Figura 20 – Estado de Goiás: Saldo de admitidos/desligados – 2006/07

Fonte: MTE/Cadastro Geral de Empregados e Desempregados lei 4.923/65

O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e Emprego mostra que houve redução de 6.294 empregos no mês de novembro em Goiás. O declínio do número do emprego formal é fruto da sazonalidade negativa do final de ano no Estado, provocada pela demissão nos setores da indústria de transformação e agricultura. No acumulado do ano, o percentual de crescimento do emprego formal atingiu 7,81%, equivalente à criação de 55.943 postos com carteira assinada, o maior registrado na série histórica do Caged para o período. No acumulado dos últimos 12 meses, o número de novos contratados foi de 39.165. Em termos absolutos, Goiás teve o melhor desempenho da região Centro-Oeste nos 11 meses do ano de 2007.

## 4.2 EMPREGO FORMAL POR SETORES DE ATIVIDADE

Nos últimos anos, ocorreram significativas mudanças no mundo do trabalho, reflexo de uma nova ordem econômica, organizacional e tecnológica, afetando diretamente a absorção de trabalhadores. Tendo em vista o ritmo acelerado das mudanças tecnológicas e organizacionais, será feito um breve comentário sobre o emprego formal por setores em Goiás, focalizando os de maior crescimento como indústria de transformação, serviços, agropecuária e comércio.

Nos anos 90, a maior expansão do emprego formal segundo os setores de atividade, em Goiás, ocorreu na agropecuária, com crescimento de 472,81%. Embora bem menos significativo, também houve ampliação nos demais setores: indústria de transformação (97,79%), serviços (59,02%), comércio (50,47%), administração pública (33,29%), atividade extrativa mineral (18,86%) e construção civil (14,98%).

Mostrou o economista Costa [s.d.] a participação de cada setor no total de empregos em 1990 e 2004. Três setores tiveram aumento percentual: agropecuária, comércio e a indústria da transformação. Nos demais houve queda na participação. O setor agropecuário destacou-se como o mais dinâmico de Goiás, resultando, em 2004, numa expansão do emprego de 712% em relação a 1990, embora contribua com 11,7% para a geração total de empregos. O segundo setor mais dinâmico foi a indústria da transformação, com um crescimento de 163% no período e uma contribuição de 17,8% na geração total de empregos. O terceiro foi o comércio, que cresceu 158,2% no período e que, em relação à geração total de empregos, participou com 21,9%. O setor de serviços é o quarto na geração de empregos no período, com 103,7%, e uma contribuição na geração total de empregos de 27%.

Na Tabela 32 que se segue, percebe-se que na microempresa com até dezenove funcionários no ano de 1990, o que mais gera emprego é o setor de comércio, com 12.499 empregados. Já nas pequenas e médias empresas, destaca-se o setor de serviços. E nas grandes empresas, a administração pública. No ano de 2004, aconteceram dados semelhantes, com diferença na média empresa, que subiu o número de funcionários da administração pública. Uma análise segundo o porte das firmas mostra que, nos Serviços Industriais de Utilidade Pública, apenas 11,9% dos empregos formais estão em micro-unidades. Na administração pública é de 0,5%. Já na atividade de serviços são 63,3%. A maior participação do emprego formal é nas micro-firmas, com 71,8%.

Tabela 32 – Estado de Goiás: Número de empregos por porte e setor de atividade – 1990/2004

<b>Setor – Ano 1990</b>	<b>Ext. Mineral</b>	<b>Ind. Transf.</b>	<b>Serv. Ind. Ut. Pub.</b>	<b>Const. Civil</b>	<b>Comércio</b>	<b>Serviços</b>	<b>Adm. Pública</b>	<b>Agropecuária</b>	<b>Total*</b>
Micro (até 4 empr.)	96	3771	17	547	12.499	7.863	111	601	25.505
Micro (de 5 a 19)	296	9217	78	1.568	24.247	21.643	299	1.411	58.759
Pequena (de 20 a 99)	1.075	13.241	515	5.377	19.545	34.462	4.469	1.932	80.616
Média (de 100 a 499)	919	13.162	0	6.820	7.661	35.137	23.183	2.872	89.754
Grande(mais de 500)	1.113	10.968	7.759	14.811	0	21.122	99.831	753	156.357
<b>Total</b>	<b>3.499</b>	<b>50.359</b>	<b>8.369</b>	<b>29.123</b>	<b>63.952</b>	<b>120.227</b>	<b>127.893</b>	<b>7.569</b>	<b>410.991</b>

**2004**

<b>Setor</b>	<b>Ext. Mineral</b>	<b>Ind. Transf.</b>	<b>Serv. Ind. Ut. Pub.</b>	<b>Const. Civil</b>	<b>Comércio</b>	<b>Serviços</b>	<b>Adm. Pública</b>	<b>Agropecuária</b>	<b>Total*</b>
Micro (até 4 empr.)	209	7.923	469	2.246	40.066	26.231	305	27.314	104.763
Micro (de 5 a 19)	702	26.442	549	6.270	64.502	53.503	772	16.795	169.535
Pequena (de 20 a 99)	1.364	35.025	1.024	13.370	41.306	56.852	4.459	8.616	162.016
Média (de 100 a 499)	956	28.630	755	6.770	17.962	42.401	49.919	6.782	154.175
Grande(mais de 500)	1.391	34.440	5.750	2.695	1.276	65.914	168.913	1.956	282.335
<b>Total</b>	<b>4.622</b>	<b>132.460</b>	<b>8.547</b>	<b>31.351</b>	<b>165.112</b>	<b>244.901</b>	<b>224.368</b>	<b>61.463</b>	<b>872.824</b>

Fonte: RAIS 1990 e RAIS 2004

\*Outros e Ignorados: 5,5% em 1990 e 0% em 2004

Tabela 33 – Estado de Goiás: Flutuação do nível de emprego por atividade econômica – 2004

<b>Atividade econômica</b>	<b>2004</b>		
	<b>Admissão</b>	<b>Desligamento</b>	<b>Saldo</b>
<b>Total</b>	<b>346.598</b>	<b>309.345</b>	<b>37.253</b>
Extrativa mineral	1.642	1.195	447
Indústria de transformação	83.784	71.365	12.419
Serv. ind. utilidade pública	1.775	1.294	481
Construção civil	36.471	34.893	1.578
Comércio	84.644	75.464	9.180
Serviços	96.269	85.098	11.171
Administração pública	321	364	-43
Agricultura, silvicultura etc.	41.692	39.672	2.020
Outros	-	-	-

Fonte: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica (2005)

A Tabela 33 refere-se à flutuação de emprego da atividade econômica, tendo em primeiro lugar em admissão o setor de serviços, em segundo a indústria de transformação e em terceiro o comércio. Segundo a Conjuntura (2005), os principais setores de atividades responsáveis pela redução no emprego no mês de novembro de 2004 foram: indústria de transformação, com redução de 4.751 postos de trabalhos, agropecuária com queda de 4.085 vagas, e construção civil, com decréscimo de 157 postos de trabalho. As atividades do comércio e serviços evitaram queda maior e registraram a criação de 2.361 e 500 postos de trabalho, respectivamente.

A indústria de transformação foi a atividade que teve o pior desempenho em novembro, quando reduziu 4.751 vagas no mercado formal, fato explicado pelo perfil sazonal desta atividade no Estado. É comum a dispensa de trabalhadores nos últimos meses do ano, seja pelo fim da safra de cana-de-açúcar ou por ter atendido a maior parte das encomendas do comércio. A sub-atividade da indústria de transformação que mais contribuiu para o desempenho negativo foi a de produtos alimentícios e bebidas (4.954 vagas). A agropecuária é outra importante atividade que tradicionalmente dispensa trabalhadores nos últimos meses do ano, caso da cultura da cana-de-açúcar.

Em contrapartida, as principais atividades que apresentaram saldos positivos, no mês de novembro de 2007, foram comércio (2.361 vagas) e serviços (500 vagas). No comércio, o destaque foi o varejista (2.114 vagas), devido às contratações para o período de fim de ano. No setor de serviços, o destaque ficou por conta de alojamento e alimentação (326 vagas) e serviços médicos e odontológicos (101 vagas).

Ao analisar o resultado acumulado de 2007, nota-se que o setor da indústria de transformação liderou a geração de empregos. Entre janeiro e novembro do ano de 2007, foram computados 20.821 postos a mais no estoque de emprego do setor.

O interior de Goiás tem apresentado relevante participação na geração de novas vagas de trabalho formal. Este fato deve-se à interiorização do desenvolvimento econômico no Estado. Neste sentido, as regiões de planejamento do Sudoeste Goiano, Sul Goiano, Sudeste Goiano e Centro Goiano têm se destacado na abertura de novas vagas de trabalho. Juntas, correspondem a aproximadamente 40,0% dos novos empregos apurados no período de julho de 2003 a junho de 2004.



Tabela 34 – Estado de Goiás: Saldo – Admitidos/desligados por setor de atividade econômica – 2006/07

Setores	out/07			Ano de 2007			Em 12 meses		
	Adm	Desl	Saldo	Adm	Desl	Saldo	Adm	Desl	Saldo
<b>Extrativa mineral</b>	<b>147</b>	<b>253</b>	<b>-106</b>	<b>2.277</b>	<b>1.752</b>	<b>525</b>	<b>2.354</b>	<b>1.938</b>	<b>416</b>
<b>Indústria de transformação</b>	<b>7.572</b>	<b>12.323</b>	<b>-4.751</b>	<b>108.703</b>	<b>87.882</b>	<b>20.821</b>	<b>114.643</b>	<b>100.432</b>	<b>14.211</b>
Prod minerais não metálicos	391	416	-25	4.494	4.129	365	4.761	4.443	318
Metalúrgica	298	334	-36	4.742	4.147	595	5.014	4.461	553
Mecânica	123	89	34	1200	868	332	1.261	919	342
Material elétrico e comunicação	26	29	-3	247	260	-13	264	283	-19
Material de transporte	220	64	156	1.589	578	1011	1.652	626	1026
Madeira e mobiliário	293	219	74	2.940	2.515	425	3.103	2.727	376
Papel, papelão, editorial e gráfica	252	203	49	2.787	2.556	231	3.032	2.801	231
Borracha, Fumo e Couros	208	256	-48	3.206	3.134	72	3.418	3.380	38
Químico, Prod Farmacêutico e Veterinário	817	779	38	9.333	8.058	1.275	10.076	8.690	1.386
Têxtil e vestuário	812	904	-92	12.304	10.855	1.449	12.721	12.209	512
Calçados	99	43	56	775	691	84	796	758	38
Prod Alimentícios e Bebidas	4.033	8.987	-4.954	65.086	50.091	14.995	68.545	59.135	9.410
<b>Serviço industrial de utilidade pública</b>	<b>81</b>	<b>140</b>	<b>-59</b>	<b>1.206</b>	<b>1087</b>	<b>119</b>	<b>1.335</b>	<b>1.230</b>	<b>105</b>
<b>Construção civil</b>	<b>4.256</b>	<b>4.413</b>	<b>-157</b>	<b>48.420</b>	<b>40.512</b>	<b>7.908</b>	<b>50.529</b>	<b>45.237</b>	<b>5.292</b>
<b>Comércio</b>	<b>9.916</b>	<b>7.555</b>	<b>2.361</b>	<b>96.145</b>	<b>86.748</b>	<b>9.397</b>	<b>103.047</b>	<b>93.496</b>	<b>9.551</b>
Com varejista	8.538	6.424	2.114	80.745	72.716	8.029	86.716	78.517	8.199
Com atacadista	1.378	1.131	247	15.400	14.032	1368	16.331	14.979	1.352
<b>Serviços</b>	<b>9.513</b>	<b>9.013</b>	<b>500</b>	<b>107.792</b>	<b>96.584</b>	<b>11.208</b>	<b>114.854</b>	<b>106.400</b>	<b>8.454</b>
Inst financeiras	175	119	56	1.726	1.501	225	1.843	1.597	246
Com. e adm imóveis	2.622	2.525	97	26.508	23.880	2.628	28.602	27.058	1.544
Transporte e Comunicação	1.409	1.384	25	16.102	15.142	960	17.131	16.580	551
Alojamento, alimentação	4.324	3.998	326	48.847	43.983	4.864	52.117	47.718	4.399
Médicos e odontológicos	653	552	101	7.353	6.364	989	7.768	6.842	926
Ensino	330	435	-105	7.256	5.714	1.542	7.393	6.605	788
<b>Administração pública</b>	<b>18</b>	<b>15</b>	<b>3</b>	<b>397</b>	<b>277</b>	<b>120</b>	<b>470</b>	<b>334</b>	<b>136</b>
<b>Agropecuária</b>	<b>4.269</b>	<b>8.354</b>	<b>-4.085</b>	<b>59.355</b>	<b>53.510</b>	<b>5.845</b>	<b>62.091</b>	<b>61.091</b>	<b>1.000</b>
<b>Total</b>	<b>35.772</b>	<b>42.066</b>	<b>-6.294</b>	<b>424.295</b>	<b>368.352</b>	<b>55.943</b>	<b>449.323</b>	<b>410.158</b>	<b>39.165</b>

Fonte: MTE/Cadastro Geral de Empregados e Desempregados lei 4.923/65

Embora esteja acontecendo processo de interiorização da economia goiana, ainda é observada uma concentração na geração de novos postos de trabalho. Goiânia, Aparecida de Goiânia, Turvelândia e Rio Verde que juntas possuem 21,6% da população do Estado, representaram cerca de 60,0% dos empregos gerados nos últimos doze meses. Goiânia teve a maior contribuição, com 9.542, refletindo o bom desempenho das atividades de serviços prestados às empresas, transporte rodoviário de cargas, atendimento hospitalar e comércio varejista e edificações. Em segundo lugar vem Aparecida de Goiânia, com 3.774 vagas puxadas pelas atividades de serviços prestados às empresas, vigilância e segurança, consultoria em hardware e imunização e higienização e limpeza de prédio. Turvelândia aparece em terceiro lugar, com 3.370 novas contratações, destaque para uma grande empresa ligada à produção de álcool e açúcar e cultivo de cereais para grãos. Na quarta posição de maiores geradores de novos postos de trabalho formal vem Rio Verde, com 2.733 vagas, impulsionado pelas atividades de abate e preparação de produtos de carne, construção e obras de engenharia, produção de lavouras temporárias e serviços prestados às empresas.

Dentro da análise sobre o mercado formal de trabalho em Goiás, foi observado crescimento mais acentuado no primeiro semestre do ano de 2004. Comparado ao mesmo período do ano anterior, a atividade que teve crescimento relevante foi indústria de transformação, com destaque para fabricação de açúcar e álcool etílico, tendo o interior do Estado importante participação na geração de novos empregos no período observado. Mas, ainda está concentrada em poucos municípios. Segue a tabela dos municípios.

Tabela 35 – Estado de Goiás: Comportamento do mercado formal de trabalho, por municípios com mais de 30 mil habitantes – 2006/07

Município	nov/07			Ano de 2007			Em 12 meses		
	Adm	Desl	Saldo	Adm	Desl	Saldo	Adm	Desl	Saldo
Águas Lindas de Goiás	105	91	14	1.245	1.117	128	1.292	1.212	80
Anápolis	2.221	1.874	347	24.841	21.682	3.159	26.536	23.493	3.043
Aparecida de Goiânia	3.877	3.381	496	37.077	32.326	4.751	39.349	35.016	4.333
Caldas Novas	469	407	62	5.131	4.425	706	5.498	4.743	755
Catalão	858	595	263	8.735	5.993	2.742	9.257	6.479	2.778
Cidade Ocidental	38	52	-14	750	627	123	785	684	101
Cristalina	317	866	-549	5.583	4.800	783	5.863	6.168	-305
Formosa	421	276	145	3.284	2.896	388	3.419	3.249	170
Goianésia	581	1.602	-1.021	8.093	7.216	877	8.692	9.255	-563
Goiânia	13.199	11.750	1.449	142.972	130.515	12.457	152.118	142.863	9.255
Goiatuba	383	949	-566	5.977	4.615	1.362	6.159	5.327	832
Inhumas	288	1.431	-1.143	5.094	4.745	349	5.346	4.923	423
Iporá	54	55	-1	760	625	135	793	674	119
Itumbiara	1.300	1.126	174	12.653	10.583	2.070	13.378	11.583	1.795
Jaraguá	180	152	28	2.470	2.016	454	2.558	2.249	309
Jataí	562	490	72	5.712	5.026	686	5.988	5.489	499
Luziânia	679	810	-131	8.133	7.410	723	8.482	7.918	564
Minaçu	67	88	-21	771	749	22	819	863	-44
Mineiros	551	495	56	5.865	4.129	1.736	6.192	4.454	1.738
Morrinhos	190	186	4	2.837	2.203	634	2.949	2.531	418
Niquelândia	256	252	4	3.204	2.676	528	3.343	2.967	376
Novo Gama	61	37	24	713	553	160	723	577	146
Planaltina	69	51	18	816	684	132	850	759	91
Porangatu	122	85	37	1.218	1.003	215	1.275	1.077	198
Quirinópolis	334	200	134	5.584	4.249	1.335	6.191	4.710	1.481
Rio Verde	1.545	1.439	106	20.040	16.942	3.098	21.406	18.055	3.351
Santa Helena de Goiás	89	542	-453	2.961	2.564	397	3.353	3.553	-200
Santo Antonio do Descoberto	31	25	6	447	439	8	473	470	3
Senador Canedo	173	151	22	2.108	1.742	366	2.198	1.878	320
Trindade	293	295	-2	3.735	3.411	324	3.943	3.743	200
Uruaçu	291	157	134	1.833	1.426	407	1.973	1.501	472
Valparaíso de Goiás	195	168	27	1.897	1.792	105	2.053	1.946	107
<b>Total</b>	<b>22.142</b>	<b>22.603</b>	<b>-715</b>	<b>328.282</b>	<b>287.502</b>	<b>32.710</b>	<b>348.811</b>	<b>316.382</b>	<b>27.774</b>
<b>Demais municípios</b>	<b>13.630</b>	<b>19.463</b>	<b>-5.579</b>	<b>96.013</b>	<b>80.850</b>	<b>23.233</b>	<b>100.512</b>	<b>93.776</b>	<b>11.391</b>
<b>Estado de Goiás</b>	<b>35.772</b>	<b>42.066</b>	<b>-6.294</b>	<b>424.295</b>	<b>368.352</b>	<b>55.943</b>	<b>449.323</b>	<b>410.158</b>	<b>39.165</b>

Fonte: MTE/Cadastro Geral de Empregados e Desempregados lei 4.923/65

Na Tabela 35, os municípios goianos com maior número de admissão são: Goiânia, Aparecida de Goiânia, Anápolis e Rio Verde, por serem áreas de maior população e melhor nível econômico, gerando assim mais empregos. Segundo a SEPIN (2007), dos municípios goianos com mais de 30 mil habitantes, os melhores desempenhos, em termos absolutos, no mês de novembro de 2007, foram constatados em Goiânia, com 1.449 novas vagas, Aparecida de Goiânia, com 496, Anápolis, com 347 e Catalão, com 263 novos postos de trabalho. Já no acumulado do ano, os municípios que mais destacaram foram Goiânia, com 12.457 novos postos, Aparecida de Goiânia, com 4.751, Rio Verde, com 3.098, e Anápolis, com 3.159 novas oportunidades de trabalho.

#### 4.3 O CRESCIMENTO DO EMPREGO INFORMAL EM GOIÁS

Existem poucas pesquisas em Goiás sobre o emprego informal. A questão será abordada de forma superficial porque o objetivo do trabalho é o emprego formal gerado por grandes empresas e produção de *commodities*.

O setor informal de trabalho do Estado de Goiás tem grande participação na economia goiana. Trabalhador informal é considerado aquele que não tem registro do contrato de trabalho na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), estando à margem das garantias e proteção da legislação trabalhista. Segundo Milhomem (2003), o progresso econômico cria novas tecnologias e estas são consideradas as causas de destruição e criação de novos empregos. A inovação tecnológica e a elevação da produtividade, ao mesmo tempo em que destroem produtos, empresas, atividades econômicas e empregos, também criam novos produtos, empresas e empregos. Ocorre que destruir empregos é rápido, criar é demorado, e assim os efeitos diretos e imediatos das novas tecnologias são mais facilmente identificados.

As origens do trabalho informal na América Latina e no Caribe são apontadas por Milhomem (2003) por meio de três perspectivas. A primeira estaria relacionada à forte migração de trabalhadores do campo para a cidade após a Segunda Guerra Mundial, em razão das transformações nos atrasados meios de produção agrícolas, que dispensaram mão-de-obra neste setor, e o setor industrial urbano não foi capaz, em nenhum momento de oferecer empregos suficientes e bem remunerados a todos. Isso levou uma parcela expressiva desses mi-

grantes a constituir um excedente de mão-de-obra, que foi obrigado a “inventar” seu próprio trabalho como meio de sobrevivência.

As atividades informais apresentam um pequeno espectro que se desdobram desde o comércio ambulante à pequena produção familiar, aos prestadores de serviços pessoais, aos guardadores de carro, etc., até o trabalho em casa, operando com tecnologia da informática na internet.

Em Goiás, de acordo com o IBGE, o número de pessoas ocupadas, não-contribuintes do sistema previdenciário do governo, representou cerca de 66% ao ano durante os anos 90, considerando trabalhadores domésticos, trabalhadores por conta própria e na produção para o próprio consumo. O grau de informalidade no país cresceu 9% na década de 90, passando de 41% das pessoas empregadas para 50%. O índice de emprego formal no Brasil decresceu 17% de 1990 a 2002, e no Estado de Goiás o emprego informal cresceu 7,2% no mesmo período. De acordo com dados do IBGE, em 1999, para o Estado de Goiás, aproximadamente 40% do total de empregados (trabalhadores sem carteira de trabalho assinada e trabalhadores por conta-própria), são informais. Segue Figura 21, mostrando o índice de emprego informal na década de 1990 a 2002.

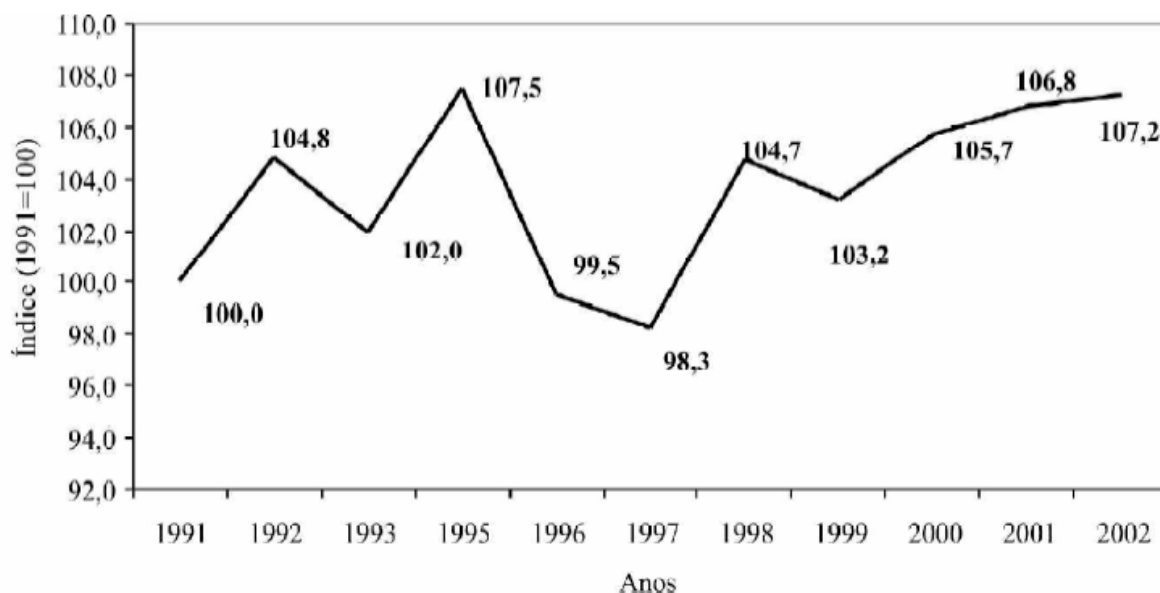


Figura 21 – Índice de pessoas empregadas no mercado informal no Estado de Goiás – 1991-2002  
Fonte: IBGE

Observa-se que este índice diminuiu nos anos que o Plano Real proporcionou os melhores indicadores econômicos para economia brasileira, em 1996 e 1997, e tiveram reflexos positivos também na economia do Estado, com uma queda da participação dessas categorias.

Mas há uma tendência de crescimento da participação destas categorias no mercado de trabalho do Estado de Goiás, de acordo com o mercado brasileiro.

Em função da explosão urbana em Goiás, principalmente em torno de Brasília, na área Metropolitana de Goiânia, entre outros municípios mais populosos que foram mencionados no capítulo 2, verifica-se que mesmo o emprego formal tendo um crescimento percentual, este não acompanha a quantidade da população economicamente ativa goiana, levando as pessoas a procurarem ingressar no emprego informal.

Portanto, percebe-se que no ano de 1990 e 2004, o emprego total na economia goiana cresceu de 410,9 mil para 872,8 mil pessoas, que corresponde a um acréscimo líquido de 461,8 mil postos de trabalho, ou seja, 112,4% a mais em relação a 1990. Mas esse crescimento não foi proporcional ao crescimento da população goiana, ou seja, muitos ainda continuam ou ingressam para o trabalho informal. Assim, o serviço informal tornou-se uma atividade normal, sendo também normal muitos empregadores não registrarem todos os seus empregados ou terceirizar serviços para reduzir os custos. O resultado é que muitos trabalhadores se tornaram autônomos para sobreviver. Ou ainda, muitos vão para informalidade para ter uma renda maior, mas todos acabam sem proteção social, exercendo um trabalho precário.

Há necessidade de mudanças urgentes na legislação trabalhista e no sistema tributário, que acaba onerando tanto o empregado como o empregador. Muito ainda há de ser feito para que se possa reverter a tendência de aumento da precarização do trabalho com o aumento do trabalho informal. Referente ao tipo de serviço, percebe-se que os mais admitidos são as indústria de transformação, comércio e serviços e os municípios com mais admissão foram Goiânia, Anápolis, Aparecida de Goiânia, Itumbiara, Rio Verde, Catalão, Goinésia e Luziania, ou seja, municípios com maior população e economia mais crescente, como por exemplo, Goiânia, com comércio e serviços de confecções, Catalão com indústria automobilística, Rio Verde com parte de produtos alimentícios etc.

Assim sendo, segundo Estevam (1998), em seu artigo “Geração de Emprego”:

Goiás necessita com urgência e tem condições de implementar um sério programa econômico para conter o desemprego. Não custa repetir as condicionantes para um programa econômico de forte conteúdo social em Goiás. Em primeiro lugar, deve-se reconhecer que o micro e os pequenos empreendimentos respondem, de imediato, a qualquer estímulo positivo. Em segundo lugar, não se pode falar de emprego em geral. Goiás retém na agropecuária parcela importante de seu sustento econômico. Grande parte do movimento comercial, bancário e demais serviços é derivado indireto da atividade agropecuária. Por fim, deve-se programar um apoio explícito, direto e contínuo aos assentamentos rurais. Constituem unidades de grande importância para criação de novos postos de trabalho.

#### 4.4 PEA, EMPREGO FORMAL E PIB

Nos últimos quinze anos, houve geração de cerca de 148 mil novos empregos em Goiás. Ao mesmo tempo, a PEA cresceu atingindo quase 3 milhões de pessoas no mercado de trabalho. Assim, o PIB também teve um crescimento acelerado, acima do crescimento demográfico praticamente em todo período. Os dados podem ser vistos na tabela abaixo.

Tabela 36 – Estado de Goiás: Nível de emprego, taxa de crescimento do PIB e número da PEA – 1991-2005

	Nível de Emprego			PIB	Número da PEA	PEA
	Admitidos	Desligados	Saldo (%)	Taxa de crescimento (%)	PEA	CRESCIMENTO
1991	148.363	162.797	-14.434	2,38	1.656.018	
1992	119.349	125.775	-6.426	1,86	2.110.516	454.498
1993	147.688	143.677	4.011	6,42	2.110.752	236
1994	155.668	149.233	6.435	2,70	2.206.532	195.780
1995	168.095	176.823	-8.728	1,84	2.145.617	-60.915
1996	176.344	172.732	3.612	3,67	2.325.800	180.183
1997	207.580	201.005	6.575	5,27	2.417.103	91.303
1998	212.735	221.599	-8.864	2,19	2.418.888	1.785
1999	210.060	212.378	-2.318	3,17	2.399.147	-19.741
2000	265.797	243.807	21.990	5,11	2.611.727	212.58
2001	292.087	270.706	21.381	4,32	2.652.714	40.987
2002	298.605	279.342	19.263	4,90	2.695.971	43.257
2003	301.347	280.568	20.779	5,06	2.741.000	45.029
2004	346.598	309.345	37.253	3,78	2.888.000	147.000
2005	325.941	278.986	46.955	4,22	2.952.000	64.000
<b>Total</b>	<b>3.376.257</b>	<b>3.228.773</b>	<b>147.484</b>			<b>1.183.202</b>

Fonte: IBGE; CAGED-TEM / SPPE / CGETIP; SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica – 2005

A tabela mostra que entre 1998 e 2005 o PIB de Goiás praticamente duplicou de tamanho, subindo de 2,19% para 4,22%. O PIB do setor agropecuário de Goiás foi o que mais cresceu em 2005, com 7,9%. Mas essa recuperação não impediu a queda de participação no PIB estadual – caiu de 17,17 para 13,36%. O segundo maior crescimento foi o do setor de serviços, com 3,4%. Por último, a indústria, que cresceu 2,5% em 2005. Além dos 13,36% da agropecuária, o perfil da economia goiana fechou com 26% para o setor industrial e a maior parte do bolo ocupada pelos serviços com 60,67%. (VILELA, 2007).

Para Marin, economista, “Investimento em ensino e na diversificação para acelerar ainda mais”. Segundo ele, a divulgação dos números do PIB foi cercada por um excesso de euforia. “O resultado não é tão impressionante assim”, diz ele. O especialista acredita que Goiás terá dificuldades para manter a nona posição no ranking dos Estados brasileiros (DANIN JÚNIOR, 2007).

“É preciso agregar valor à produção”, diz Marin, comentando que esse é o segredo e o desafio para que a economia de Goiás comece a se comparar aos Estados mais desenvolvidos. “Nosso PIB é pequeno demais, representando 2,35% da economia do país. Chega a ser 14 vezes menor que o PIB de São Paulo (727 bilhões de reais)”, argumenta o economista. A situação de Goiás se apresenta mais difícil ainda quando se compara os dados do PIB per capita dos Estados – a divisão aritmética do valor do PIB pelo total da população. Em 2005, os goianos figuraram em 12º lugar no ranking nacional, com PIB per capita de 8.992 reais.

Referente ao nível de pobreza do Estado de Goiás, destaca Marin, é cerca de 25 menor que o PIB per capita do país em 2005 (11.658 reais). Para o economista, esse comparativo revela que a população goiana é mais pobre que a média nacional, mesmo reconhecendo que esse não é o índice mais adequado para se auferir o desenvolvimento social – o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), por exemplo, agrega dados sobre educação e saúde ao PIB per capita. “Mas se a renda per capita não melhora, pode-se dizer que estamos correndo sobre uma esteira, ou seja, não nos desenvolvemos de verdade”.

Além de melhorar o nível da mão-de-obra, é necessário investir na diversificação da economia. Para Marin, a economia goiana é centrada demais no agronegócio. “Produtos agrícolas não enriquecem país nenhum do mundo” e ainda deixam segmentos importantes do setor produtivo local sujeitos ao vai e vem na cotação das *commodities*. O deputado Leonardo Vilela, que se notabilizou na representação política do agronegócio, elabora esse dilema de uma forma diferente. Ele concorda que é preciso diversificar a economia, mas lembra que “nenhum país desenvolvido se industrializou sem antes consolidar seu agronegócio” (DANIN JÚNIOR, 2007).

Referente ao PEA e ao crescimento de emprego goiano, conforme no capítulo 1, Goiás foi o Estado que mais recebeu migrantes, com a construção de Goiânia e Brasília, a “Marcha para o Oeste”, a industrialização do campo, o êxodo rural, entre outros motivos explicados nos capítulos anteriores, que podem explicar a atração dos trabalhadores por Goiás. Mas, além disso, há também o movimento de periferização do Distrito Federal, ou seja, das regiões do entorno de Brasília. Goiás é o Estado que mais recebeu migrantes no período de 1995 a 2004, segundo dados do estudo “Nova Geoeconomia do Emprego no Brasil”, do eco-

nomista Pochmann (2007), coordenador técnico do Instituto DataSOL. De cada três migrantes que chegam a Goiás, um vem do Distrito Federal e o restante de outras regiões do País.

Portanto, o número de desempregados saltou de 51,4 mil em 1990 para 272,2 mil em 2005, o que dá uma média anual de 10,98%. Segundo Pochmann (2007), em seu artigo: “Nova geografia da migração interna”, o Estado de Goiás foi o quarto em crescimento econômico entre todas as unidades da Federação, no período de 1995 a 2004. Estamos falando de uma migração de desempregados?



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse trabalho foi evidenciar tanto o crescimento econômico, como o crescimento demográfico de Goiás dentro dos seus percalços históricos, com ênfase nas últimas décadas. A intenção foi de mostrar que o crescimento econômico, apesar de acelerado, não foi suficiente para suporte de uma população que também cresceu de modo acelerado.

No primeiro capítulo viu-se que o início da ocupação demográfica de Goiás se deu em função da mineração do ouro no século XVIII. Mas, com a decadência do ouro, o número de habitantes decresceu, aumentando no início do século XIX, não só em função do crescimento vegetativo, mas também devido a correntes migratórias de regiões mais próximas para a exploração agropecuária. Já no início do século XX, a estrada de ferro foi outro fator que favoreceu a migração para o Estado de Goiás, juntamente com a “Marcha para o Oeste” e a construção de Goiânia, ocorrendo a vinda de pessoas de várias regiões brasileiras para o território goiano, provocando em um curto período de 1935 a 1940 a multiplicação substancial de povoamento na área, a expansão das estradas e promovendo assentamentos de parte significativa de migrantes através da implantação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), ocorrendo uma mudança demográfica no Estado com um rápido crescimento da população urbana e conseqüentemente a diminuição da população rural, devido à adoção tecnológica no campo. Com a construção de Brasília na década de 1950, houve um novo fenômeno de migração: a continuidade da migração, principalmente no entorno de Brasília, por causa do interesse comercial, pois os migrantes acomodavam próximos às fronteiras para obter ganhos financeiros, e na Região Metropolitana de Goiânia, fruto de uma ocupação próxima da capital na qual teve incentivos no setor imobiliário com preços acessíveis atraindo ainda mais migrantes para a região, significando que ainda persiste uma forte “Marcha para o Oeste” na atualidade.

No segundo capítulo, expôs-se o crescimento demográfico regional, que registrou em 1900 a 1920 um aumento de mais de 100% na população em função da estrada de ferro e pelo processo de urbanização do sudeste goiano. Na década de 1940, cresceu a população 60% em função da CANG. De 1950 a 1960, a construção de Brasília, da BR-050 e outras estradas também contribuíram para o aumento demográfico, chegando a aproximadamente três milhões de habitantes. Mas nos períodos relativos a 1980 até 1990, ocorreu um decréscimo acentuado da população causado pela divisão do Estado, em dois: Goiás e Tocantins. De 1991 até no início do século XXI, a população vem crescendo de forma estável, 2,5% ao ano, acima da

média nacional. Neste capítulo foi abordada a mudança do crescimento da população urbana e rural de 1950 a 2003, mostrando que a população rural era maior que a urbana até na década de 1970. A partir daí, ocorreu uma inversão devido ao êxodo rural, provocando uma estagnação rural a partir de 1991, devido à modernização agrícola e à busca de melhorias financeiras nas cidades.

Goiás teve um acelerado processo de criação de municípios, passando de 63 no período de 1960-1970 para 246 municípios em 2007, com grande concentração demográfica espacial, principalmente na Região Metropolitana de Goiânia e nos municípios do entorno de Brasília. Foi mostrado nesse capítulo o ranking dos 20 maiores municípios goianos em população. Representam 63% da população total de Goiás, ficando visível a concentração desproporcional em relação ao território goiano, principalmente com a divisão do Estado em 18 microrregiões e 5 mesorregiões. As microrregiões que mais se destacaram em crescimento da população foram Goiânia, entorno de Brasília e Anápolis, ou seja, os mesmos municípios que sofreram uma forte migração acelerada, responsável por um desordenado crescimento urbano, que proporciona falta de infra-estrutura, falta de emprego, exclusão social entre outros.

No capítulo 3, mostrou-se o suporte econômico da população em Goiás, com a implantação de programas federais de incentivo de crédito rural, como PND, POLOCENTRO, SNCR, entre outros. Ela contribuiu para a modernização do território rural goiano, possibilitando o processo de capitalização do campo, mas os programas eram voltados mais para os grandes produtores, não acontecendo o mesmo com os pequenos proprietários, pois ficaram à mercê dos grandes fazendeiros, não podendo concorrer com estes. Na produção de *commodities* a partir da década de 1970 a 1980, as produções que mais se destacavam era o arroz, feijão, mandioca, milho, cana e soja. Na década de 1990 a 2004 houve o incremento de novas culturas iniciando com o algodão, sorgo e trigo e depois outros, por exemplo, laranja, tomate, alho, etc.

No Estado de Goiás a região que mais se destacou no ranking de produção foi o Sudoeste goiano, em primeiro lugar, e depois o entorno de Brasília, Meia Ponte, Catalão, entre outros. Na pecuária, os maiores rebanhos de bovinos se concentram na região Sudoeste e no Vale do Araguaia, com destaque para os municípios de Jataí, Rio Verde, Nova Crixá e São Miguel do Araguaia, que no período de 2003 a 2004 cresceram 12,73%. A suinocultura e avicultura destacam-se no município de Rio Verde devido ao pólo agroindustrial, os quais cresceram aproximadamente 20% no início da década 2000. A agroindústria em Goiás cresceu muito com a modernização agrícola.

Embora Goiás, no período analisado, tenha absorvido um número expressivo de trabalhadores em decorrência do crescimento econômico acima da média nacional, as vagas abertas pelo agronegócio e pelas indústrias que se instalaram no Estado não foram suficientes na geração de novos postos de trabalho para atender o contingente de pessoas que procuravam emprego.

## REFERÊNCIAS

A COMPETITIVIDADE da economia goiana. **Revista Estudos da SEPLAN**, maio 2002.

AGENDA Goiás: Guia para os candidatos. **O Popular**, Goiânia, 13 ago. 2006.

AGENDA Goiás. Capítulo III: Políticas de governo. Disponível em: <<http://goiasnet.globo.com/agendagoias/noticial.phtm?cod=213768>>. Acesso em: 21 fev. 2008.

BARREIRA, Celene C. M. Antunes. **Região da estrada do boi**: Usos e abusos da natureza. Goiânia: Ed. UFG, 1997.

BERTRAN, Paulo. **Formação econômica de Goiás**. Goiânia: Oriente, 1978.

———. **História da terra e do homem no planalto central**: Eco-histórico do Distrito Federal: do indígena ao colonizador. Brasília: Solo, 1994.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinquenta anos de pensamento da CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

BORGES, Pedro Célio Alves. **Bipartidarismo autoritário**: Análise Regional (Goiás, 1965-1982). São Paulo: Ed. PUC, 1988.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Emprego no Brasil**: Diagnóstico e políticas. Brasília: Ministério do Trabalho/Secretaria do Emprego, 1999.

———. Ministério do Trabalho e do Emprego. Firms e Empregos: Demografia das Firms Brasileiras. **Informe-se**, n. 50, jan. 2003.

BRASIL. Ministério do Trabalho e do Emprego. Cadastro geral de empregados e desempregados. Disponível em: <[www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br)>. Acesso em: 20 fev. 2008.

CAMPOS, Francisco Itami. **Coronelismo em Goiás**. Goiânia: Ed. UFG, 1987.

———. **Questão Agrária:** Bases sociais da política goiana (1930-1964). 1986. Tese (Doutorado em Ciência Política) – FFLCH/USP, São Paulo.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1995.** 2.ed. Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP, 1998. 421 p.

CENSO demográfico. **Sinopse preliminar do censo demográfico:** Goiás - Distrito Federal. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

CEPAL. **Estudio Económico para América Latina.** Santiago do Chile: Comissão Econômica para América Latina, 1949.

CUNHA, José Marcos Pinto da. Os movimentos migratórios no Centro-Oeste na década de 80. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 1997. **Anais...** Curitiba: IPARDES/FNUAP, 1998.

CHAUL, Nasr N. Fayad. **A construção de Goiânia e a transferência da capital.** Goiânia: Ed. UFG, 1988.

———. **Caminhos de Goiás:** Da construção da decadência aos limites da modernidade. Goiânia: Ed. UFG, 1997.

CONJUNTURA ECONÔMICA GOIANA. Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional, nov. 2005.

———. Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional, fev. 2006.

CORREIA, Salatiel Pedrosa Soares. **Goiás, a globalização e o futuro.** Goiânia: Ed. UCG, 2003.

COSTA, Rui Dias da. Empregos e número de estabelecimentos segundo o porte em Goiás: Um estudo a partir dos dados da RAIS. Disponível em: <<http://www.seplan.go.gov.br/sepin/pub/conj/conj8/04.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2008.

DANIN JÚNIOR. PIB Goiano: Marconi comemora bom desempenho da economia. **Opção**, 2-8 dez. 2007.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS (DIEESE). **Perfil do mercado de trabalho na década de 90 em Goiás.** [s.l.; s.n.]. Jan. 2003. 40 p.

ECONOMIA e desenvolvimento: Indicadores econômicos, estatísticas básicas. **Conjuntura Sócio-econômica de Goiás**, ano 8, n. 26, abr./jun. 2007.

ESTEVAM, Luis. **O tempo da transformação:** Estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás. Goiânia: Ed. do autor, 1998.

———. Goiânia 70 anos: A história da vovó mais jovem do Brasil. **Opção**. Disponível em: <<http://www.jornalopcao.com.br/index.asp?secao=Reportagens&idjornal=50 &idrep=418>> Acesso em: 18 out. 2007.

———. Geração de emprego. **Opção**, out. 2005.

FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DE GOIÁS. Disponível em: <[www.faeg.com.br](http://www.faeg.com.br)> Acesso em: 26 nov. 2007.

FURTADO, Celso. **Não à recessão e ao desemprego.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

———. **Formação econômica do Brasil.** 23.ed. São Paulo: Nacional, 1989.

GLOBO Rural. Em Goiás, cana-de-açúcar rouba a cena do gado e da soja. Disponível em: <[http://g1.globo.com/Noticias/Economia\\_Negocios/0,,MUL3625-9356,00.html](http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL3625-9356,00.html)>. Acesso em: 03 dez. 2007.

GOIÁS. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás. Produto Interno Bruto 2003. Goiânia, Seplan, 2005. Disponível em: <[http/ / www.seplan.go.gov.br/sepin](http://www.seplan.go.gov.br/sepin)>. Acesso em: 20 fev. 2008.

GOUVÊA, Luiz Alberto dos Campos. **Brasília, a capital da segregação e do controle social.** São Paulo: Ed. Annablume, 1995.

IBGE. **Contagem da população 1996.** Rio de Janeiro: IBGE, 1997.

———. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios (PNAD) de 1992:** Goiás. Rio de Janeiro: IBGE, 1997. v. 15, n. 32.

LEITE, Tasso de Souza. Dinamismo agroindustrial e desenvolvimento regional em Goiás. **Estudos - Negócios**, Goiânia, v. 27, n. 1, jan./mar. 2000.

LOPES, Luís Carlos. **Brasília:** O Enigma da Esfinge – A Construção e os Bastidores do Poder. Porto Alegre: Ed. UFRG, 1996.

MILHOMEM, Alzirene de Vasconcelos. Trabalho informal: Precarização do trabalho e exclusão social em Goiás e no Brasil. **Rev. Anhangüera**, v. 4, n. 1, jan./dez. 2003. p.139-55.

MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. **Brasília, rainha do planalto:** História de Brasília para grandes e pequenos. Brasília: Itiquira, 1975.

MOYSÉS, Aristides. **Goiânia:** Metrópole não-planejada. Goiânia: Ed. UCG, 2004.

———. **Cidade, segregação urbana e planejamento.** Goiânia: Ed. UCG, 2005.

OLIVEIRA, Adriana Mara Vaz de. **A casa como universo de fronteira.** 2004. Universidade Estadual de Campinas. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas.

PALACÍN, Luis. **Coronelismo no extremo norte de Goiás.** Goiânia: Editora UFG, 1990.

———. **História de Goiás.** 6 ed. Goiânia: Editora UCG, 1994.

PALACÍN, Luis; GARCIA, Leonidas Franco. **História de Goiás em documentos:** I. Colônia. Goiânia: Editora UFG, 1995. (Coleção Documentos Goianos, v. 29).

POCHMANN, M. Nova geografia da migração interna. **Fórum**, v. 5, p. 21, 2007.

QUEIROZ, Eduardo Pessoa de. A migração intrametropolitana no Distrito Federal e entorno: O conseqüente fluxo pendular e o uso dos equipamentos urbanos de saúde e educação. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 15., 2006, Caxambu.

REGIS, Hebert. Controle sobre a expansão. Disponível em: <[http://www.adufg.org.br/mm\\_acervo.php?idmateria=1394&idlink=1&titulo\\_link=Gerais](http://www.adufg.org.br/mm_acervo.php?idmateria=1394&idlink=1&titulo_link=Gerais)>. Acesso em: 24 nov. 2007.

RELAÇÃO Anual de Informações Sociais: 2002 a 2003. Brasília: MTE, 2004.

ROCHA NETO, João Mendes. Brasília e seu entorno: Considerações sobre os desafios de metrópole emergente. **Múltipla**, Brasília, v. 10, n. 20, 2006. p. 103-17.

RUA, João. Repensando a geografia da população. **Revista do Departamento de Geografia**, Rio de Janeiro, n. 1, jan. 1997.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. 6.ed. São Paulo: Best Seller, 2001.

SANTOS, Milton. **A urbanização desigual**. Petrópolis: Vozes, 1980.

SANTOS, Milton. **Ensaio sobre a urbanização latino-americana**. São Paulo: Hucitec, 1982.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL. Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação. **Anuário estatístico do Estado de Goiás**. Goiânia, 1996.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO DO ESTADO DE GOIÁS. **Revista Econômica e desenvolvimento**, Goiânia, [s.d.]. Trimestral.

SILVA, Eduardo Rodrigues da. **A economia goiana no contexto nacional: 1970-2000**. Goiânia: Ed. UCG, 2007.

SILVA, José Graziano. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SILVA, Marcos Antônio da. **Normas para elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos na UCG**: Modalidades, formatação e referências. Goiânia: Ed. UCG, 2002.

SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 12., 2005, Goiânia. **Anais...** Goiânia: INPE, 2005.



SUPERINTENDÊNCIA DE ESTATÍSTICA, PESQUISA E INFORMAÇÃO. Economia goiana no ano de 2005. Disponível em: <<http://www.seplan.go.gov.br/sepin/pub/conj/conj7/01.htm>>. Acesso em: 15 dez. 2007.

TEIXEIRA NETO, Antônio. O território goiano: Formação e processo de povoamento e urbanização. In: ALMEIDA, Maria Geralda de (org.). **Abordagem geográfica de Goiás: O natural e o social na contemporaneidade**. Goiânia: IESA, 2002.

VERLAINE, Marcos. **Patrimônio da Humanidade**: Brasília é a principal atração do Distrito Federal. Disponível em: <[www.vermelho.org.br/pcdobdf/sobre%20brasilia\\_dados%20gerais.htm](http://www.vermelho.org.br/pcdobdf/sobre%20brasilia_dados%20gerais.htm) - 18k>. Acesso em: 8 dez. 2007.